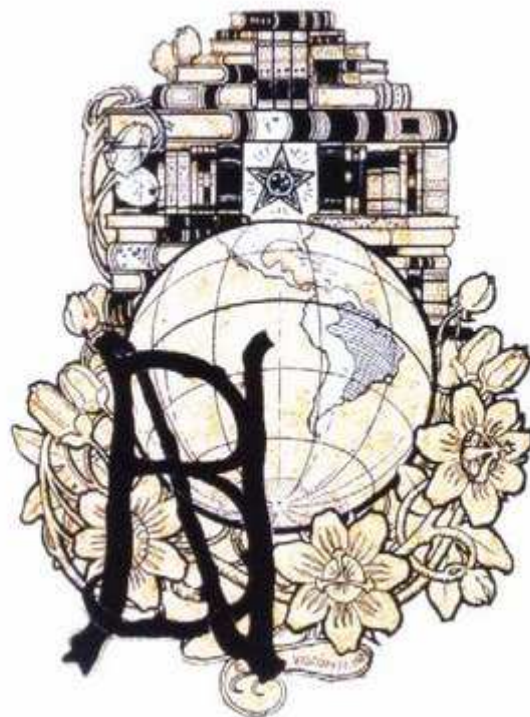


Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa
2006

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC

Elanir de Moraes Ribeiro



*Representação Política Negra e Feminina – Candidatas negras em eleições
no Rio de Janeiro (2002-2006)*

2006

Para Antonia e Edemir

AGRADECIMENTOS

São muitos os agradecimentos necessários. Primeiramente a Deus, que me acompanha, me protege e me fortalece.

Muito tenho a agradecer a minha querida mãe, Maria Antonia, e a meu querido pai, Edemir, que com amor e carinho, sempre me apoiaram e incentivaram em todos os meus projetos, e que também propiciaram as melhores oportunidades para que eu desenvolvesse meus estudos. Sem eles, não seria ninguém. Obrigada a vocês, que são a minha fortaleza, meu tudo.

Agradeço imensamente a minha orientadora, Clara Araújo, por sua solicitude, compreensão e profissionalismo, fundamentais na elaboração desta dissertação. E também pelas oportunidades que me proporcionou em minha vida acadêmica.

À professora Rosana Heringer e ao professor Félix Lopes, pelo comentário enriquecedores e pelas colaborações.

Agradeço também aos professores da disciplina Seminário de dissertação, Carlos Eduardo Rebelo e Luitgarde Cavalcanti, além dos demais colegas da disciplina: Lídia Medeiros, Carolina Mary Medeiros, Sérgio Baptista, Tayguara Torres Cardoso e Kleber Farias.

Aos colegas do Mestrado, companheiros desta jornada, pelas lições apreendidas nessa etapa compartilhada. De modo especial a Lídia Lima e Rodrigo Rosa, pelas alegrias e lamúrias.

Agradecimentos especiais a Carla Mattos, Amilcar Araújo Pereira e Carlos Alberto Medeiros, por serem exemplos a serem seguidos.

Também aos amigos da UERJ, Daniel Fortes e Ivan Francisco, pelo apoio “estratégico” e humano.

Ao Alain Kaly, pelas constantes “injeções de ânimo”.

Às minhas amigas, Helena e Mumi, que engrossaram a fila da cobrança. E também ao Deolindo, meu cabo-verdiano preferido, por sempre cobrar o término do trabalho.

À minha afilhada, Ana Carla, pela ajuda na transcrição das fitas.

À Aline Brito e Vera Rocha, pelo apoio técnico. E à Tacila Moura agradeço a presteza e o carinho.

À Christiane e todos da secretaria do PPCIS, à professora Myrian Santos pela

compreensão.

À Fundação Biblioteca Nacional pelo apoio financeiro a esta pesquisa. E também Eliane Perez e Oscar Gonçalves, que facilitaram todo o processo nesta instituição.

A todas as pessoas que me ajudaram a contactar as entrevistadas, especialmente a Luiz Eduardo do PDT.

Em especial, agradeço à Dayse Oliveira, Rosângela Gomes, Ediale da Nascimento, Edna Maia, Iracema Oliveira Neto, Verônica Lima, Jurema Batista, Edeuzita dos Santos, Maria Aparecida Rufino Madureira, Denise Trindade e Margarete Cardoso, essenciais para a elaboração deste trabalho.

Ao Fabio, por se fazer presente durante toda esta caminhada.

Agradeço a todos, enfim, que direta e/ou indiretamente contribuíram para o término desta dissertação.

Há duas maneiras de se perder: por segregação encurralado na particularidade ou por diluição no universal.

Aimé Césaire

[...] O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

Michel Foucault

RESUMO

RIBEIRO, Elanir de Moraes. **Representação Política Negra e Feminina – Candidatas negras em eleições no Rio de Janeiro (2002-2006)**, 2008. 160f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

A dissertação analisa a presença e a atuação de mulheres negras na representação política no Estado do Rio de Janeiro, tomando como base de comparação as duas últimas eleições, de 2002 e 2006. Nestas eleições consideram-se as candidatas aos cargos de deputada estadual, de deputada federal e, no caso da eleição do ano de 2006, também a disputa para o cargo de senadora. O trabalho visa se inserir num cenário mais amplo que é o da representação política negra e feminina, diminuta quantitativamente no país. Assim, a problemática analisada é a incorporação ou não de bandeiras feministas e anti-racistas pelas candidatas. Os instrumentos utilizados para esta análise foram o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral destas duas eleições e as entrevistas com candidatas negras que participaram da pesquisa qualitativa. A partir desta ótica, são consideradas questões pragmáticas que envolvem a busca pela eleição e as perspectivas de gênero que se inserem no campo da disputa eleitoral, um espaço tradicionalmente ocupado por homens brancos. A dissertação conclui indicando que o evidenciamento e o reconhecimento racial é tímido em disputas eleitorais – o que não acontece com a perspectiva de gênero -, mas não significa a negação destes.

Palavras-chave: Representação Política. Mulheres Negras. Identidade racial. Identidade de gênero.

ABSTRACT

The dissertation analyzes the presence and the performance of black women in the representation politics in the State of Rio de Janeiro, taking as base of comparison the two last elections, 2002 and 2006. In these elections the candidates to the positions of state deputy consider themselves, of representative and, in the case of the election of the year of 2006, also the dispute for the senator position. The work aims at to insert itself in a scene ampler than it is of the representation the politics black and, feminine miniature quantitatively in the country. Thus, the problematic one analyzed is the incorporation or not of flags feminists and anti-racists for the candidates. The instruments used for this analysis had been the Gratuitous Schedule of Electoral Propaganda of these two elections and the interviews with black candidates who had participated of the qualitative research. From this optics, pragmatic questions are considered that involve the search for the election and the gender perspectives that if they insert in the field of the electoral dispute, a traditionally busy space for white men. The dissertation concludes indicating that the evidence and the racial recognition are shy in electoral disputes - what does not happen with the gender perspective -, but does not mean the negation of these.

Keywords: Representation Politics. Black women. Racial identity. Identity of gender.

SUMÁRIO

- INTRODUÇÃO**
 - Alguns dados relevantes para a investigação**
 - Considerações metodológicas**
 - Fontes e estratégias**
- 1 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E CIDADANIA: QUESTÕES DE IGUALDADE E DIFERENÇA**
 - 1.1 Representação, participação e cidadania política**
 - 1.2 Políticas de identidade e reconhecimento**
 - 1.3 Participação política feminina**
 - 1.3.1 Alguns dados sobre a participação política feminina
 - 1.3.2 Estratégias para alterações na representação feminina
 - 1.4 Representação Política e a questão racial**
 - 1.5 Mulheres negras e representação política**
 - 1.5.1 As mulheres negras na política formal
 - 1.5.1.1 Ações afirmativas
 - 1.5.1.2 Definição
 - 1.5.1.3 Avanços na luta pelos direitos das mulheres negras
- 2 RAÇA E GÊNERO NAS DISPUTAS ELEITORAIS**
 - 2.1 As práticas políticas e o sistema eleitoral**
 - 2.2 O direito a serem eleitas e a ocupar espaços de decisão: uma conquista em curso**
 - 2.3 Potencialidade de acesso, seleção de candidaturas e sistemas eleitorais**
 - 2.3.1 Obstáculos no interior dos partidos políticos
 - 2.3.2 O financiamento das campanhas
 - 2.3.3 A cultura política dominante
- 3 AS PIONEIRAS: REPRESENTANTES NEGRAS NO BRASIL**
 - 3.1 Em busca de um histórico**
 - 3.1.1 Trajetórias
- 4 A PRESENÇA DAS MULHERES NEGRAS NO HORÁRIO GRATUITO DE PROPAGANDA ELEITORAL**

- 4.1 **O cenário feminino nas eleições 2002 no Rio de Janeiro**
 - 4.2 **As candidatas negras nas propagandas estaduais de 2002**
 - 4.3 **Candidatas negras e o HGPE das eleições 2006**
 - 4.4 **Comparativo**
 - 5 **MULHERES, NEGRAS E POLÍTICAS: AS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS UTILIZADAS PELAS CANDIDATAS**
 - 5.1 **As entrevistadas: perfis e trajetórias das candidatas ao Senado**
 - 5.2 **Candidatas a deputadas**
 - 5.3 **Análise comparativa**
 - 6 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**
- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**
- ANEXO A** – Biografias
 - ANEXO B** – Partidos Políticos registrados no TSE
 - ANEXO C** – Quadros esquemáticos das candidatas negras em 2002
 - ANEXO D** – Quadros esquemáticos das candidatas negras em 2006
 - ANEXO E** – Quadros esquemáticos das entrevistadas
 - ANEXO F** – Roteiro da entrevista
 - ANEXO G** – Materiais de campanha

INTRODUÇÃO

A representação política no Brasil nunca foi tão discutida ou debatida quanto nos dias atuais. E isto muito auxiliado pela rapidez que as informações têm chegado aos lares brasileiros e também aos inúmeros escândalos. Como na atualidade, o que um presidente da República, um governador, um prefeito ou até mesmo um deputado executa ou fala, rapidamente é reproduzido e vira notícia, fica mais fácil observar os vários acontecimentos políticos e isto possibilita o surgimento de cidadãos melhor informados, ou mesmo críticos. Ao mesmo tempo, estes cidadãos, em sua maioria, não percebem ou não contestam a real composição de sua representação política, onde é quase nula a presença de mulheres, de negros, e principalmente de mulheres negras.

Mais do que uma simples questão de constatação ou contestação, por trás deste panorama encontra-se todo um processo de ordem histórica, política e social que possibilita tal cenário.

Esta dissertação procura direcionar seu olhar para a representação política negra e feminina, focando principalmente o Estado do Rio de Janeiro, e as recentes campanhas eleitorais de 2002 e 2006. Visa analisar, comparativamente, as estratégias de campanha das candidatas negras, a *cargos legislativos*, pelo Estado nestas duas eleições. Procura assim perceber se há algum evidenciamento e/ou comprometimento identitário de raça¹ e gênero² utilizados discursivamente como estratégias de campanhas na busca por uma eleição. E desta forma identificar quais

¹ Ainda que o conceito de raça possa ser discutido e problematizado, há um consenso na afirmativa de que raça remete, simbolicamente, a uma origem comum (d'Adesky, 2001:44), no caso desta dissertação, a africana. Além disto, quando se fala em raça no Brasil, por mais que haja discordâncias, chega-se sempre a um entendimento por parte dos ouvintes e mais que isto: raça é ainda um significante no debate político (Castells, 2000:71). Na verdade, raça é uma construção social, mutável através do tempo e entre os contextos sociais geralmente usada como categoria política. Cabe lembrar que, com a publicação final do Projeto Genoma (2001), que buscou mapear o DNA humano, o conceito de raça foi desmontado geneticamente, fazendo com que o debate sobre a existência do racismo e da discriminação racial ganhasse novos contornos. Todavia, publicações posteriores comentam a contestação desta descoberta genética. Ver a este respeito em Motta (2005).

² Não pretendo fazer uma discussão exaustiva mas o uso do conceito de gênero traz tanto a dimensão de sexo biológico como a construção social do gênero feminino. Entretanto, a reinvenção da categoria mulher frequentemente utiliza os mesmos estereótipos criados pela opressão patriarcal – passiva, emocional, etc. - como forma de lidar com os papéis de gênero (Bairros, 1995). Scott (1990), apresenta uma importante contribuição ao debate ao propor o uso do gênero como categoria de análise a partir de uma definição abrangente pela qual é possível compreender a relações entre os gêneros e a constituição da sociedade, onde se inclui necessariamente a dimensão política.

estratégias discursivas de que lançam mão mulheres negras que se candidatam a um cargo na política institucional. Procurei observar também se havia alguma influência nesses dois momentos das políticas de ações afirmativas, estimuladas inclusive pelo governo federal, a partir principalmente do início desta década. Ou seja, se as políticas de ações afirmativas em voga no país, poderiam de alguma forma estimular que discursos identitários de gênero e também os de raça fossem declarados de forma mais aberta.

A princípio, conforme vem sendo evidenciado pela literatura (Moura & Kornin, 2001; Barreira, 2006), longe de ser uma esfera de escolha livre a estratégia individual, o uso dos discursos nas campanhas políticas está limitada também pela plataforma do partido, *marketing* político questões de tempo, etc. Ou seja, por contingências do campo político e de seus recursos. Ainda assim, isto não elimina uma certa autonomia do indivíduo na escolha de seu foco e de suas estratégias.

Tentando então perceber o *que* e *qual* o sentido desta representação para as mulheres negras, outras questões se imbricaram na pesquisa: quais são as representações de gênero e raça que as orientam como indivíduos sociais e atores – no caso, atrizes – políticos? E ainda como e se essas representações entram – ou têm espaço para entrar - nos discursos das candidatas nas campanhas (tanto as veiculadas pela televisão no horário eleitoral gratuito, quanto nos discursos ou outros materiais utilizados durante as campanhas) se transformando em estratégia de campanha.

Como tem sido observado pela literatura sociológica (Brito, 2001; Carneiro, 2001; Johnson III, 2000) obstáculos culturais e históricos dificultam a ação coletiva e a identificação dos negros em geral, e das mulheres negras em particular. Isto se reflete na forma desprivilegiada de inclusão social nos diversos setores da sociedade, inclusive neste da política-institucional, em que os negros e negras são sub-representados, tanto no que diz respeito à representação descritiva (na qual os/as representantes compartilham as características físicas, sociais ou demográficas dos representados/as), quanto na substantiva (onde os/as representantes buscam estabelecer políticas favoráveis a interesses daqueles que representam)³.

³ Para sustentar esta reflexão ver, por exemplo, Johnson III (2000). A questão da representação é mais

A problemática que procurei investigar foi a de como se dá a tentativa das mulheres negras de ocuparem espaço na política representativa. Quais seriam as estratégias que lançam mão durante as campanhas, e se tais estratégias são mediadas por discursos/propostas de raça e gênero.

Deve-se considerar hoje a visibilidade das questões reivindicadas e presentes na agenda política dos movimentos sociais (feminista, negro, etc) e a incorporação destas questões na agenda política institucional – que procura se mostrar “politicamente correta” aberta e democrática – que reconhece as questões de desvantagem de gênero e de cor como problemas-chave da sociedade brasileira.⁴ Então será que essa agenda assim como os discursos de reconhecimento incorporados nela se traduzem ou são incorporados por mulheres negras que se candidatam a cargos eletivos?

Considerando ainda o período de campanha eleitoral, como sendo um momento importante de apresentação de propostas políticas e posicionamentos políticos-ideológicos, pode ser esperado que seja também um momento em que se evidencie discursos em prol da igualdade dos sujeitos em termos de gênero e raça e/ou suas demandas.

Alguns dados relevantes para a investigação

Nota-se que por trás da idéia de mulher e política ou da participação e representação política feminina existem outras *concepções de mulher*, que não são tradicionalmente abordadas. Ou seja, há ainda um certo *engessamento* do que é ser mulher. Esta discussão ganhou corpo também a partir da década de 1990, onde o debate sobre demandas de identidade possibilitou que as reflexões devam se basear não em mulher, mas em mulheres. Porém, muito pouco tem sido abordado nos estudos sobre mulheres e política, considerando essa diversidade.

Por isso, creio ser fundamental identificar e preencher estas lacunas, com a

⁴ complexa que esta simples menção e será retomada no capítulo 1 da dissertação.
Um exemplo, seria as falas enunciadas por Jandira Feghali em sua então campanha a senadora pelo Estado do Rio de Janeiro em 2006, em que enuncia a necessidade do fim da desigualdade social evidenciados, sobretudo na figura de mulheres e negros (propaganda política de 23/08/06).

especificidade⁵ da mulher negra, já que a interseção entre gênero e raça neste âmbito da política institucional, além de complementar a discussão, pode servir como uma nova ferramenta de análise na produção acadêmica, pois poucos são os trabalhos que vislumbram estas “diferenças” dentro da “diferença”. Mais especificamente: diminutas são as produções que destacam além que questões de classe, poucas são as que tratam e cruzam questões de gênero e raça. E conforme observa Htun (2004:26): “A falta de visão para a *diferença entre as diferenças* retardará a agenda da inclusão social” (grifos no original). Sendo assim, é importante situar o debate sobre a representação política feminina na realidade brasileira, considerando o olhar sobre mulheres e não sobre mulher e representação política.

Crenshaw (1998; 2002) alerta para a necessidade de se considerar a interseccionalidade⁶ quando se aborda estas questões, já que existem sistemas múltiplos de subordinação. Nas palavras da autora:

“Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são diferenças que fazem diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres” (2002:173)

Ser mulher negra então remete obviamente a duas importantes categorias sociais – raça e gênero - que ainda estão reconhecidamente em posição não-igualitárias na sociedade brasileira, dado que o paradigma do homem, branco, adulto, ocidental, heterossexual e detentor de patrimônio se torna referência das representações sociais.

Assim, se assumir enquanto mulher negra neste contexto político-

⁵ O termo “especificidade” remete a um amplo campo de interpretações e deve ser feito com cuidado para não estabelecer hierarquias e/ou equívocos. Este termo tem sido usado para designar entre outras, a idéia do que é “próprio”, a pertinência da opressão (por exemplo, o que é “próprio” da mulher negra, o caráter da opressão da mulher negra); a diferença dentro de um mesmo segmento (Exemplo: mulheres brancas e negras ou homens negros e mulheres negras); a diferença entre geral e específico dentro de um mesmo tema (mulheres em geral e negras em particular); a explicitação de uma organização específica (organização de mulheres negras, por exemplo). (Ribeiro, 1995).

⁶ O termo se refere a uma associação de sistemas múltiplos de subordinação, onde alguns tipos de discriminação e vulnerabilidades não são abordados de forma completa, ou não são percebidas questões que se cruzam ou intersectam no problema. Cf. Crenshaw, 1998, 2002.

institucional é também assumir as resultantes positivas e negativas desta ambivalente identidade⁷. E pode também indicar um posicionamento a favor da equidade de gênero e de raça⁸. Como tem sido evidenciado em estudo estatísticos e socioeconômicos, o fato de ser mulher e negra, no contexto brasileiro, implica em desigualdades sociais e econômicas que as colocam em lugares subalternos da sociedade. Na verdade estão na base da tão difundida pirâmide social: abaixo dos homens brancos, das mulheres brancas e dos homens negros (nesta ordem) em praticamente em todos fatores socioeconômicos⁹ (Ribeiro, 2004).

Quando se trata de representação política das mulheres (em geral) vários fatores influem, tais como os históricos, culturais, sócio-econômicos e institucionais nos quais o sistema político-eleitoral brasileiro está imerso¹⁰. Ainda que não sejam impeditivos, se constituem dificuldades de ascensão das mulheres na política, a serem considerados. Juntamente com estes fatores, creio também que há uma articulação das esferas subjetiva-individual (de percepções e situações particulares) e coletiva (situações de discriminação que atingem toda uma classe) com a estrutural, que se envolvem neste processo.

Considera-se as dificuldades das mulheres ascenderem na política, e ao mesmo tempo, o fato de que mulheres negras terem algumas formas específicas de acréscimos de dificuldades pela sua condição racial, ainda que esta condição em período recente tenha se tornado um tipo de afirmação de identidade e de demanda (incorporada inclusive como forma de afirmação e de legitimidade para o ingresso num determinado espaço).

Delimitando essa pesquisa no espaço e no tempo, partiu-se da análise das campanhas (material e estratégias públicas) e de entrevistas com as candidatas negras a cargos legislativos estaduais e federais no Rio de Janeiro, nas eleições de 2002 e nas eleições de 2006¹¹. O período a ser recortado pela pesquisa se dá por

⁷ Um exemplo que não pode deixar de ser citado é o caso de Benedita da Silva, que traça trajetória singular, como mulher negra, na política institucional no Rio de Janeiro e no Brasil. Ver a entrevista dela que se refere especificamente a esta questão durante a campanha à prefeitura do Rio de Janeiro em 1992 em DOLHNIKOFF, Mirian et alli. "Raça e Política: entrevista de Benedita da Silva a Mirian Dolhnikoff, Fernanda Peixoto Ribeiro Thomaz". Novos Estudos, No.43, novembro, pp. 8-25, 1995.

⁸ Quando se aborda questões de gênero e raça, questões de classe não podem ser excluídas. As três categorias estão articuladas entre si, sem que necessariamente haja hierarquizações.

⁹ Para dados socioeconômicos mais completos ver os estudos de Henriques e da Articulação de Mulheres Brasileiras, ambos de 2001 ou ainda o mais recente estudo do IPEA/UNIFEM, 2005.

¹⁰ Cf. Araújo, 2005.

¹¹ A identificação das mulheres vai se fazer sobretudo pelas características fenotípicas, onde se utiliza-se a

razões bem específicas.

Neste período, entre as duas campanhas analisadas neste trabalho (2002-2006), a questão dos discursos em prol da equidade e suas demandas se tornou um ponto importante na agenda pública do governo federal, mobilizando e constituindo parte do discurso político, conforme se verá adiante.

É no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que se reconhece pela primeira vez, oficialmente, a existência do racismo na sociedade brasileira. O reconhecimento do racismo e da discriminação racial no Brasil, do ponto de vista oficial, se deu no ano de 1995, durante a Marcha Nacional Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida, organizada em Brasília por várias entidades dos movimentos negros. Nessa ocasião, uma comissão conseguiu levar até o então presidente Fernando Henrique Cardoso, um documento contendo uma série de propostas com vista a redução das desigualdades raciais.

Um ano depois, em 1996, durante seminário internacional realizado também na capital federal, voltado ao debate de alternativas quanto a viabilidade ou não de implementação de políticas de ação afirmativa, novamente FHC sustentou a idéia de que o Brasil não poderia mais encobrir a realidade de desigualdade racial existente. Na ocasião Fernando Henrique, sociólogo de formação e pesquisador das relações raciais, tomou para si argumentos anti-racistas frente a um público de especialistas e ativistas negros. (Santos, 2006).

Tal reconhecimento, feito pelo representante máximo da nação naquele momento, expressava um caráter simbólico significativo. O reconhecimento de que o racismo e a discriminação racial eram elementos praticamente estruturantes da formação nacional brasileira, impunha ao Estado obrigações normativas no que se refere a superação das desigualdades raciais. Então para dar assessoria aos ministérios sobre a questão foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial para a valorização da população negra.

Por ocasião do lançamento do segundo Programa Nacional de Direitos

definição de negro, no contexto brasileiro, formulada por d'Adesky: "... podemos propor uma definição do negro como sendo qualquer pessoa de origem ou ascendência africana suscetível de ser discriminada por não corresponder parcial ou totalmente, aos padrões estéticos ocidentais, e cuja projeção social de uma imagem inferior ou depreciada representa a negação do reconhecimento igualitário, fonte de uma exclusão e de uma opressão fundamentadas na dupla denegação dos valores da identidade grupal e das heranças cultural e histórica" (2001:142). Dada esta definição, acrescento que, ser negro(a) no Brasil remete a sentimento de pertencimento, onde a cor de pele não seria o único atributo. Em outras palavras, ser negro(a) e portador de uma identidade negra é uma questão de atitude e de escolha política. É um projeto político.

Humanos, em 2002, o então presidente instituiu um decreto executivo criando um Programa Nacional de Ação Afirmativa encarregado de estudar maneiras de como as agências governamentais poderiam adotar “metas de percentagem” para negros, mulheres e pessoas portadoras de deficiência em suas próprias classes e também em empresas que tivessem contratos como o governo (Decreto nº 4.288 de 13 de maio de 2002). O Programa de Direitos Humanos, o qual gerou muita pressão devido ao apoio aos direitos dos gays, também endossou “mecanismos compensatórios” elaborados para expandir o acesso dos negros às universidades e aos serviços públicos “proporcionalmente em toda a sociedade brasileira” (Htun, 2004).

Cabe ressaltar ainda que o período do governo Lula, também vem sendo marcado por uma política de ação afirmativa, que pode ser simbolizada pela criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 21 de março de 2003¹². A criação da Seppir indica o reconhecimento das lutas históricas dos movimentos negros brasileiros. A missão da Seppir, que tem *status* de ministério, é estabelecer iniciativas contra as desigualdades raciais no país, com ênfase na população negra.

Outro exemplo mais recente aconteceu durante o primeiro discurso após a divulgação do resultado das eleições que reconheceu o presidente Lula como reeleito, em 29 de outubro de 2006. Neste discurso, ele destacou a importância simbólica de se ter afrodescendentes e mulheres no governo brasileiro. Continuou esclarecendo que isto seria mais importante do que o valor que os ministérios gastam – também como resposta aos adversários políticos – se referindo especificamente à Seppir na figura da então ministra Matilde Ribeiro.

Dentro da formulação destas políticas, antes ainda do Seppir, através de medida provisória 103, no primeiro dia do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, visando desenvolver ações conjuntas com todos os Ministérios e Secretarias Especiais, tendo como desafio a incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para a sua plena cidadania, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)¹³,

¹² Nesta data comemora-se o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. Informações sobre a Seppir, consultar: <http://www.presidencia.gov.br/seppir>

¹³ Sobre a SPM consultar http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/sobre/

tendo Nilcéa Freire como ministra.

Então, como mencionado acima, os discursos e políticas em prol da equidade de gênero e raça têm ocupado novos espaços nas políticas públicas do governo federal, sobretudo a partir de 2002. As Secretarias de Políticas para as Mulheres e da Igualdade racial (ambas na posição de ministério) são dois exemplos importantes para configurar tal cenário.

Considerações metodológicas

A produção de conhecimento é sempre estimulante, já que implica em refletir sobre a teoria e deixar que a prática seja um desafio à ela. É um trabalho intelectual que (a) o obriga enfrentar a contestação, a dúvida e o inesperado. Contudo, é também colaborar com novos olhares. Para tanto a forma como se procura construir tal conhecimento é um aspecto importante a ser considerado.

Para a realização desta dissertação os recursos metodológicos a serem utilizados são de base qualitativa e vão considerar diferentes tipos de técnicas e recursos que se complementam. Sendo assim, dados quantitativos também são considerados, já que podem ajudar a compor o panorama mais geral da representação negra e feminina.

Do ponto de vista teórico, estão envolvidos quatro campos de análise que perpassam e ajudam a configurar o trabalho:

- O debate sobre igualdade e diferença que permeia tanto gênero quanto raça;
- o debate sobre políticas de identidade e reconhecimento onde se incluem também questões de raça e classe;
- o debate sobre o papel de representação política, se de indivíduos, de grupos ou de idéias. E os limites da democracia representativa que trazem à tona outro ponto a ser discutido: a política de idéias versus políticas de presença;
- Por fim, considerar as questões pragmáticas relativas ao jogo eleitoral que permeiam as campanhas políticas.

Fontes e estratégias

Como fontes primárias foram analisados o Horário de Propaganda Gratuita Eleitoral, materiais de campanha utilizados pelas candidatas e entrevistas realizadas pela autora. A fim de uma comparação, se analisou então as campanhas eleitorais estaduais de 2002 e 2006 no que se refere às campanhas para deputados e deputadas federais e estaduais e senadores e senadoras pelo Estado do Rio de Janeiro¹⁴.

Apesar de parecer ser um universo grande a ser observado, de fato, não o era, pois se sabia de antemão que o número de candidatas negras não era muito grande. Em tempo: levantou-se 24 candidatas a deputada e 4 candidatas ao Senado, englobando tanto o ano de 2002 quanto a campanha eleitoral do ano de 2006. O objetivo inicial era tentar cobrir todas as 28 candidatas por entrevistas. No entanto, vários impasses se fizeram presentes e influíram no número de entrevistadas.

A principal dificuldade foi entrar em contato com os partidos. Alguns deles, principalmente os partidos menores, não possuem páginas na Internet ou secretarias no Rio de Janeiro, para que se pudesse entrar em contato. Isto já impossibilitou o contato com algumas candidatas. Outro impasse foi, uma vez que se conseguia entrar em contato com o partido (seja via correio eletrônico, ligações telefônicas, fax, ou através do comparecimento na secretaria do partido, munida de uma carta de apresentação), muitas vezes constatava-se que algumas candidatas tinham se desfilado ou os partidos não tinham informações sobre as candidatas requeridas. Na maioria dos casos, os partidos só têm as informações atualizadas dos candidatos e das candidatas em épocas específicas de campanha eleitoral. A não ser que tal candidato já tivesse uma grande expressão dentro do partido. Houve também a recusa de alguns partidos em fornecer as informações necessárias para que se contatasse as candidatas.

Algumas vezes, quando o contato foi realizado, compromissos profissionais

¹⁴ Nestas eleições também são eleitos(as) presidente e governadores(as).

das mulheres negras que foram candidatas as impossibilitaram de realizar a entrevista, por falta de tempo. E ainda, ocorreu uma recusa na realização da entrevista. Entretanto, duas candidatas que não apareceram nos HGPEs analisados, e que concorreram em 2002 e/ou 2006, foram indicadas por seu partido e participaram desta pesquisa.

Com isso, foram realizadas 11 entrevistas, no período de dezembro de 2006 a agosto de 2007. Depois deste período se constatou a necessidade de cessar as tentativas e partir para a análise do material adquirido. Um outro esclarecimento importante é que na análise foi mantida o nome original das candidatas. E isto por dois motivos principais: o primeiro foi que as próprias não se opuseram a tal fato, e o segundo é que se tratam de pessoas públicas.

A análise das campanhas eleitorais a partir do HGPE se deu da seguinte forma:

1. Na campanha de 2002 utilizou-se fitas (VHS) gravadas com as propagandas políticas veiculadas pela televisão, oriundas do DOXA, do laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública do Instituto universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), cedidas gentilmente por minha orientadora. Tais programas são compostos de uma amostra de 18 dias de HGPE exibidos entre o final de agosto e o início de outubro de 2002, no período da tarde e da noite.
2. Na campanha de 2006 também se utilizou fitas gravadas, desta vez, pela autora durante todo o período em que o HGPE foi exibido no sistema televisivo englobando períodos diferentes (tarde ou noite). E também *spots*¹⁵ exibidos durante os comerciais da programação normal. No total foram observados 15 programas eleitorais exibidos entre o final de agosto e o final de setembro de 2006.

Quanto às entrevistas, foram realizadas de modo semi-estruturada diretamente com as candidatas. E os materiais de campanha foram obtidos através das próprias candidatas, no dia das entrevistas, quando estas os disponibilizaram.

Objetivamente, pretendeu-se:

- a) Analisar as estratégias discursivas das mulheres negras nas campanhas (seja

¹⁵ Spots são pequenos comerciais ou “chamadas” de propaganda eleitoral, que são exibidos durante a programação televisiva, independentemente do HGPE.

- no HPGE, nos discursos e em outros materiais de campanhas);
- b) Observar se há e como se apresentam manifestações de um discurso identitários de gênero e cor ou raça que se revertam em estratégias de campanha;
 - c) Verificar se o período de políticas de ação afirmativa iniciada no governo de Fernando Henrique Cardoso e incentivada oficialmente pelo governo federal de Luis Inácio da Silva, posteriormente, de alguma forma influencia a campanha de 2006.

Através de instrumentos de campanha e das entrevistas, pretendeu-se verificar se tais campanhas político-eleitorais podem ou não se constituir um campo de afirmação e reconhecimento racial e de gênero.

A divisão dos capítulos pretendeu contemplar a análise dos dados obtidos e sistematizados. Sendo assim, no primeiro, situei a representação política dentro de um debate teórico, que envolve discussões sobre igualdade e diferença. Embora o foco seja a participação e tentativa de representação política de mulheres negras através das eleições de 2002 e 2006 no Rio de Janeiro, tracei um breve histórico sobre a representação negra e feminina, para ajudar a compreender o cenário mais amplo no qual as mulheres estão tentando se inserir.

Procura abordar ainda o debate atual sobre identidade, políticas de identidade e reconhecimento presentes na agenda e nos discursos dos movimentos sociais e políticos, e sua incorporação; e também na análise da academia. A tentativa foi a de compreender como eles se encaixam no campo político da representação. Tangenciando todo o debate, encontram-se questões de cidadania e inclusão.

No segundo capítulo, procuro focar as regras do jogo eleitoral, tentando demonstrar como a discussão da representação e de políticas de identidade se encaixam no âmbito da disputa. Houve um esforço no sentido de salientar a representação política feminina e negra e em destacar os processos envolvidos nas campanhas eleitorais.

Antes de entrar na parte empírica do trabalho, o terceiro capítulo traz uma parte histórica. Nesta parte, procurei destacar a biografia e a atuação de algumas mulheres negras que atuaram na política institucional no Brasil. Numa tentativa de

trazer um panorama da atuação destas mulheres no campo político. Vale citar que este capítulo histórico foi fonte de uma pesquisa realizada, sobretudo na Biblioteca Nacional.

O quarto e o quinto capítulos tratam da pesquisa empírica do trabalho. O quarto versa sobre os resultados das eleições e as estratégias das candidatas no HGPE, tentando observar se as políticas de ação afirmativa e estímulo aos discursos de igualdade racial tiveram alguma influência, comparando os programas de 2002 (anterior) e 2006 (posterior às políticas oficiais de ação afirmativa).

E no quinto capítulo exploro as entrevistas e os outros materiais de campanha observando os discursos e as estratégias eleitorais na busca pela eleição. E também a comparação dos discursos enunciados. Por fim, são feitas as considerações finais.

Espera-se que este trabalho forneça uma interpretação – dentre as outras possíveis – que contribua para o debate e que dê visibilidade ao tema da participação e representação política feminina negra, tão escasso na literatura sociológica brasileira.

CAPÍTULO 1

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E CIDADANIA: QUESTÕES DE IGUALDADE E DIFERENÇA

Na democracia representativa moderna a representação política eleitoral ocupa papel importante. Ainda que o conceito de democracia moderna seja amplo e englobe uma série de questões muito maiores que a representação política em si¹⁶, esta continua ocupando local de fundamental relevância. Contudo, a representação, por todo debate que suscita, se torna questão polêmica que abre espaço para várias explicações sobre qual seria seu sentido.

Desde o início¹⁷ o termo “representação política” aparece vinculado ao conceito de mandato. Ou seja, uma delegação de poderes conferidos pelo povo, por meio de votos, a determinadas pessoas, para que exerçam a administração pública. Weber (apud Leitão 1989:45), em seu entendimento de que “a representação política é ato de autorização de alguns para agir por todos e esta autoridade baseia-se no consenso e na legitimidade”, além de frisar que a representação converte o governo em responsável pelas decisões que adota em nome da comunidade política.

A representação política adquire assim crucial importância numa sociedade de massas¹⁸ e em grande parte está vinculada diretamente à existência de uma articulação da sociedade, sob a forma de grupos de pressão e de defesa dos interesses das várias classes sociais. A representação política significa

¹⁶ Algumas questões acerca a democracia moderna serão retomadas adiante, no capítulo 2. Para uma discussão mais completa consultar, por exemplo, Lima Junior, 1997. Miguel (2003) no entanto, destaca que a idéia da democracia representativa, onde o processo eleitoral e conseqüentemente a representação ocupa lugar central é recente, uma vez que democracia e eleições no pensamento clássico não se confundiam.

¹⁷ De acordo com Lima Junior (1997) as origens da teoria da representação são comumente associadas a Thomas Hobbes, onde a autorização e a delegação de poderes seriam os elementos essenciais que vinculam a pessoa ao poder constituído.

¹⁸ Na maioria das situações, os meios de comunicação de massa exercem uma influencia importante no processo eleitoral e na representação política em si, como na sociedade contemporânea como um todo. Vale lembrar, que isto é mais nítido nas campanhas para cargos majoritários ou executivos. Para cargos legislativos há um destaque maior apenas para os candidatos ou candidatas que possam pagar mais por este tipo de publicidade.

primeiramente, um certo tipo de participação política, ou seja, participar de processos de tomada de decisão, da confecção da agenda pública e do debate público em nome de outros. Outra dimensão que necessita ser destacada é que em sociedades contemporâneas: populosas, extensas e complexas, a participação direta de todos na coisa pública seria impossível, o que justifica a representação parlamentar. Esta impossibilidade de uma discussão envolvendo a todos gera, por outro lado, a necessidade da representação das múltiplas vozes da sociedade no espaço público (Miguel, 2003).

Para além de uma justificativa do porquê da representação existem as perspectivas que privilegiam como esta acontece na prática (a natureza da representação). Araújo (1999) destaca que de toda a discussão acerca a representação, existem três vertentes que se destacam na literatura: quem são os representantes; o tipo de relação existente entre os representantes e os representados; e quem ou o quê deve ser representado. Embora as três estejam interligadas, o trabalho concentra-se na articulação entre o primeiro e o terceiro aspecto por crer que diz mais diretamente respeito à pesquisa, já que o foco, como já esclarecido anteriormente, são as mulheres negras e como elas articulam suas identidades na arena da representação política. Creio que tal argumentação deva ser também relacionada pela paradoxal relação entre a igualdade e a diferença.

1.1 - Representação, participação e cidadania política

Uma das principais questões trazidas à tona neste debate da representação política atual diz respeito à sub-representação de determinados grupos sociais. Grupos estes que são considerados como minorias políticas, não por seu quantitativo numérico e sim pela força política diminuta que exercem. Seus membros são justamente pessoas que não compõem o paradigma das representações sociais (homem, branco, heterossexual e detentor de patrimônio) citado anteriormente. São “diferentes”. As minorias políticas que mais se destacam no cenário brasileiro hoje são mulheres, negros e homossexuais. No cenário político, sua inclusão também é

diferenciada e reduzida, ainda que os dois primeiros grupos ganhem uma maior notoriedade, seja enquanto grupo, seja enquanto indivíduos.

Estudiosos atuais como Scott (2005) ou Pierucci (1999), destacam que grupos minoritários são vistos como diferentes, mas que falar em diferença não significa necessariamente desigualdade, subordinação ou opressão. E mais: Scott amarra bem a linha de pensamento esclarecendo que o paradoxo da diferença e da igualdade não deve ser entendido como opostos e sim como complementares e interdependentes. Então, os indivíduos não serão considerados e tratados com justiça (legal e cotidianamente) até que os grupos com os quais eles são identificados sejam igualmente valorizados. Quando se remete à representação política em si, tais considerações devem ser incluídas.

O fato é que os representantes, em relação ao conjunto da população, tendem a ser muito mais masculinos, mais abastados, mais brancos, mais iguais. Neste ponto, vale citar que além do fato de tal fenômeno ser histórico, como registram alguns estudos sociológicos¹⁹, a discussão relativa a representação descritiva e a representação substantiva. A representação ou correspondência descritiva é aquela na qual os/as representantes compartilham as características físicas, sociais ou demográficas dos representados/as. Enquanto a representação substantiva diz respeito aos representantes que buscam estabelecer políticas favoráveis aos interesses daqueles que representam (Johnson III, 2000). Tal classificação se aproxima dos conceitos de *políticas de presença* e de *políticas de idéias*, apontadas por Anne Phillips.

As políticas de presença seriam as assemelhadas com a representação descritiva e as políticas de idéias são as identificadas como a representação substantiva.

Assim sendo, na maioria dos casos, não há uma correspondência descritiva entre representantes e representados. Mesmo com a expansão dos direitos políticos e a incorporação de novos grupos, como mulheres, os trabalhadores ou os analfabetos à cidadania política, não alterou de modo substancial este quadro. Phillips (2001: 273) defende a representação descritiva quando destaca que não basta eliminar as barreiras à inclusão, como no modelo liberal. É necessário

¹⁹ Vide a este respeito, por exemplo, Fontaine, 1985; Phillips, 1998; Johnson III, 2000; Brito, 2001; Carneiro, 2001.

incorporar de modo explícito os grupos marginalizados ao corpo político. A representação política, diz ela, teria que passar de uma política de idéias para uma política de presença. Embora defenda a articulação dos dois pólos. Em seu argumento:

“É concebível que pessoas brancas substituam outras, de origem asiática ou africana, quando está em questão representar determinados programas em prol da igualdade racial. Mas uma assembléia formada só por brancos pode realmente se dizer representativa, quando aqueles que ela representa possuem uma diversidade étnica muito maior? Representação adequada é, cada vez mais, interpretada como implicando uma representação mais correta dos diferentes grupos sociais que compõem o corpo de cidadãos, e noções de representação” típica “,” especular “ou” descritiva “, portanto, têm retornado com força renovada.” (Idem:273)

A afirmação da relevância política dos grupos sociais leva a uma ruptura com o individualismo abstrato que marca o pensamento liberal. O rompimento com esta tradição é embasado teoricamente por uma série de pensadores, que vão desde a exaltação à diferença de grupo, até uma busca de um compromisso cívico maior, que enfatiza a necessidade de que as pessoas percebam os limites de sua própria posição diante “da comunidade mais ampla à qual todos em última análise pertencemos”, como afirma Phillips (apud Miguel, 2005:34).

Em trabalho anterior, Phillips (1998) já dirigia sua atenção para o fato de que a exclusão de certas visões ou experiências na representação política poderia indicar um “problema” no exercício do poder político e da próprias democracia. E a sub-representação de certos grupos sociais pode de alguma forma indicar nesta direção. Semelhante à esta análise coloca Johnson III (2000), quando este se refere especificamente a sub-representação de negros e negras no Congresso Nacional. O autor sustenta que esta sub-representação descritiva (políticas de presença) também implica numa sub-representação substantiva, ou seja, que estabeleçam políticas favoráveis aos interesses daqueles que representam (“políticas de idéias”).

Uma forma que tem sido adotada para a alteração da sub-representação descritiva de alguns grupos sociais tem sido justamente a adoção de cotas

eleitorais²⁰, visando a promoção da participação política de grupos subordinados. Em geral as cotas têm sido propostas como um mecanismo transitório que visa atingir um maior equilíbrio na participação política. Miguel (2003) destaca que mesmo sendo adotadas para proteger e promover minorias étnicas, a maior parte das experiências de cotas eleitorais beneficia as mulheres, como ocorre no Brasil e em outros países latino-americanos, que passam a ter uma reserva de cadeiras no parlamento ou de candidaturas às eleições.

A proposta de incluir as cotas nas candidaturas como forma de ampliação na presença das mulheres nos espaços de poder surgiu no Brasil na década de 1980, embora só tenha sido implementada efetivamente na década seguinte, como será melhor explicado mais à frente. As cotas, no entanto, são polêmicas tanto nos meios acadêmicos quanto nos meios políticos²¹.

Sendo assim, este tipo de representação é também passível de críticas e contestações. Hanna Pitkin (1967), em seu clássico trabalho sobre a temática: *The concept of representation*, destaca que essa forma de representação política, a representação descritiva, que concebe o legislativo como uma espécie de mapa no qual se vê a imagem, em tamanho reduzido da sociedade, não seria o ideal. Pois, com isso, o que os representantes fazem perderia a importância em relação a quem eles ou elas são. Ou seja, se desviaria o foco *de quem* eles ou elas fazem ou representam para *quem* eles ou elas representam. Assim, para ela um fator importante da representação política perde a relevância, que é a responsividade²² dos eleitos para com seus eleitores.

Pitkin (apud Lima Junior, 1997) entende os méritos de uma representação descritiva, mas reconhecendo a dificuldade de uma representação totalmente justa, defende que mais importante são as atividades do representante, que devem estar além de suas características individuais. Tais atividades devem também envolver a responsabilidade para com o eleitorado.

²⁰ Cf. Miguel, 2000; 2001.

²¹ Outras discussões sobre as cotas serão abordadas posteriormente.

²² Miguel (2005) explica que no vocabulário da Ciência Política, a responsividade corresponde mais de perto ao vocábulo inglês *responsiveness*, um conceito que está próximo, mas que pode ser distinguido do de *accountability*. A *accountability* diz respeito à capacidade que os constituintes têm de impor sanções aos governantes. Inclui ainda a prestação de contas dos detentores de mandato e veredicto popular sobre seu mandato. Já responsividade refere-se à sensibilidade dos representantes à vontade dos representados, ou seja, à disposição dos governos adotarem políticas que atendam às demandas de seus governados.

Críticos de Pitkin levantam a dificuldade de se conseguir que esta responsabilidade representante-eleitorado seja efetiva em termos reais. Lima Junior (1997:59) identifica posições conflitantes na autora e defende que: “quanto mais generalizadas e intensas forem as relações entre os representantes e os representados, maior será a probabilidade de a representação se materializar, e quanto maior for esta probabilidade, mais democrático será o sistema de governo”.

Dessas concepções sobre *o quê* deva ser representado, derivam outra via para se pensar a representação, que estão vinculados à vertente *quem*. Esta via é a das identidades, que remetem a um pertencimento e reconhecimento social e político. Tensões novamente se fazem presentes aqui, já que demandas por superações de exclusões e, neste sentido, a afirmação das diferenças de identidades que são geradas por tais exclusões, criam outra vez um paradoxo²³.

Fraser (apud Araújo 1999), leva o questionamento para a problemática de gênero, destacando a possibilidade de se extinguir as diferenças sem deixar de valorizar as especificidades. Ou seja, nos grupos insistem num reconhecimento equânime, lutando por suas delimitações enquanto coletividade, por um lado e, buscarem diluição do sujeito quando demandam situações de igualdade com outros grupos, por outro. E assim se configura mais um dos desafios dos grupos minoritários ou movimentos sociais, que cada vez mais buscam e afirmam suas identidades.

1.2 - Políticas de identidade e reconhecimento

O início da busca por identidades e reconhecimento é remetida classicamente ao enfraquecimento das teorias liberais e dos regimes políticos de democracia representativa. Reivindica-se principalmente do marxismo (que tradicionalmente não via as questões culturais senão pelo ângulo da luta de classes), e de sua crise, a abertura de tal espaço. As discussões sobre a temática do reconhecimento passaram então a preencher este “lugar” teórico e ideológico deixado pelo

²³ Cabe lembrar a solução da interdependência dada por Scott, remetida acima.

marxismo. Tal “busca” ganha força através movimentos sociais nos anos de 1960 e uma maior notoriedade a partir dos anos de 1980 (Neves, 2005).

Nancy Fraser (2002) coloca que estamos numa era pós-socialista e a denunciar a passagem do paradigma da distribuição para o do reconhecimento, em que as questões de identidade ganham prioridade em relação às questões de justiça social. A sua crítica salienta que autores e os próprios movimentos sociais privilegiam a construção identitária, deixando para segundo plano demandas materiais, distributivas, justamente no momento histórico em que crescem as desigualdades sociais. Para a autora, que toma questões de gênero e raça como paradigmáticas, “os eixos da injustiça são simultaneamente culturais e socioeconômicos”, razão pela qual é necessário unir os critérios de redistribuição e de reconhecimento na construção de uma sociedade justa.

Para isso, Fraser propõe que se tenha uma conjunção de uma política econômica socialista, que reduziria as diferenças sociais e econômicas e uma política cultural desconstrutivista, o que levaria não ao reforço das identidades, como buscam os movimentos culturais atuais, mas à desconstrução das mesmas, ajudando assim a superar as lógicas geradoras das diferenças e da subordinação das minorias.

Iris Young (1997) critica a visão de Fraser que mesmo considerando as dimensões econômicas e culturais - dada as conexões entre ambas - quando esta defende a desconstrução das identidades. Pois para Young a desconstrução das identidades não seria possível em termos práticos, já que as reivindicações e mobilizações coletivas acontecem baseadas em grupos como identidades próprias. Assim, as coalizões só seriam possíveis tendo em vista o reconhecimento dos identidades grupais. Ou seja, sem identidade a ação coletiva não se constitui. Isto pode ser pensado também em termos da representação.

Para Taylor (2000), um dos principais filósofos que discutem o reconhecimento, esta deve ser vista como a necessidade dos seres humanos na busca pela auto-realização:

“[...] minha descoberta de minha identidade não implica uma produção minha de própria identidade no isolamento, significa que eu a nego por meio do diálogo, parte aberto, parte interno, com o outro. Eis que o

desenvolvimento de um ideal de identidade gerada interiormente dá uma nova importância ao reconhecimento. Minha própria identidade depende crucialmente de minhas relações dialógicas com os outros". (Taylor 2000:248).

Nessa perspectiva, Taylor afirma que a identidade é particularmente formada pelo reconhecimento ou por sua ausência, ou ainda pela má impressão que os outros têm de nós. A projeção de uma imagem inferior sobre outra pessoa pode na verdade distorcer e oprimir, na medida em que a imagem é internalizada. Não só o feminismo contemporâneo mas também as relações étnicas e raciais e as discussões do multiculturalismo são movidos pela premissa de que tais opressões são baseadas nessas construções culturais e estereótipos, assim, negar o reconhecimento pode ser também uma forma de opressão.

Taylor, baseando-se em Rousseau e Hegel, diz ainda que o reconhecimento torna-se fundamental na medida em que a modernidade por meio do individualismo e do igualitarismo que a caracterizam, cria a expectativa de que todos podem aspirar a um igual reconhecimento por parte da sociedade e do Estado (Neves, 2005).

Um dos emblemáticos aspectos das políticas de identidade e reconhecimento é a elaboração de políticas de ação afirmativa, que se configura com o intuito de assegurar a membros de grupos desprivilegiados a promoção de oportunidades iguais e acesso ao poder e ao prestígio. Creio que o debate das ações afirmativas no Brasil atualmente abre espaço para inúmeras críticas e contestações, que se fazem mais notórias nos casos das cotas no ensino superior para negros (as), pobres e deficientes e também nas cotas eleitorais nas candidaturas de mulheres.

As principais contestações a essas políticas, as consideram insuficientes porque não alcançam a base geradora das diferenças. Vejamos como estas se configuram em relação a cada um dos grupos, quando se referem à representação política, construída desde os primórdios modernos como um universal excludente das mulheres, dos sem bens, dos negros, entre tantas outras categorias de exclusão.

1.3 - Participação política feminina

O tema “mulher e política” ou “participação política feminina” é algo que vem merecendo a atenção dos meios acadêmicos desde a década de 50 do século passado. Entretanto, no plano internacional, no âmbito das Ciências Sociais, trabalhos desta época que versavam sobre mulher e política se baseavam numa interpretação que consideravam as mulheres como menos interessadas do que os homens na participação política. E embora estes trabalhos tendessem para uma interpretação via “apatia” feminina, não puderam chegar a explicações conclusivas (Pateman, 1993). Trabalhos posteriores continuaram a tentar explicar a permanência de uma pequena presença de mulheres em espaços políticos e sobretudo os políticos-institucionais. A partir da década de 1970, a crítica feminista força uma mudança na abordagem convencional, demonstrando que as mulheres não participavam menos do que os homens e sim participavam de uma forma diferenciada. Buscavam dar sentido positivo a outras formas de participação política que não só a política institucional ou eleitoral (Araújo, 1999).

De lá para cá muitas e importantes contribuições se deram. Estes trabalhos foram sendo revisitados, contestados e forneceram novas questões para o debate. No que concerne à literatura brasileira, a academia já apresenta trabalhos nas décadas de 70 e 80 que refletem o tema sob vários ângulos, como a luta por direitos políticos e o comportamento eleitoral das mulheres²⁴.

A partir dos anos de 1990, tanto a academia quanto a agenda do movimento feminista, passaram a dar maior atenção ao tema da representação política das mulheres, ou seja da política institucional (Araújo, 2005). Em geral, os estudos que versam sobre o assunto, chamam à atenção para a “diferença” das mulheres, seja nos mecanismos de inserção, seja nas formas como esta representação se configura ou ainda o não-reconhecimento igualitário das mulheres como pares sociais²⁵. Este não-reconhecimento é histórico e se apresenta como fenômeno praticamente universal, significou a exclusão das mulheres dos espaços públicos, inclusive dos espaços políticos. E no Ocidente, isto foi oficializado no momento da construção da cidadania política. Tal situação só teve modificações mais significativas a partir de meados do século XX, ainda que casos esporádicos tenham

²⁴ Pode-se citar, os trabalhos de Toscano, 1975, 1982; Alves, 1980; Moraes, 1985, entre outros.

²⁵ Ver Fraser, 2002.

sempre existido.

De acordo com a análise de Bourdieu (1999), à mulher foi atribuído o espaço doméstico, portanto o espaço privado e ao homem o espaço público. Isto sempre foi visto e colocado como “natural” e desta forma foi internalizado pelos indivíduos, tanto os homens quanto as mulheres. E assim a dominação masculina vinha e ainda vem sendo reproduzida. No caso específico, sendo o campo da política um campo de atuação pública (o campo onde se expressaria o “poder”), este não seria o local “apropriado” para as mulheres. Neste sentido a privação das mulheres do mundo público se torna algo naturalizado e incorporado socialmente. O próprio percurso das mulheres neste campo ocorre a partir de uma história que as exclui, no sentido em que o “indivíduo moderno” da Revolução Francesa é elaborado através da figura masculina, europeia e branca, negando a cidadania e a igualdade a todos que não se encaixam neste modelo, que são inevitavelmente fadados à inferioridade (Araújo, Miranda & Pires, 2003).

As mulheres desta forma, não se configuram ainda como portadoras de interesses públicos, mas apenas interesses privados, de âmbito familiar. São vistas apenas como esposas e mães, responsáveis pelo espaço doméstico, o que as tornam inferiores e as remetem a uma condição de sub-cidadãs (Saraceno, 1995).

Mesmo nesta condição, que inevitavelmente dificulta a presença no espaço de representação política - essencial para o estabelecimento da democracia participativa moderna - muitas mulheres subverteram tal situação de exclusão através dos movimentos sufragistas, que marcaram o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Estes se constituíram como expressão de contestação e de rebeldia feminina a essa condição de subcidadania:

“A luta pelos direitos políticos e civis conduziu mulheres dos mais diferentes países à organização de associações e mobilizações de rua, transformando-se num dos mais expressivos movimentos da primeira metade do século passado. As mulheres terminariam por conseguir os seus direitos na esfera pública e exercê-los em quase todo o mundo” (Araújo, Miranda & Pires, 2003: 13-14).

Tais movimentos feministas que reivindicavam o direito das mulheres de participarem da esfera pública, particularmente das instâncias de decisão, se deu

através de um longo processo de lutas, sintetizado no chamado Movimento Sufragista. No entanto, este movimento (notório primeiramente nos Estados Unidos e na Europa), embora tenham lutado pela cidadania política feminina através do direito ao voto, não contestava, neste primeiro momento, o papel subordinado que as mulheres exerciam na sociedade (Araújo, Miranda & Pires, 2003).

Então foi no século XX que as mulheres conquistaram direitos políticos, em quase todo o mundo²⁶. No Brasil foi a partir de 1932, que as mulheres obtiveram o direito ao voto, progressivamente. Neste ano, Getúlio Vargas assina o novo Código Eleitoral instituindo o sufrágio universal, secreto e obrigatório. A partir das eleições de 1933, as mulheres poderiam votar e ser votadas em todo o país, mas o sufrágio seria permitido apenas às casadas com autorização do marido, e às solteiras que tivessem renda própria. Na Constituição de 1934, poderiam votar “as mulheres quando exercessem função pública remunerada”, e na Constituição de 1946, o sufrágio foi declarado “obrigatório para brasileiros de ambos os sexos”, sem nenhuma restrição específica.

Após as várias fases e obstáculos que influíram no processo, o fato é que a representação parlamentar se constituiu como a principal forma de aferição da presença feminina no poder político-institucional. E para se alcançar tal espaço, barreiras ainda se impõem, sejam elas de ordem subjetivas ou materiais, além do fato de que os cargos, lugares, vagas para a disputa política já serem estruturados de acordo com valores, critérios e dinâmicas masculinas. Assim, o déficit de igualdade nesta esfera tem mudado de forma muito lenta. Pode-se observar tal fato já nas candidaturas femininas, que mesmo com as cotas eleitorais, ainda são pequenas.

1.3.1 - Alguns dados sobre a participação política feminina

A título de uma primeira ilustração, pode-se examinar as três últimas eleições

²⁶ É válido lembrar que alguns países democráticos, a conquista deste direito se fez tardiamente. Como exemplo temos a Suíça, na qual este direito foi conferido apenas na década de 1970, e a França, na década de 1940. E alguns países de religião muçulmana permanecem proibindo estes direitos.

para a Câmara Federal, em 1998, 2002 e 2006. O percentual de candidaturas de mulheres foi de 10,37% em 1998, 11,52% em 2002 e 12,66% de candidaturas femininas nas eleições de 2006. Para as Assembléias legislativas as candidaturas de mulheres em 2006, somaram 1.784, o que representa 14,22%. Para esse cargo houve uma redução de candidaturas de mulheres, em termos relativos e absolutos, já que nas eleições de 2002, as candidaturas de mulheres somaram 14,84%. Em 1998, as candidaturas femininas perfizeram 12,94%²⁷.

Partindo para os resultados propriamente ditos, e tomando as últimas eleições, de 2006, como exemplo, os números comprovam que a participação masculina no Congresso Nacional e nas Assembléias Legislativas continua preponderante. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)²⁸, foram eleitas 4 senadoras, 3 governadoras (todas eleitas no 2º turno), 45 deputadas federais, 119 deputadas estaduais e 3 deputadas distritais. O Distrito Federal e mais seis estados não elegeram nenhuma deputada federal. Somadas, as bancadas dessas unidades da federação somam 85 deputados federais. Entre esses estados, está o Sergipe, que a despeito da bancada masculina de 8 deputados, conseguiu eleger uma senadora. Ao lado do Rio Grande do Norte, foram os únicos estados nordestinos a eleger mulheres para o Senado. Em dez anos, a presença de mulheres na Câmara dos Deputados teve aumento inferior a 1%. Na legislatura passada (2003-2007) contou com 46 mulheres entre 513 deputados, representando 8,9% da Casa. Na atual (2007-2011), são 45 deputadas, isto é, 8,77% do número total. Proporcionalmente, a bancada feminina eleita para o Senado é maior do que as bancadas de deputadas federais e estaduais: as 4 senadoras eleitas representam 14,81% das 27 cadeiras renovadas para a legislatura de 2007-2015. Nas Assembléias Legislativas e Câmara Distrital, as 122 deputadas representam 11,52% das 1.059 cadeiras renovadas.

Em São Paulo, estado com o maior número de cadeiras de deputados federais (70), foram eleitas apenas três mulheres. Na segunda maior bancada federal - Minas Gerais - também foram eleitas três deputadas no total de 53 cadeiras. A terceira maior bancada na Câmara - o Rio de Janeiro - elegeu seis

²⁷ Rodrigues, Almira. "Mulheres e eleições 2006 no Brasil: o difícil caminho de eleitoras a candidatas e eleitas. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/temasedados> Acesso em 12/10/2006.

²⁸ Consultar em www.tse.gov.br.

mulheres representando a população do estado, que tem 46 cadeiras. Na Bahia, a quarta maior bancada, dos 39 deputados, somente 4 são mulheres. A quinta maior bancada de deputados federais é a do Rio Grande do Sul (31), foram eleitas apenas 3 deputadas. Acre, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Pernambuco, Rondônia, Santa Catarina e Tocantins têm apenas uma deputada federal, cada um. O Distrito Federal e os estados de Alagoas, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Sergipe e Paraná não elegeram mulheres para representar o eleitor na Câmara dos Deputados. O número mais significativo vem do Paraná: das 30 vagas a que tem direito na Câmara, nenhuma foi preenchida por uma candidata.

Na disputa para o cargo de deputado estadual, nas eleições 2006, todos os estados elegeram homens e mulheres para as Assembleias Legislativas. Das 94 vagas para a Assembleia Legislativa de São Paulo, 83 foram preenchidas por homens e 11 por mulheres. No estado de Minas Gerais, segunda maior bancada para o cargo, foram eleitos 70 homens e 7 mulheres. No Rio de Janeiro, terceiro estado com maior número de vagas, 70 no total, serão 59 deputados e 11 deputadas.

Dentre os estados com menores bancadas, apenas 24 vagas, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, elegeram somente uma mulher para o cargo. Das 46 vagas no estado do Ceará, 44 foram preenchidas por homens e apenas 2 por mulheres. Nos estados de Amazonas, Amapá, Roraima e Tocantins foram eleitas 3 deputadas estaduais e 21 deputados. A Assembleia Legislativa de Alagoas também terá 3 mulheres, mas o total da bancada é de 27 deputados. No Espírito Santo e em Piauí, das 30 vagas, foram eleitos 27 deputados e também 3 deputadas. Já em Santa Catarina, foram eleitas 3 deputadas e 37 deputados para a Assembleia Legislativa. Nas eleições para a Câmara Legislativa do Distrito Federal, foram eleitas 3 mulheres para as 24 vagas de deputados distritais. Estes dados, demonstram em termos numéricos, a representação política diminuta das mulheres no país.

Voltando ao Estado do Rio de Janeiro, para o observarmos mais a fundo, se analisarmos os números e percentuais de candidatas e eleitas a deputada estadual durante a década de 1990 até 2006, verificamos novamente um pequeno quantitativo feminino. Segundo dados do TSE, nas eleições de 1990, por exemplo, o percentual de candidatas foi mínimo, apenas 6,33%, o que correspondia a 91

mulheres. Destas, 9 foram eleitas. Isto correspondeu a um percentual de 12,86 eleitas. Em 1994, durante a campanha eleitoral houve um aumento de 5 candidatas em relação a campanha anterior, já que 96 mulheres se candidataram. Isto perfazia 9,54% do número de candidatos. Quanto às eleitas para a Assembléia Legislativa o número das que alcançaram êxito cresceu, chegando a 13 eleitas, o que correspondia a 18,57% de todos os eleitos. Já em 1998, embora o número de candidatas tenha aumentado em mais de 100%, ou seja, 200 candidatas, correspondendo a 15,15% do total, o número de eleitas caiu. Foram eleitas nesta ocasião, 12 mulheres, 17,14% do total. Em 2002, o número de candidatas voltou a aumentar, chegando a 238 ou 18,64% de mulheres. E o número de eleitas foi o maior até hoje: 14 eleitas, o que correspondeu a 20% das parlamentares da casa. Nas eleições 2006, o número de candidatas foi de 240 e o percentual, 17,34%. E o de eleitas 11, conforme mencionado acima, o que corresponde a 15,71% de eleitos. Verifica-se então que em relação a eleição anterior o número de eleitas diminuiu.

Comparando com dados internacionais, segundo uma pesquisa da União Interparlamentar (IPU) em 178 parlamentos em todo o mundo, realizada em 2003, o Brasil ocupou o 84º lugar em índice de participação feminina nos parlamentos. Sendo que a proporção média mundial de mulheres deputadas é de 13,2%.

No geral, a reduzida representação das mulheres pode ser explicada por uma multicausalidade, entre os quais pode-se destacar: a prevalência da cultura patriarcal; as características do processo eleitoral e da representação política no país; as desigualdades competitivas de gênero; e a lógica de estrutura e funcionamento dos partidos políticos.

Destarte, as políticas de ação afirmativa, na figura das cotas, visam de alguma forma amenizar tal cenário. Embora os resultados em termos práticos se mostrem ainda tímidos, o debate se torna importante tema pra discussão.

1.3.2 – Estratégias para alterações na representação feminina

As políticas de ação afirmativa²⁹, que são medidas que visam alterar variados quadros de desigualdades - racial, étnica, sexual, social. Quando são apresentadas, as políticas de ação afirmativa reconhecem as discriminações existentes e tem como objetivo atuar ou interferir no sentido de impedir que as mesmas situações continuem se reproduzindo.

Então a partir da década 1990, como um tipo de ação afirmativa, as cotas eleitorais, se apresentam como estratégia central na tentativa de ampliação do número de eleitas em muitos países. As cotas, que são uma espécie de reserva de vagas, se apresentam também como um mecanismo transitório. Em relação às cotas eleitorais por sexo, esta ação afirmativa busca criar candidaturas para o estabelecimento de um equilíbrio entre homens e mulheres no plano da representação política. “Num primeiro momento, são medidas compensatórias que possibilitam que diferentes mulheres ocupem espaços. Num segundo, são medidas distributivas que busca assegurar a igualdade entre homens e mulheres” (Grossi e Miguel, 2001:169).

Estas ações vêm recair sobre os cargos legislativos. No caso do Brasil, resultado de iniciativas de variados segmentos da sociedade – como a Bancada Feminina do Congresso Nacional, o Movimento de Mulheres e organizações não-governamentais e sobretudo da IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing em 1995 que estipulou esta política na agenda - a lei 9100 de 1995, estabeleceu que 20% das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser preenchidas por candidaturas de mulheres. Já a lei 9504 de 1997 estipulou um percentual mínimo de 25% das candidaturas para as eleições de 1998 e, a partir de 2000, em todos os pleitos foi reservado pelo menos 30% de vagas para cada sexo - o que na prática continua sendo para as mulheres. (Araújo, Miranda & Pires, 2003; Martins, 2001). Vale ressaltar que de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em todas as eleições após o estabelecimento das cotas, os percentuais relativos às mulheres (que foram estipulados pelas leis) nunca foram alcançados.

As cotas então têm em vista a modificação na representação feminina, já que buscam aumentar as candidaturas e assim aumentar a possibilidade do número de eleitas. De fato, isto vem ocorrendo, mas este aumento tem sido tímido em alguns

²⁹ O surgimento e outras formas de políticas de ações afirmativas, serão abordados no próximo capítulo.

países da América Latina como um todo³⁰. Htun (2002) observa que entre os anos de 1991 e 2000, onze países latino-americanos adotaram leis para o estabelecimento de cotas para as mulheres em eleições legislativas que variam, dependendo do país, entre 20 e 40% das vagas. Segundo dados do IPU (Inter-Parliamentary Union) levantados por Htun em 2002, a porcentagem de eleitas nas câmaras legislativas não ultrapassaram 15% e a porcentagem para o Senado 12% em toda América Latina.

É mister reafirmar que mais do que dados, as cotas trazem consigo um universo de questões relacionadas com as teorias feministas e as concepções contemporâneas de inclusão e ação política e interesses coletivos.

E existem outros aspectos relacionados com a posição das mulheres na vida social e nas atribuições culturalmente construídas que podem influenciar nas candidaturas femininas. Há uma dificuldade maior para as mulheres em conciliar a vida pública com a vida doméstica, pois conforme divulgado intensamente na literatura, mulheres mesmo que “trabalhem fora”, ainda assim são as únicas responsáveis pelo lar e/ou pelos filhos. Continua uma segunda (ou primeira) jornada de trabalho. É crescente também o número de parlamentares que quando se firmam na carreira política se separam ou divorciam, justamente por não conciliarem *bem* seus trabalhos e a vida doméstica³¹. A estrutura do partido e do financiamento eleitoral, a cultura política do país, como também a trajetória social são outros pontos que influem na candidatura e reduzem as chances de uma possível eleição (Araújo, 2002).

Ainda que com obstáculos à candidatura, eleição e conseqüente representação feminina, o que vem sendo apontado pela literatura feminista (Htun, 2002, 2004; Pinto, 1994) é que a promoção da equidade entre homens e mulheres é imprescindível para a participação política e para desenvolvimento do país como um todo. E mais do que isto: é de suma importância para fortalecer a democracia, e é também uma questão de justiça. Htun (2002) coloca que:

³⁰ Para dados mais completos sobre a eleição e a evolução das eleições de mulheres no Brasil e no Rio de Janeiro consultar Araújo, Miranda & Pires, 2003. Para uma discussão complementar sobre as cotas e o impacto delas no Brasil ver Araújo, 1999, para uma panorama internacional consultar Dalrhup, 2006.

³¹ Ver, por exemplo, Malheiros e Miguel, 2001.

“[...] los avances en pro del derecho de las mujeres a participar en los puestos de poder, de sus derechos civiles y de la igualdad de oportunidades, están ligados a la consolidación de la democracia, el desarrollo social y un crecimiento económico equitativo” (idem: 40).

Vale ressaltar que este debate, não gira apenas em torno de se ter um número maior de candidaturas femininas e consequentemente um maior número maior de mulheres eleitas e sim um maior número de eleitas que sejam sensíveis às demandas feministas (Htun, 2002; Avelar, 2006). Creio que o mesmo raciocínio possa ser estendido à outras minorias.

1.4 - Representação Política e a questão racial

Grande parte do referencial teórico sobre a relação entre raça e política no Brasil foi produzido a partir de trabalhos que não tinham como interesse central discutir este tema. Na sua maioria eram estudos comparativos sobre relações ou desigualdades raciais ou ainda sobre mobilidade social, que acabavam por, indiretamente, fazer algumas considerações sobre a participação do negro no campo da política brasileira (Azevedo, 1955; Fernandes, 1965; Pierson, 1945; Hasenbalg, 1979). Sendo assim, a presença desigual de brancos e negros em cargos políticos no Brasil, com o quase monopólio dos brancos, era explicada como decorrente do padrão de participação dos negros na sociedade e do seu padrão de mobilidade social. (Oliveira, 1998). Questões de gênero interligadas à questões de raça, também não eram inseridas neste contexto.

Neste panorama se destacam os clássicos trabalhos *Branco e Pretos na Bahia: Um estudo de contato racial* (1945) do antropólogo americano Donald Pierson e *As elites de cor: um estudo sobre ascensão social* (1955) do antropólogo baiano Thales de Azevedo. Vendo a Bahia como exemplo do padrão de relações raciais brasileiro, Donald Pierson realiza uma profunda análise da situação de brancos e afro-descendentes durante os anos 30 e 40. Financiado pela Unesco, o antropólogo americano procurava desenvolver um estudo sobre contatos inter-

raciais que se tornassem comparáveis com as situações de outros países (Maio, 1996). Pesquisando a composição racial das classes na sociedade baiana dos anos 40, Pierson observou a distribuição ocupacional, junto com outros índices como a posse de bens e padrão de consumo, e percebeu que os pretos e mulatos escuros ocupavam as posições ou os estratos mais baixos da sociedade, enquanto os mulatos claros e brancos se situavam nas camadas superiores. A mesma situação se encontrava no campo da política, onde negros eram minoria, compondo menos que 10% da presumida elite política baiana da época.

Às descobertas de Pierson somam-se as de Thales Azevedo em sua pesquisa sobre os canais de mobilidade social para afro-descendentes na Bahia até os anos 50. No referido trabalho, Azevedo explicou que a política era uma das poucas vias de ascensão social para negros na Bahia até a década de 50. Os outros canais de mobilidade social identificados por ele eram o casamento inter-racial, o comércio e a burocracia. A escolarização e adoção de valores representativos dos brancos eram vistas por este autor como um dos principais passaportes para ascensão social dos negros baianos. Ambos os estudiosos das relações raciais argumentavam que a sociedade baiana, como a brasileira, era multirracial de classes, onde se desenvolvia relações pacíficas entre os vários segmentos raciais. O maior impasse para os negros era que esta sociedade vivia sob uma ordem competitiva de classes, mas cultivava códigos de conduta e valores da sociedade de *status*, na qual a cor continuava a determinar as referências sobre o lugar de cada um. Eles perceberam que a cor negra era símbolo de baixo *status* e que existiam preconceitos contra os afro-descendentes, representando-os freqüentemente como ignorantes, feios ou sujos quando comparados aos brancos. Apesar deste dados, Pierson e Azevedo concluíram que no Brasil não existiam barreiras raciais. Os problemas de mobilidade social e participação política, para eles, seriam determinados não por questões raciais, mas pela dinâmica da relação entre classes sociais e conflitos culturais (Guimarães, 1996).

A Escola Paulista de Sociologia, na década de 1950 e representada pelo sociólogo francês Roger Bastide e os então jovens pesquisadores brasileiros Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, foi muito importante na investigação das relações raciais nas cidades de São Paulo e de

Florianópolis. Nesta Escola, surgiram trabalhos que apresentaram as críticas às ideias de Pierson e Azevedo. A obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1965) de Florestan Fernandes é um exemplo que sintetiza grande parte da contribuição desta escola para os estudos sobre a situação do negro no Brasil. Neste trabalho, Fernandes tentou compreender o porquê de decorridos mais de sessenta anos da abolição da escravidão, os negros ainda continuavam alocados nos baixos estratos da sociedade e eram a população que enfrentava mais dificuldades para se integrar à sociedade competitiva.

As análises de Fernandes foram de suma importância porque serviram para desmistificar, ainda que no horizonte da academia, as teses alimentadas por Gilberto Freyre, Donald Pierson e Thales de Azevedo de que o Brasil seria uma democracia racial³². Sua pesquisa revelou que a existência de preconceitos raciais, discriminação contra os negros em São Paulo, competição com o imigrante, falta de apoio do Estado e sindicatos, aliado a falta de preparo (material e moral) dos próprios negros contribuíam, negativamente, para perpetuar as distâncias sociais entre brancos e negros. Estes fatores explicariam a precária integração do negro na sociedade capitalista no Brasil. Fernandes acreditava que os preconceitos e o racismo eram resíduos herdados da sociedade escravocrata e que à medida que se institísse uma ordem capitalista cessariam estes problemas. Enquanto isto, as tentativas dos negros de conquistar cargos políticos pareciam ser dificultadas pelos estereótipos contra o negro, sua própria falta de auto-estima, e principalmente pela desorganização social e conformismo presente no meio negro (Oliveira, 1999).

Ainda na década de 1950, no contexto do projeto Unesco³³, a contribuição de Costa Pinto (1998) é mais uma que merece destaque. Em sua obra *O negro no Rio de Janeiro: Relações raciais numa sociedade em mudança* (1ª edição em 1953), ele

³² Em 1975, foi publicada uma seleção de artigos de Thales de Azevedo, que se constituiu no livro *Democracia racial: mito ou realidade?*, onde o autor muda de posição e admite que uma democracia racial brasileira seria um mito.

³³ Na segunda metade da década de 40, a Unesco observava com perplexidade os resultados lastimáveis da Segunda Guerra Mundial em nome da *raça*. Esse quadro tornou-se mais dramático com a persistência do racismo em diversas partes do mundo, o surgimento da Guerra Fria, o processo de descolonização africana e asiática, e a perpetuação de grandes desigualdades sociais. Neste panorama, a Unesco, em fase otimista, tentou encontrar soluções para este cenário de disparidades. O Brasil foi escolhido como exemplo para demonstrar, em perspectiva comparada, o contraste com a experiência racial americana, como seria um país sem conflitos raciais. Para tanto, alguns pesquisadores nacionais e estrangeiros foram escolhidos para desenvolverem suas pesquisas em algumas cidades urbanas e rurais brasileiras. Os resultados das pesquisas do projeto Unesco foram publicados em Wagley et al. (1952); Azevedo (1953); Costa Pinto (1953); Roger Bastide e Florestan Fernandes (1955); Ribeiro (1956), e não atenderam aos objetivos iniciais dada a descoberta da forma peculiar de como o racismo se configura no Brasil.

classifica o poder dos negros no Brasil sempre como não-institucional, ou não-oficial, presente apenas em associações que tinham em vista a mudança do *status* desprivilegiado na sociedade. Ele especificou as associações em dois níveis: as tradicionais, voltadas às atividades recreativas, culturais, religiosas, apresentando “a contribuição do africano à estética, à música, à coreografia, à mística, em suma à cultura de *folk* brasileira” (idem, 1998:257) e as associações de novo tipo, mais identificadas com a “história viva e contemporânea das aspirações, das lutas, dos problemas, do sentir, do pensar e do agir de *brasileiros*, social, cultural e nacionalmente brasileiros, etnicamente negros” (idem, p.257-258, ênfases do autor).

No final da década de 1960, uma época em que fatores raciais eram vistos como irrelevantes na análise do processo político, Bolivar Lamounier (1968), surge como um dos poucos cientistas políticos a perceber a importância da variável racial e étnica no comportamento político e eleitoral no Brasil. Lamounier propõe aos seus colegas algumas reflexões em seu artigo “Raça e Classe na Política Brasileira”. Ele incentiva-os a questionar o que aconteceria se um grupo étnico, majoritariamente situado nos baixos segmentos sociais, tivesse preferências políticas adequadas a esta condição, independentemente da sua condição de classe. Uma vez aceita esta proposição, o autor especula, ainda, sobre quais seriam as condições propícias para o desenvolvimento do comportamento político de base étnica, bem como quais seriam os objetivos políticos das lideranças negras e suas estratégias de luta. Suas análises sobre a relação entre raça e política seguem os passos das teorias de Pierson (1945), Azevedo (1955) e Fernandes (1965), que eram perspectivas dominantes naquele período.

Lamounier também acreditava que o desinteresse e a apatia do negro com relação às atividades sociais e políticas eram decorrentes do estado de anomia (social e psicológica) em que eles se encontravam. Para este autor, a ausência de conflitos raciais no terreno político advinha da forma latente como o próprio problema se colocava na sociedade brasileira, principalmente devido a dificuldade de delimitar a influência da raça e da classe nas oportunidades de mobilidade social. Contudo, parece que os apelos de Lamounier não sensibilizaram seus colegas estudiosos.

Cabe ressaltar, que o que o autor coloca se converteu no debate pós-terror

sobre representação por idéias ou por presença e o debate clássico de Pitkin, citado anteriormente.

Na década seguinte, tendo como paisagem um Brasil já com forte urbanização e industrialização em algumas regiões do país, é outra vez através de um estudo sobre estratificação racial, que são apresentados novos elementos para entender a relação entre negros e o espaço político no Brasil. Buscando identificar os mecanismos que reproduzem as desigualdades raciais no Brasil, o sociólogo Carlos Hasenbalg (1979) critica as interpretações propostas pela escola baiana e a escola paulista de Sociologia, que viam as desigualdades raciais como herança do escravismo, e afirma que a sociedade capitalista confere novas funções às representações negativas contra o negro. Para ele, a exploração de classe e a opressão racial articulam-se enquanto mecanismo de exploração de grupos subordinados, conferindo imensas desvantagens aos negros na disputa pelos bens materiais e simbólicos desejados na sociedade brasileira.

Hasenbalg explica que quatro fatores contribuía para a não-emergência de ações políticas fundadas na solidariedade racial para vencer as desigualdades. Primeiro, a cooptação através da mobilidade ascendente de parte da população negra; segundo, a produção de manipulações ideológicas, como racismo e mito da democracia racial, que visavam naturalizar as desigualdades; terceiro, repressão e dominação; por último, a manutenção de um sistema de dominação dos grupos subordinados. Ele concluiu então, que uma identidade racial fragmentada dos negros e a predominância de projetos individuais de mobilidade social prejudicavam as aspirações políticas neste grupo; além, da estrutura político-eleitoral brasileira e dos regimes políticos existentes.

Em trabalho posterior, ainda relacionando o fator racial e ações políticas, Hasenbalg (1991) afirmou que:

“a raça ou a filiação racial deve ser tratada como uma variável ou critério que tem um peso determinante na estruturação das relações sociais, tanto objetivamente, na medida em que a raça é um determinante importante nas chances de vida das pessoas, quanto subjetivamente, no sentido do pertencimento racial (mesmo não sendo, no caso do Brasil, um atributo unívoco e sim mais relacional e situacional) estar associado a identidades raciais que implicam uma socialização e aprendizado do lugar dos diferentes grupos raciais na

hierarquia racial” (idem:16).

Percebe-se que pelo fato de grande parte dos estudos sobre relações raciais até a década de 70 estarem concentrados na análise de questões como estratificação racial e desigualdades, as explicações iniciais para a ausência de negros em cargos políticos no Brasil tendiam para vê-las como reflexo da estrutura geral de participação e inserção do negro na sociedade. Assim, inclinavam-se a desconsiderar as especificidade do campo político e a lógica eleitoral e partidária como determinantes da inserção dos negros na política.

A análise de Goldman & Sant’Anna (1996), mostrou que os autores que trataram da disputa partidária eleitoral no Brasil relativa ao período da década de 40 a 90 investigavam mais o papel dos partidos. Muitos destes trabalhos, segundo eles, tendia a se dividir entre aqueles que enfatizam a precariedade e a falta de legitimidade do sistema partidário brasileiro, e outros que defendiam o papel fundamental destas instituições na consolidação do regime democrático no Brasil. Oliveira (1997) coloca que vendo os partidos como “atores” da arena política brasileira, as respostas para entender o que determinava a oferta de voto para os partidos girava em torno da busca da identificação da escolha eleitoral observando-se a influência das classes sociais, grau de instrução, gênero, idade e religião. Talvez por força do mito da democracia racial, que desconsiderava o papel da raça na definição dos arranjos sociais no mundo do trabalho, da religião, etc., os cientistas políticos poucas vezes incluíram a variável raça como peça para as suas análises (Soares & Silva, 1985).

O cientista político americano Pierre-Michel Fontaine (1985) revelou outras perspectivas para compreender a luta dos negros pelo poder político no Brasil. Baseado em pesquisas realizadas entre os anos 70 e 80, Fontaine fez um inventário do número de políticos negros no congresso brasileiro e nas principais casas legislativas do país, constatando que havia poucos negros no poder no Brasil. Ele, contudo, afirmava que era incorreto supor, como ele próprio já havia feito anteriormente, que os afro-descendentes não exerciam poder político. Percebeu também que os negros possuíam uma forma de poder “diferente”, que seria residual e acumulativa, que era exercida por lideranças negras entre os seus pares, no universo das suas organizações (comunitárias, religiosas), nos bairros populares e

nas favelas, para manipular o Estado, os partidos ou os políticos. Este poder podia se materializar, por exemplo, nas eleições quando os votos da “comunidade” eram negociados por promessas de serviços de urbanização dos bairros. Fontaine identificou nestas mobilizações associativas e comunitárias, as bases para emergência de significativo contingente de políticos negros no Brasil. A contribuição deste autor é chamar a atenção para o fato que, dentro das suas especificidades, os negros exercem poder no Brasil. O ponto fundamental era identificar os mecanismos deste poder, suas fontes, instrumentos e locais.

Uma outra importante iniciativa de pesquisar o comportamento político dos negros numa eleição e as suas representações sobre raça e política partiu de Valente (1986), em São Paulo. Valente investigou o comportamento políticos dos negros como candidatos, eleitores e militantes, durante as eleições estaduais paulista de 1982. Muitos observadores consideram que estas foram as primeiras eleições livres depois da instauração do regime militar em 1964 (Soares & Silva, 1985). Neste trabalho, Valente buscou verificar as posições político-ideológicas dos candidatos negros durante esta campanha, suas estratégias eleitorais, a receptividade do eleitorado as candidaturas negras e a relação dos partidos políticos perante as reivindicações específicas deste grupo (apud Oliveira, 1998). De acordo com Valente, os negros apareceram como importantes parceiros políticos no pleito estadual de 1982, em São Paulo. De uma maneira geral, todos os partidos, independente de tendências ideológicas, tentaram atrair os políticos negros para os seus quadros. Algumas agremiações, como o PDT, PMDB e o PT, introduziram em seus programas itens específicos comprometendo-se a lutar em prol das causas dos afro-descendentes. Tais ações tinham, segundo a autora, o intuito de conseguir votos no meio negro.

A restauração do pluripartidarismo abriu mais vagas para os negros se candidatarem e mais opções de escolhas de legendas. Todavia, Valente observou que 83,3% dos candidatos negros concorreram por partidos ditos então, de oposição, como o PDT, PT e PMDB³⁴. Dentre as estratégias eleitorais deste

³⁴ Borges Pereira (1982) explica que a tendência dos negros de atuarem em partidos de esquerda talvez decorra do fato dos militantes negros equacionarem a “situação” como referente ao grupo dominante, o grupo de brancos, já a esquerda defenderia o grupo dos dominados, os negros. Ou seja, observa-se entre os militantes negros a tendência a identificar este grupo com pobres e trabalhadores. Borges Pereira nota que os políticos são eleitos por expressivo contingente de votos oriundo dos negros, contudo raras vezes eles tem

candidatos, podia-se destacar o interesse de muitos deles de reunir um voto étnico, mas também o imenso receio de veicular propostas relacionadas a questão racial. Cautelosamente, nos seus discursos, a maioria dos candidatos negros em 1982 dirigiam suas mensagens a todos os eleitores, tentando evitar rejeição tanto do eleitorado branco quanto do negro. Dos 16 candidatos ligados ao movimento negro que disputaram as eleições, doze candidatos proclamaram-se “porta-vozes” dos negros (Borges Pereira, 1982). Apesar desta estratégia, poucos políticos negros conseguiram se eleger nestas eleições.

Estes dados são, sem dúvida, instigantes, principalmente quando confrontados com os achados de Soares & Silva (1985) sobre os determinantes da votação ao candidato Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista, nas eleições estaduais de 1982 para o governo do Rio de Janeiro. Com base em uma pesquisa de base quantitativa, os autores perceberam que a variável racial foi um importante fator na votação à Leonel Brizola, destacando que os pardos foram o grupo que mais concedeu voto a este candidato. Os autores avaliaram que o fato do PDT, com sua proposta de instauração de um “socialismo moreno” no Brasil, ter assumido em campanha um compromisso de trabalhar em favor da população negra e ter feito um apelo eleitoral aos pobres e despossuídos contribuiu para a penetração desta candidatura junto aos negros. Cerca de duas décadas atrás, semelhante fenômeno foi observado também por Amaury de Souza (1960) estudando as eleições estaduais do Rio de Janeiro em 1960. Ele, também, notou uma correlação positiva entre a cor escura e preferência de voto no partido trabalhista, mesmo depois de controlada a identificação da classe social.

Observa-se que, com exceção do trabalho da Valente (1986), a maioria dos autores resenhados acima tenderam a ver os negros, prioritariamente, como eleitores. Uma preocupação que, raras vezes, surgiu foi a de saber como se desenvolve a participação do negro enquanto candidato, tendo em vista os preconceitos que pairam sobre os negros na sociedade brasileira. No contexto dos anos 50 e 70, Fernandes (1965) e Hasenbalg (1979), lembraram-nos que os preconceitos contra os negros não apenas lhes dificultavam a obtenção de posições socialmente valorizadas no mercado de trabalho, mas também terminava por

podido se colocar como seus representantes.

desencorajar-lhes a competição em eleições. Todavia, devido a carência de levantamentos censitários sobre o perfil dos candidatos segundo raça em eleições proporcionais no Brasil até 1982, tornava-se difícil afirmar qual era a oferta de negros candidatos (Oliveira, 1998). É válido lembrar que os dados sobre a cor dos candidatos, ainda hoje, são difíceis de obter.

Contudo, no final dos anos de 1980, Oliveira (1991) observa um cenário diferente que se desenhava na cidade de Salvador. Dois fatos o instigaram a investigar as campanhas de políticos negros. Primeiro, a observação do surgimento de significativo número de candidatos negros disputando uma das 33 cadeiras da Câmara Municipal de Salvador em 1988. Posteriormente o autor, estudou as eleições de 1992, tentando compará-las. Sendo Salvador um cidade cuja maioria da população é negra (78%), mas que os cargos de poder político tem sido, historicamente, monopolizados por políticos brancos, ele achou importante pesquisar quais eram os problemas que marcavam as campanhas dos candidatos negros (Oliveira, 1991). Segundo, a percepção da emergência de um poder cultural negro - representado pelo surgimento de associações culturais, religiosas, políticas e carnavalescas - tentando construir uma identidade positiva para os afro-descendentes revelava a politização da questão racial na Bahia. Esta dinâmica “etnopolítica” do espaço afro-baiano, como denominou Agier, levou a um “embate de subjetividades”, no qual o que estava em disputa não era apenas a redefinição da imagem do negro, mas a própria redefinição do lugar que ele deveria ocupar na sociedade, especialmente no campo político (Agier, 2001).

Em suma, Oliveira constatou realmente que um expressivo contingente de afro-descendentes estava disputando estes pleitos. Nas eleições de 1992, por exemplo, dos 1149 candidatos que disputaram as eleições mais da metade era negro (Oliveira, 1997). Apenas 10% dos candidatos faziam apelos à identidade étnica como estratégia eleitoral ou viam a questão racial como um problema político. Estes eram em sua maioria, políticos oriundos de movimentos sociais urbanos, de associações profissionais ou religiosas, suas propostas políticas buscavam, freqüentemente, resolver problemas específicos de suas “comunidades”. Questões relativas a falta de infra-estrutura urbana e carência de equipamentos de consumos coletivos. Este políticos explicavam que era preferível utilizar identidades sociais que

não ensejassem tantos conflitos e ambigüidades quanto a idéia de negritude. Embora sem contar com assessoria de marketing político, muitos candidatos afirmavam que suas campanhas eram orientadas não apenas por aquilo que acreditavam, mas, principalmente, em função daquilo que achavam que os seus eleitores desejavam (Oliveira, 1998).

Outro estudo de campanha eleitoral de candidato negro foi realizado por Maria Gabriela Scotto (1994). Com abordagem etnográfica, Scotto analisou a campanha de Benedita da Silva à prefeitura do Rio de Janeiro, em 1992. A autora preocupa-se em perceber as representações de gênero, raça e classe que marcavam a participação da candidata do Partido dos Trabalhadores nestas eleições. Assim, a autora problematiza em seu trabalho a maneira como a questão racial interferiu na “representação e apresentação” de Benedita da Silva na sua relação com o eleitorado e assessores da campanha (Oliveira, 1997). E, como lembram vários autores (Pierucci, 1999; Brown et alii, 1993; Moncrief et alii, 1991), tradicionalmente, na arena política, fatores de gênero e de raça atuam juntos na definição das oportunidades de conquista de cargos de poder; e, como enfatiza Moncrief et alii (1991), isto confere uma dupla desvantagem para as mulheres negras. Isto é, elas têm que enfrentar os entraves advindos do fato de serem mulheres e negras num universo onde os símbolos de competência são masculinos e eurocêntricos.

Vale a pena citar também, o recente estudo de Oliveira (2007), que visou comparar as campanhas de Benedita da Silva e de Celso Pitta às prefeituras do Rio de Janeiro em 1992 e de São Paulo em 1996, respectivamente. O autor aponta para a diferença crucial entre as duas campanhas. A candidata apela para a questão racial, de gênero e de classe, na busca pela eleição, e o candidato faz justamente o contrário tentando desracializar a sua campanha. Oliveira (2007) mostra também o contraste entre as duas campanhas, onde a visibilidade e a invisibilidade da questão racial no campo político eleitoral, se torna instigante.

Apesar de uma certa expressividade das candidaturas negras, tanto a cargos legislativos como também a cargos majoritários na vida política do país nos anos recentes, constata-se que os estudos sociológicos nesta direção ainda são diminutos, salvo as raras exceções citadas acima. Isto talvez possa se explicar, em

parte, pela existência dos preconceitos raciais na sociedade brasileira, os quais representam, usualmente, os (as) negros (as) como indivíduos destituídos de qualidades para o exercício do poder e da riqueza; ou pela predominância de interpretações que viam o padrão de participação dos negros na arena política como subproduto de seu *status* diminuto na sociedade, ou pela própria dinâmica da Ciências Sociais que tende a valorizar mais alguns objetos de estudos que outros, mesmo que todo discurso “politicamente correto”, tenda a apontar em outra direção. Estes e outros motivos podem ter contribuído, em menor ou maior grau para o baixo interesse pelos estudos e a relação entre as relações raciais, a representação e o poder no Brasil. Lacuna esta que tenta aqui ser minimamente suprida, ao focar na questão da representação política de mulheres negras.

1.5 - Mulheres negras e representação política

Uma das realidades presentes na América Latina é a escassa ou nula representação política de grandes e majoritários setores da população, entre eles os e as 150 milhões de afrodescendentes que são terça parte da população da região, segundo dados do IPU.

A sub-representação política nos espaços de tomada de decisão dos Estados é uma evidência a mais da exclusão econômica, do racismo e do sexismo que põem em questionamento as democracias na América Latina e do Caribe³⁵. Deste modo, o círculo da exclusão tende a se perpetuar já que os níveis de pobreza e as brechas não se movem positivamente ou de maneira significativa. As mulheres negras, em particular, dentre outros grupos que são vítimas do racismo, do sexismo e da discriminação, não encontram possibilidades reais e sustentadas de ocupar cargos políticos relevantes nos poderes formais para impulsionar as transformações e tomar as decisões que modifiquem a estrutura da exclusão³⁶.

³⁵ Division for the Advancement for Women (DAW) – United Nations Department for Economic and Social Affairs, *Women 2000 and Beyond. Implementation Of The Beijing Platform For Action & Compliance with International Legal Instrumentation Women*. Disponível na Internet em <http://un.org/womenwatch>.

³⁶ Cabe lembrar que nem todos concordam com tal afirmação, já que pode sugerir uma aceitação da necessidade de uma representação descritiva. Críticos como Pitkin (1967), são contrários a esta idéia.

Por um lado, as mulheres como produto da beligerância política e social, conseguiram obter decisões positivas, bem como o gradual aumento de sua participação e também representação política. Assim, na última década, alcançou-se um aumento, ainda que tímido, de mulheres em parlamentos e senados.

Não obstante, nesse processo, é notório que mulheres negras ainda têm que fazer esforços com os escassos recursos com os que contam, para abrir este passo; e embora ocupem já diversos espaços, estes se localizam fundamentalmente no nível local com uma mínima participação no plano nacional.

Para o caso das mulheres negras, esta realidade, é essencialmente produto de um esforço individual, que passa não só pelo poder formal, mas também pela luta por espaços dentro dos próprios movimentos de mulheres, de afrodescendentes e nos movimentos sociais³⁷. Cada vez mais, entende-se que uma das formas de romper o círculo da exclusão é procurando e fazendo parte destes espaços políticos, que visibilizam algumas protagonistas dos processos de construção democrática, que estão em marcha na maioria dos países da região.

É importante assinalar, portanto, que não poderemos falar de democracias no amplo sentido da palavra se grupos humanos amplos, como as mulheres e afrodescendentes encontram-se longe de ter o direito de representar-se. (Htun, 2002, 2004). Embora seja claro que o direito a escolha, na maioria dos casos se obteve; o direito a ter espaços de poder reais, que garantam uma verdadeira representação, deve ser aprofundado com uma participação ativa em pé de igualdade dos cidadãos, sem restrição de raça, classe e sexo (Avelar, 2006).

As mulheres na América Latina foram ganhando espaços de representação na maioria dos países da região. Entretanto, uma das tarefas pendentes é que mulheres negras também ocupem os espaços de representação para contribuir à construção de sociedades que não as excluam a elas, nem a seus povos e comunidades. As mulheres dos grupos mais discriminados embora possam ter graus importantes de consciência, não contam com as ferramentas necessárias para confrontar os enormes desafios que a sociedade lhes coloca.

Elas têm que enfrentar, com menores níveis de educação e de informação e com maiores cargas de trabalho, uma concorrência feroz, que lhes exigem esforços

³⁷ Idem.

extraordinários para poder chegar aos postos de poder nos quais se tomam as decisões e se definem o destino dos recursos públicos. (Brito, 2001). Por essa razão, essa concorrência desigual deixa a maioria no caminho sem cumprir sua expectativa de ser parte de quem toma decisões em suas comunidades e em seus países.

As mulheres negras, possivelmente as mais sub-representadas nas democracias da Região, através de suas organizações, expuseram a necessidade de contar com maior capacitação e formação política para identificar mais e melhores soluções ao sem número de desafios enfrentam. É necessário sublinhar que, desde princípios dos 90, elaboraram-se indicadores que ponderam o nível de desenvolvimento de um país a partir da incorporação política das mulheres. Inclusive a qualidade da democracia dos países no século XXI se relaciona de maneira direta com a participação das mulheres nos diferentes espaços de poder (Carrillo Flores, 2001).

Entretanto, na América Latina as mulheres negras têm ficado fora da representação progressiva que mulheres estão alcançando. Estudos qualitativos e quantitativos evidenciam que uma inserção crescente e de qualidade das mulheres na política e na sociedade relaciona-se diretamente com o acesso a níveis crescentes de educação e ao acesso ao emprego de qualidade, e que como consequência se melhora tanto a própria qualidade de vida das mulheres como a de seus filhos (quando os têm) e a de suas comunidades³⁸.

Paradoxalmente, mas consequente com a manutenção do círculo da exclusão, as mulheres negras, não têm igualdade de oportunidades para acessar a educação de qualidade e enfrentam adicionalmente uma clara discriminação racial e de gênero no mercado de trabalho. Também vale a pena destacar a existência de informação qualitativa que evidencia que existem formas diferenciadas de assumir o poder, entre as mulheres e homens³⁹.

É portanto de se supor que dado o compromisso social das mulheres negras e a história cotidiana de uso justo e racional dos recursos familiares e comunitários em função de objetivos coletivos, mais mulheres negras nas estruturas de tomada de decisão poderá implicar num desenvolvimento acelerado para as comunidades e as

³⁸ Cf. Carrillo Flores, 2001.

³⁹ Cf. Pinheiro & Soares, 2006.

mesmas famílias, ao mesmo tempo que o impulso de novas formas de fazer política (Carneiro, 2001).

Segundo Avelar (2006), a esta altura do desenvolvimento da humanidade é inegável que as mulheres têm os mesmos direitos que os homens de participar de maneira ativa na tomada de decisões, nos postos de poder formal e nas organizações sociais. Porém, também é inegável, como se apontou anteriormente, que existem discriminações estruturais como o racismo e o sexismo que expulsam as mulheres negras de maneira sistemática das possibilidades reais de dirigir seus países e/ou comunidades.

1.5.1 - As mulheres negras na política formal

No contexto geral da América Latina, a primeira parte desta década mostrou avanços significativos para as mulheres, conforme já mencionado. Nos Parlamentos a participação das mulheres cresceu. Embora, estejam ainda muito longe da paridade, estão em melhores condições que a princípios da década de 1990 do século passado, onde escassamente as mulheres alcançaram 11%⁴⁰.

Em eleições diretas o Chile, um país conservador, leva a uma mulher à presidência com um alto nível de apoio popular. A presidenta Bachelet incorpora além disso, um gabinete paritário, revolucionando com os feitos concretos a realidade política. Entretanto, é evidente que a situação das mulheres negras não se modificou no mesmo sentido que para o resto de mulheres da região.

Nos países com uma população afrodescendente considerável e que avançaram na participação política das mulheres tanto nos poderes executivos como legislativos, a incorporação das mulheres negras é escassa. A Colômbia, por exemplo, onde se reconhece uma população de afrodescendentes de quase 12 milhões, historicamente teve não mais de 7 deputadas em 13 anos. A Colômbia tem há anos uma Senadora afrodescendente, Piedad Córdoba, com ampla experiência política e com um reconhecimento que lhe permitiu reeleger-se em duas

⁴⁰ Cf. Dados de Carrillo Flores, 2001.

oportunidades, produto de seu trabalho e de sua forma de enfrentar a política, mas segue sendo uma exceção⁴¹.

Países centro-americanos como Nicarágua e Honduras têm uma deputada nacional afrodescendente e uma deputada suplente em ambos os congressos. A Costa Rica tem uma deputada afrodescendente que é a quinta mulher negra na história da democracia costa-riquenha a chegar ao Parlamento.

O Peru conta com uma deputada afrodescendente. O Panamá conta com duas deputadas afrodescendentes. Países como o Equador, Venezuela e Uruguai não têm representação das mulheres negras em seus poderes legislativos⁴².

A participação dos afrodescendentes nos Poderes Judiciais é quase nula, embora valha a pena destacar a Magistrada Graciela Dixon, Presidenta da Corte do Panamá, que se converte em uma honrosa exceção a esta norma⁴³.

Na América Latina existem aproximadamente 4200 legisladores incluídos os das Câmaras baixas e altas, sendo que aproximadamente quase 20% de todos esses legisladores são mulheres, com níveis que vão do 38,8% para a Costa Rica – país que tem nas Américas a maior representação de mulheres no terceiro no mundo – , até a Guatemala que tem uma representação em seu Parlamento de apenas 8,2%.

De acordo com dados sistematizados por Achard (2004), na maioria de países que contam com Senado e Câmara de Deputados a participação das mulheres é baixa. Entretanto é muito importante ressaltar que a participação dos afrodescendentes no total chega a apenas 1% do total de legisladores sendo virtualmente uma terça parte da população da região e menos de 0,03% a representação das mulheres negras nos senados e parlamentos da região⁴⁴.

Estes dados evidenciam que a preparação crescente de mulheres negras não foi acompanhada de uma participação crescente nos postos políticos onde se

⁴¹ Op. Cit.

⁴² ACHARD, Diego; Un desafío a la democracia. Los partidos políticos em Centroamérica, Panamá y Republica Dominicana, San José: BID, IDEA, OEA, 2004.

⁴³ E isto em contraposição com a sobre-representação de afrodescendentes no sistema penal, neste país.

⁴⁴ Infelizmente, não há dados completos e/ou sistematizados sobre a representação política de mulheres negras no Brasil, não havendo como apresentar estatísticas precisas. Isto se deve primeiramente aos partidos políticos que muitas vezes não reconhecem a importância do quesito cor das eleitas (ou já nas candidaturas) o que dificulta a sistematização e posterior divulgação pelos órgãos de pesquisa. No entanto, há alguns dados sobre mulheres negras importantes na representação política no país, como se verá no capítulo 3 e ainda no Anexo A.

tomam as decisões mais importantes dos países e que incidem diretamente na qualidade de vida da população. Ainda assim, mulheres negras do Brasil, Panamá, Colômbia, Peru, Costa Rica e em geral da região fazem esforços cada vez maiores para acessar a educação universitária, rompendo enormes barreiras de exclusão.

O processo que gerou alguns resultados de inclusão social das mulheres na América Latina e também no Brasil passa por ações políticas afirmativas e ações concretas como cotas nas leis eleitorais. As condições atuais apontam, portanto, que se busque uma vinculação das leis de cotas, e algumas ações afirmativas a favor das mulheres negras.

Neste caso destaca-se o esforço do governo brasileiro de institucionalizar o trabalho para os afrodescendentes na Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, citada anteriormente. Processo semelhante ocorre na Secretaria para Mulheres Negras do Instituto das Mulheres do Uruguai, pois permite ter na agenda e nas propostas, de maneira permanente, ações que promovem não só a equidade de gênero, mas também a equidade racial.

1.5.1.1 - Ações afirmativas

O conceito de ação afirmativa surge nos Estados Unidos da América (EUA) como resultado das ações desdobradas por movimentos de direitos civis e reivindicação de justiça social para conseguir a integração da sociedade americana. Com o apoio de membros do Congresso se obteve a definição explícita de políticas orientadas a melhorar as oportunidades das minorias no trabalho, na educação, na atribuição de contratos públicos e na participação política.

O movimento de massas em favor dos direitos civis ganhou força, contribuindo em forma decisiva à aprovação da Lei dos Direitos Civis (1964) e da Lei de Direito ao Voto (1965). Em conseqüência, criaram-se a Comissão de Igualdade de Oportunidades no Emprego e o Escritório Federal de Cumprimento de Contratos para garantir a observância da lei. Estes instrumentos legais foram a primeira manifestação oficial contra a discriminação racial.

O termo ação afirmativa apareceu em forma oficial, pela primeira vez, em uma Ordem Executiva assinada pelo presidente John F. Kennedy em 1961, na qual insistia a as entidades do Executivo a tomar “ação afirmativa” para terminar com a discriminação dos afroamericanos na contratação de pessoal⁴⁵.

Logo, em 1964, a Lei de Direitos Civis incorporou outra vez o termo na seção do Título VII referido à discriminação no emprego. O presidente Lyndon B. Johnson assinou a Ordem Executiva 112462 em 1965 em que se exortava às companhias contratadas com recursos federais ao cabal cumprimento de a ação afirmativa. Em realidade, a meta dos movimentos de reivindicação civil era obter leis “sem cor”.

O afastamento da discriminação não parecia suficiente, por fim era necessário, quando fosse o caso, promover ações para melhorar a igualdade. Neste sentido, o presidente Johnson em um discurso pronunciado na Universidade Howard, afirmou que *“não se toma a uma pessoa que esteve encadeada durante anos, a libera e a coloca na largada de uma corrida e diz: é livre para competir com todos outros, e se acredite honestamente que alguém foi completamente justo”*⁴⁶.

Desse modo, deu-se impulso à aplicação da ação afirmativa para favorecer a contratação de trabalhadores pertencentes a minorias.

1.5.1.2 - Definição

A ação afirmativa é uma política pública que se expressa mediante uma norma legal, uma decisão judicial ou uma decisão oficial que procura melhorar as oportunidades para grupos segregados na sociedade por sua condição de desvantagem frente aos grupos dominantes.

Nas palavras de Medeiros⁴⁷

Imaginem dois corredores, um amarrado e o outro solto. É claro que o corredor solto ganha sempre. Mas um dia a platéia dessa competição imaginária chega à conclusão de que essa situação é injusta. À custa de muita pressão, consegue-se convencer os organizadores a cortar as cordas que prendiam um dos corredores. Só que ele continua perdendo. Motivo: seus músculos estão atrofiados pela falta de treinamento. Se tudo continuar como está, a tendência é de que ele

⁴⁵ ABREU, Sergio. Os descaminhos da tolerância: o afro-brasileiro e o princípio da isonomia e da igualdade no Direito Constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

⁴⁶ Op.cit.

⁴⁷ MEDEIROS, Carlos Alberto. Na Lei e na Raça: legislação e relações raciais, Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

perca sempre. Que fazer para promover a igualdade de condições entre os dois corredores?

Alguns sugerem que se dê um treinamento especial ao corredor que estava amarrado. Pelo menos durante algum tempo. Outros defendem uma medida mais radical: por que não lhe dar uma vantagem de dez metros em cada corrida? Logo se ouvem vozes denunciando que isso seria discriminação. Mas há quem defenda: discriminação, sim, mas positiva porque visa promover a igualdade, pois tratar igualmente os desiguais é perpetuar a desigualdade.

Essa história ilustra muito bem o conceito de 'ação afirmativa' e o debate que o tema desperta na sociedade. Podemos dizer que os negros, as mulheres e outros grupos discriminados são como o corredor amarrado: por muito tempo estiveram presos pelas cordas do racismo e da discriminação, por vezes traduzidos até mesmo em leis. Não podem ganhar a corrida. Mesmo depois de 'soltos', continuam perdendo. Isso porque a discriminação, mesmo que ilegal, prossegue funcionando de forma disfarçada.

No caso dos negros, há também a desvantagem histórica. Seus pais e avós sofreram a discriminação aberta e por causa disso não puderam acumular e transmitir riqueza. O objetivo da 'ação afirmativa' é superar essas desvantagens e promover a igualdade entre os diferentes grupos que compõem uma sociedade. Isso pode ser feito de várias maneiras.

Proporcionar bolsas de estudos e promover cursos de qualificação para membros desses grupos é como dar um treinamento especial para o corredor que estava amarrado. Reservar-lhes um determinado número de vagas, ou 'cotas', nas universidades ou em certas áreas do mercado de trabalho é como colocar aquele corredor alguns metros à frente. (2004:15).

A ação afirmativa não deve considerar-se como um fim em si mesma, mas sim como um mecanismo transitivo para reduzir as disparidades incrementando deste modo a oportunidade de seleção das minorias, em particular no acesso a educação, emprego, moradia, recursos públicos e representação política.

De acordo com Bento (2000), assume-se que se restringe a vigência dos direitos humanos da maioria para equilibrar uma situação que também atenta contra os direitos humanos dos grupos étnicos. Em alguns casos se preferem as acepções ação positiva ou discriminação positiva.

A ação afirmativa reconhece a existência de desigualdades sociais. Sua concepção está ligada à eliminação da discriminação e o fomento de oportunidades para todos os grupos que conformam uma sociedade. Em todo caso, a adoção de uma política pública desta natureza implica uma mudança de mentalidade tanto dos poderes públicos como das pessoas e entidades privadas que interagem na

sociedade. A maioria de constituições e corpos legais dos países da América Latina incorporam enunciados expressos que favorecem a diversidade e inclusão de todos os grupos sociais, sem restrição de sua condição étnica/racial, econômica, de gênero, de credo, de orientação sexual, de filiação política, ou de cultura, no desenvolvimento nacional.

O espírito da norma é garantir que todas as pessoas gozem das mesmas oportunidades sem discriminação alguma. Neste sentido, pretende-se assegurar a participação de todas as pessoas na vida nacional mediante o respeito às particularidades dos grupos sociais e suas formas de organização⁴⁸.

Na América Latina tem-se feito esforços recentes para induzir aos governos à aplicação da ação afirmativa como meio para garantir a existência de oportunidades e favorecer a participação dos grupos étnico/raciais no desenvolvimento dos países. Por exemplo, a Declaração de Líderes afro-latino-americanos e caribenhos de San José (Costa Rica), realizada durante a preparação para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, e as Formas Conexas de Intolerância, em 2001, é muito explícita quanto ao estabelecimento de cotas para a aplicação da ação afirmativa no emprego, educação, e participação política. Além disso, exortam ao desenvolvimento de uma política de ação afirmativa integral em moradia, patrimônio cultural, acesso à justiça e à saúde (Heringer, 1999).

De igual forma, o Plano de Ação do Foro das Américas pela Diversidade e a Pluralidade celebrado em Quito, Equador em março do 2001 assinala:

“Exigir aos Estados a criação de políticas de ação afirmativa para povos indígenas e afro-descendentes, como parte das políticas públicas e as políticas de desenvolvimento, no âmbito nacional e regional, que englobe: a moradia, patrimônio cultural, acesso à justiça, saúde e, de maneira especial, a participação política plena com cotas percentuais de participação nas estruturas executivas, legislativas e judiciais dos governos nacionais; cotas percentuais na seleção e promoção dos empregados nas empresas privadas; de comunicação e governamentais; cotas percentuais de participação no sistema educativo, particularmente na docência de escolas primárias, secundárias e educação universitária”⁴⁹.

⁴⁸ Ver a este respeito em Heringer, Rosana (Org.). A cor da desigualdade: desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil. Rio de Janeiro: IERÊ: Núcleo da Cor, LPS, IFCS, UFRJ, 1999.

⁴⁹ Citado em Bento, Maria Aparecida Silva (Org.). op. cit.

No caso do Brasil, a introdução dos direitos internacionais passam a ser adotados como elementos intrínsecos à legislação nacional. Veja-se, a propósito, algumas decisões do Supremo Tribunal Federal⁵⁰:

A Constituição qualifica-se como o estatuto fundamental da República. Nessa condição, todas as leis e tratados celebrados pelo Brasil estão subordinados à autoridade normativa desse instrumento básico. Nenhum valor jurídico terá o tratado internacional que, incorporado ao sistema de direito positivo interno, transgredir, formal ou materialmente, o texto da Carta Política.

Inadmissível a prevalência de tratados e convenções internacionais contra o texto expresso da Lei Magna (...). Hierarquicamente, tratado e lei situam-se abaixo da Constituição Federal. Consagrar que um tratado deve ser respeitado, mesmo que colida com o texto constitucional, é imprimir-lhe situação superior à própria Carta Política. (1999:23).

Como resultado, os direitos inseridos nos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos, passam a ser cláusulas inadmissíveis de supressão ou revisão. Pois, segundo o art. § 4.º, da Constituição Brasileira de 1988:

Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

IV – os direitos e garantias individuais.

O Brasil, por exemplo, é signatário da Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, promulgada em 1968⁵¹. Os parágrafos 1 e 4 são essencialmente importantes para esta discussão.

§1. Para fins da presente Convenção, a expressão "discriminação racial" significará toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública.

§4. Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais

⁵⁰ BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora, 3.ª ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 1999.

⁵¹ Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, 1965 (apud, Linhares Barster, Hermann & Vieira de Mello, 2001).

tomadas com o único objetivo de assegurar o progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos ou de indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a tais grupos ou indivíduos igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais, contanto que tais medidas não conduzam, em consequência, à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais e não prossigam após terem sido alcançados os seus objetivos. (2001: 125)

Assim, percebe-se que as ações afirmativas são justificadas por Planos de ação, Tratados, Convenções e também constitucionalmente. Nesta direção, alguns progressos se dão no sentido de evidenciar avanços e melhorias que podem se dar nesta perspectiva.

1.5.1.3 - Avanços na luta pelos direitos das mulheres negras

A situação anteriormente descrita não reflete os avanços na luta pelos direitos das mulheres negras que se concretizaram nos últimos anos, assim como seu significado como ferramentas para continuar o caminho de inclusão e de luta pelos direitos das mulheres negras. Muitos destes avanços podem potencializar a liderança política das mulheres negras como condição indispensável para a inclusão social e econômica.

Em primeiro lugar, o reconhecimento político e social dos 150 milhões de pessoas afrodescendentes que vivem na Região, e que deles a metade são mulheres, incorporando-as no debate de inclusão e desenvolvimento.

Nesse sentido, a preocupação internacional assinalada na Declaração e o Plano de Ação da Conferência Mundial das Mulheres de Pequim, China, onde se reconhece que a condição racial das mulheres é um obstáculo adicional de inclusão para as mulheres; a Declaração e Plano de Ação da III Mundial contra o Racismo e a Convenção Interamericana contra o Racismo impulsionado pela OEA, expondo o problema do racismo como um tema de prioridade regional, requer respostas jurídicas e não como um assunto isolado.

Esta situação deu lugar a compromissos internacionais como os objetivos de

Desenvolvimento do Milênio, que permitem olhar as diferentes manifestações da exclusão, pondo na agenda também os temas da desigualdade e as assimetrias⁵². Igualmente, instituições como a UNICEF incorporam trabalho com a infância e adolescência afrodescendente dando um lugar importante ao tema das mulheres. Assim, cada vez mais instituições se comprometem, a gerar dados, análise, propostas e acordos inter-governamentais para as majorias e minorias excluídas.

No plano governamental local, o surgimento de instituições governamentais para as mulheres, que cada vez se sensibilizam mais da situação das mulheres negras produto da ação política das organizações de mulheres negras da região; as leis de cotas a favor das mulheres (que podem ser cruzadas com ações afirmativas para as mulheres negras) e mecanismos institucionais pela Igualdade Racial, o que deu lugar a debates impulsionados por os Estados nos diferentes espaços, relacionados com a governabilidade e a democracia.

De suma importância é a existência de dados estatísticos, (em alguns dos casos ainda não o suficientemente rigorosos), que visibilizem a existência dos povos afrodescendentes, mas também suas condições de vida. Estes ajudam a evidenciar que a condição racial é um agravante estrutural da pobreza. O reconhecimento da diversidade étnica e racial ofereceu um panorama distinto à realidade social existente em cada uma de nossas sociedades e exposto assim, a necessidade de tomar novas decisões, de instrumentar outras políticas.

Não obstante, apesar da luta contínua, a realidade parece apontar para ações coordenadas e apoio para o fortalecimento deste processo. O interesse despertado expõe uma nova realidade e exige ações concretas ao futuro.

O fortalecimento dos espaços de diálogo institucional entre mulheres líderes afrodescendentes e as agências das Nações Unidas, instituições multilaterais e governos também seriam necessárias para o estabelecimento de estratégias de inclusão e promover assim, ações concretas de políticas públicas a favor das mulheres negras. No entanto, enquanto isto não ocorre de modo solidificado, resta às mulheres negras que se inserem na política institucional se alinharem ao processo ou jogo político.

⁵² Division for the Advancement for Women (DAW), citado anteriormente.

CAPÍTULO 2

RAÇA E GÊNERO NAS DISPUTAS ELEITORAIS

2.1 - As práticas políticas e o sistema eleitoral

O avanço da democracia no Brasil nas últimas décadas tem indicado um triplo processo. A necessidade de articular regras de jogo assumidas pela maioria. A incorporação da mobilização social através de formas de participação e de representação. E, finalmente, a criação de canais de seleção do pessoal político que lidere e administre a política cotidiana.

Estas três facetas se referem a temas recorrentes da literatura das ciências sociais⁵³ e aludem, em uma terminologia mais técnica, a institucionalização do regime político, à intermediação entre as demandas sociais e o poder, e à profissionalização da política. Em um marco de poliarquia, em que prepondere a livre e igualitária competição pelo poder mediante regras conhecidas e assumidas pela maioria através de processos eleitorais periódicos, a institucionalização, a intermediação e a profissionalização são elementos indispensáveis. Estes vêm sendo desempenhados pelos partidos políticos, como claros eixos que entrelaçam de uma maneira estável e previsível a sociedade com o regime político (Kinzo, 2004).

De acordo com Temer (1994), independentemente do modelo de partido do qual se parta, as funções desempenhadas de articulação e de agregação de interesses, de legitimação, de socialização, de representação e participação, e de formação de uma elite dirigente, com maior ou menor intensidade, seguem sendo vitais para o sistema político. São instrumentos básicos do jogo político e estruturas de intermediação necessárias para o funcionamento do sistema. Esta situação é comum para todos os sistemas políticos democráticos. Porém, as diferenças

⁵³ Ver a este respeito, Kuschnir, Piquet-Carneiro & Schmitt, 1999, Miguel, 2005, entre outros.

existentes entre aqueles cujo desenvolvimento é de larga data e que conseguiram um notável grau de consolidação e os mais recentes são notórias.

E o papel dos partidos políticos se liga à sua operatividade funcional, e esta está enormemente condicionada pela variável tempo e isso é mais importante ainda para o âmbito da competição interpartidária. Quer dizer, a vida de um partido, seguindo certa comparação biológica, requer a existência de certas condições que estão ligadas à idéia de homogeneidade do mundo que o rodeia. A rotina dos procedimentos, a alternância em suas lideranças, a moderação de suas ofertas programáticas, a identificação clara e diferenciada por parte de um eleitorado fiel, são aspectos de um processo que se liga ao tempo. Entretanto, já se sabe que este é um fator que em muitas ocasiões em política é escasso (Kinzo, 2004).

A personalização da política, a aparente verticalidade no processo de tomada de decisões partidárias e as denúncias de que os partidos são oligarquias que representam cada vez menos aos cidadãos levaram muitos a desprezar a importância dos partidos como instrumentos do sistema político, pondo em dúvida a capacidade mobilizadora e de representação destes agrupamentos (Dias, 2005; Temer, 1994).

Ainda assim, os eleitores ainda os reconhecem como referentes apesar dos sentimentos anti-partidários das elites, da abertura de muitos regimes políticos para a participação de setores independentes e da desconfiança que muitos cidadãos manifestam lhes ter. Criticam-se os partidos, promovem-se modos de representação alternativos, mas até o momento não foram colocadas outras formas de democracia que possam operar sem o concurso dos partidos. Por conta disso, estes continuam sendo os que articulam a competitividade eleitoral, criam um universo conceitual que orienta aos cidadãos e às elites quanto à compreensão da realidade política, ajudam a consertar acordos em torno de políticas governamentais (muitas vezes de maneira conjuntural, como alianças e até por políticas específicas), estabelecem ações para a produção legislativa; provêm de pessoal às instituições e fazem operação ao sistema político.

Além disso, e como objetivo principal, ao querer ganhar eleições, contam com estratégias organizativas para mobilizar apoios que lhes permitam triunfar nessas eleições (ou conservar esses apoios já conseguidos em oportunidades anteriores).

As eleições constituem uma forma importante de participação cidadã, já que permitem que cada cidadão e cidadã expresse sua opção e se apresentem as decisões por maioria. Por isso, a garantia de concorrência no processo foi um dos desafios da democratização.

Stokes (2001), destaca que a construção de organismos eleitorais confiáveis, os cadastros limpos, a igualdade de oportunidades para competir, a garantia de postulação cumprindo os requisitos, a liberdade para realizar campanhas eleitorais, a possibilidade de controle recíproco nas mesas eleitorais e a proclamação dos candidatos que efetivamente ganharam, mostram-nos que é possível, se as forças políticas assim o permitirem, construir instituições fortes.

É neste processo, que se sabe ser articulado principalmente por homens brancos, que mulheres e negras têm tentado se inserir. E conforme mencionado anteriormente, embora algumas conquistas já se tenham alcançado, elas ainda se fazem de forma incipiente. No entanto, já é mister afirmar que a participação e também a representação de outros setores da sociedade como mulheres e mulheres negras é elemento fundamental para o estabelecimento real da cidadania política.

2.2 - O direito a serem eleitas e a ocupar espaços de decisão: uma conquista em curso

Mesmo ainda não totalmente superadas as barreiras formais para o exercício de direitos políticos, mas agora com o entendimento, pelo menos ideológico, que se deve ultrapassar tais obstáculos, mulheres negras começaram a buscar espaços de representação. Mas tão somente como “exceções à regra”, quer dizer, como exemplos de diferenciação e destaque no meio de uma absoluta superioridade masculina e branca nos lugares de poder.

Embora esta situação se mantenha até a atualidade, nas duas últimas décadas do século XX ressurgiu como ponto alto das agendas de movimentos sociais e cobrou forças no debate sobre a representação, desta vez focalizado na necessidade de incorporar as mulheres, por um lado, e os afrodescendentes, por

outro, como plenos participantes das decisões políticas, através de sua inclusão como eleitores e candidatos⁵⁴.

Este debate foi animado por vários fatores. No caso particular das mulheres, pela chamada nova onda do feminismo, que desde fins dos anos sessenta retomou as bandeiras sufragistas para dotar as de maior radicalidade a partir de uma frontal crítica às pautas culturais sobre as quais se assentam a exclusão e dominação das mulheres.

Além disso, o maciço acesso feminino à educação formal e ao trabalho remunerado foram fatores que redundaram em uma maior autonomia e, portanto, em melhores possibilidades para atender não somente os lares e as tarefas de criação e cuidado, mas, além disso, os assuntos públicos⁵⁵. No caso das representações negras, isto se deve também ao avanço das instituições não governamentais que buscaram a difusão do caráter de miscigenação da cultura nacional, a incorporação do negro nas decisões políticas considerando sua representatividade na população nacional e as especificidades de suas demandas, considerando seu histórico de escravidão e pobreza no país⁵⁶.

O movimento negro conseguiu articular importantes papéis entre os diversos países, principalmente durante a década dos anos noventa e em vinculação com processos de incidência nas conferências e compromissos inter-governamentais. Além disso, a passagem de regimes ditatoriais a democracias – mais ou menos estáveis e consolidadas – durante a década dos oitenta outorgou um contexto favorável às lutas pela inclusão política de grupos socialmente desfavorecidos, como os dos negros e das mulheres.

Porém, a exclusão do poder foi a norma não somente nos cargos eletivos, mas nos cargos de designação direta ou através de mecanismos institucionais de nomeação. Face à lentidão do processo, pode-se ver que o acesso a cargos de poder eletivos e de designação tem iniciado seu processo ao longo da segunda metade do século XX. Entretanto, o direito das mulheres negras serem escolhidas e a ocupar espaços de decisão é um processo não finalizado (Htun, 2004).

⁵⁴ Cf. Carneiro, 2001.

⁵⁵ MALHEIROS MIGUEL, Sônia A política de cotas por sexo: Um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro. Brasília: Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), 2000.

⁵⁶ BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 2, 2002.

Desde fins dos anos oitenta e durante toda a década final do século XX, produziu-se uma ampliação do acesso a espaços de poder para grupos antes marginalizados em toda a América Latina e no Caribe. O aumento não somente foi insuficiente em termos numéricos, mas também se deu sem a necessária diversidade quanto a outros fatores de grande relevância, como o racial e o étnico. Neste ponto do longo caminho percorrido, é quando se introduz a demanda de reformas eleitorais e ações positivas orientadas à obtenção de melhores resultados no acesso à representação política das mulheres negras. O processo de demandas e de mudanças neste sentido está em pleno desenvolvimento atual na Região e também em outras partes do mundo.

Segundo Stokes⁵⁷ o caminho percorrido mostra que:

O nascimento da democracia, como sistema de governo em que o poder se deposita no povo, e da democracia representativa, como sistema em que este poder é delegado em representantes, dá-se junto com o debate sobre a inclusão e a incorporação plena das mulheres como eleitoras e governantes.

Esta é uma luta que foi perdida na Revolução Francesa, por isso as democracias modernas se estabelecem sobre a base da exclusão feminina. Além disso, foi complementada com a exclusão social e racial dos negros no país, como resultado próprio da escravidão e do preconceito racial que ainda se mantém.

Os estados latino-americanos criados logo depois dos processos de independência no século XIX reproduziram esta concepção. Um século depois, as mulheres conquistam o direito ao sufrágio. Nesta etapa, apenas uma parte do direito à representação foi considerada de maneira generalizada: a do direito a escolher. O direito a serem eleitas e representar, teve um papel marginal.

A participação dos negros na política é ainda mais recente. Esta exclusão é o resultado das dificuldades econômicas e sociais e, ligada a elas, a ausência de organizações sociais que pudessem organizar estes grupos em função de suas específicas demandas políticas.

Uma outra etapa está marcada pelo acesso aos espaços de representação e decisão, verificada a partir dos anos quarenta e aprofundada com o passar do

⁵⁷ STOKES, 2001. Op. Cit.

século XX, sobretudo em suas duas últimas décadas. A princípio, o acesso foi excepcional, mas foi ampliando-se com o transcorrer do tempo.

Desde o princípio do século XX e até a atualidade, em inícios do século XXI, a busca feminina e negra de um lugares nos espaços de poder e representação segue em curso, agora centrada no estabelecimento de mecanismos e reformas que garantam a efetividade do direito a tomar parte plenamente nos processos de decisão política, em igualdade de condições com todos os membros da sociedade⁵⁸.

2.3 - Potencialidade de acesso, seleção de candidaturas e sistemas eleitorais

O universo partidário é tão rico no Brasil que se torna extremamente complexo realizar uma classificação de os partidos seguindo critérios relativos a seu momento institucional, principalmente quando se toma o período dos governos autoritários de as décadas de 1964 a 1985 como um divisor de águas⁵⁹, além de não ser intenção nem objeto desta dissertação a discussão do sistema partidário *stricto sensu*. Na verdade, existe um fato significativo na vida política brasileira: ao mesmo tempo em que os partidos políticos apresentam-se enquanto instituições fracas, (afinal, demonstram-se incapazes de exercer minimamente as funções de representação e de governo), estes mesmos partidos têm sido objeto de constantes intervenções – talvez, exatamente por esta mesma razão. (Dias, 2005).

Demonstra-se que a cada crise, os partidos aparecem como responsáveis pelas dificuldades enfrentadas pelo sistema, justificando se, assim, uma nova alteração.

Segundo Lavareda⁶⁰

o traço significativo neste suceder de intervenções é que os partidos são vistos simultaneamente como fracos e fortes. São ditos fracos porque distantes de um ideal normativo sobre o que deveriam ser, e considerados fortes pelo menos o suficiente para impedir a implementação de políticas. (1991:54)

⁵⁸ No próximo capítulo será apresentado a biografia de mulheres negras políticas, pioneiras neste campo.

⁵⁹ Cf. Aragão, 1994.

⁶⁰ Lavareda, Antonio. A democracia nas urnas. Rio de Janeiro: Rio Fundo, Ed/IUPERJ, 1991.

Já para Dias (2005), os partidos políticos, surgiram no cenário político ocidental como organizações voltadas para a viabilização de projetos políticos por intermédio da conquista de cargos em disputas eleitorais. Os propósitos dos partidos variam em função da ideologia política que orienta a ação de seus membros. À medida que um partido amplia o número de cargos por ele ocupado na esfera estatal, seu prestígio e poder político se ampliam assim como a capacidade de definir o curso das políticas públicas para a sociedade. No entanto, as transformações sociais, econômicas e tecnológicas influíram de tal modo na estrutura da sociedade, que culminou na atenuação de posturas ideológicas nos partidos políticos, que fizeram com que os eleitores adotassem critérios mais individualistas e utilitários e não mais na vertente política.

Fora este aspecto, há também a influência do capital político dos membros dos partidos. Miguel (2003) explica que o capital político – termo extraído da Sociologia de Pierre Bourdieu – é uma espécie de legitimidade ou reconhecimento que permite a alguns indivíduos, mais que outros, sejam aceitos como atores políticos e, assim capazes de agir politicamente. Isto indica também a potencialidade de alguns para o acesso a cargos políticos.

No estudo realizado por Bareiro et. Al (1996), analisam-se quatro fatores relacionados com a potencialidade do acesso das mulheres negras a cargos de decisão definidos através de mecanismos eleitorais: a proporção de mulheres negras em idade de votar, a proporção de mulheres negras habilitadas para o voto, a proporção de mulheres negras votantes e a proporção de mulheres negras candidatas.

Ao analisar os três primeiros indicadores, não se encontram, com as exceções de praxe, diferenças relevantes no desempenho feminino e masculino, e inclusive em vários casos existem leves vantagens percentuais para as mulheres, justamente por existir mais mulheres brancas votantes. Isto revela que a falta de acesso a espaços de poder e representação não se deve a limitações na qualidade cívica das mulheres negras, que em condições de paridade com os homens cumprem com os requisitos para ser votantes e participar das decisões eleitorais. O problema começa com as candidaturas políticas.

De fato, os dados existentes mostram que é no processo de seleção e

apresentação de postulações que se inicia a exclusão. Por exemplo, no Paraguai a percentagem de candidatas nas últimas eleições nacionais de 2003 foi de 29%. No Panamá, para as eleições gerais de 2004, anotou-se 34% de mulheres (de qualquer origem étnica) sobre o total de candidaturas, mesmo que são mais que os homens as filiadas aos partidos políticos e as votantes (Medeiros, 2004).

A este respeito, Limongi (2002) assinala que a nomeação dentro dos partidos é possivelmente a etapa crucial para obter que as mulheres negras cheguem ao Parlamento e que os sistemas de seleção apoiados em regras que incluem garantias à representação ampla sejam os mais favoráveis. Enquanto isso, os casos mais difíceis para as mulheres negras são aqueles em que a decisão das candidaturas se encontra sob o controle de líderes partidários, geralmente homens e brancos (Abreu, 1999). Deve-se salientar, ainda, que no Brasil a ampla maioria dos partidos existentes não realiza eleições primárias para selecionar seus candidatos/as.

Quer dizer, na maioria dos países latino-americanos, incluindo principalmente o Brasil, as mulheres negras terão sérios problemas para usar regras que as possam favorecer no acesso às candidaturas políticas. Além disso, deve-se considerar que inclusive quando houver escolhas internas partidárias, existe um momento chave em que a seleção de pré-candidaturas é prerrogativa das pessoas que lideram as diversas correntes internas. Ao não mediar mecanismos que garantam a seleção de mulheres negras, nesse momento começa o processo da exclusão.

E, se uma mulher negra consegue superar a barreira da seleção como candidata, chega o momento de enfrentar o processo de votação, cujos resultados novamente se vêem influenciados por fatores diversos, entre eles, o sistema eleitoral (que mostraram ser mais favoráveis os proporcionais com votação não personalizada) e a existência ou não de mecanismos que favoreçam a participação feminina negra.

Neste ponto, torna-se claro que entre a candidatura e a eleição como representante, os homens – de qualquer origem étnica – melhoram sua participação proporcional e as mulheres negras diminuem sua presença. Isso se deve, por uma parte, porque estas se localizam em lugares com poucas expectativas de elegibilidade quando se trata de sistemas de listas fechadas e, por outra, ao efeito

da seleção dos eleitores. Portanto, uma eventual melhora na inclusão feminina negra nos espaços de representação deverá considerar reformas que afetem a estes dois momentos do processo de escolha (Limongi e Figueiredo, 2002).

Além disso, também existe a necessidade de pensar nos processos de designação, nas dificuldades de acesso expostas e nos mecanismos que poderiam garantir o acesso de mulheres negras a estes espaços de decisão.

2.3.1 - Obstáculos no interior dos partidos políticos

Os partidos são os veículos através dos quais os cidadãos se unem livremente para fazer campanhas para obter cargos públicos ganhando uma maioria de assentos dentro de um corpo legislativo, para expressar seus próprios interesses e necessidades assim como suas aspirações para a sociedade na qual vivem. Sem partidos, os cidadãos careceriam de veículos alternativos de organização. Os partidos então expressam alternativas de governo e políticas.

Os partidos políticos nomeiam candidatos, organizam a competição política, unificam porções do eleitorado, convertem preferências políticas em políticas estatais e quando estão fora do poder, oferecem uma oposição de crítica construtiva. Os partidos políticos organizados servem dois fins importantes – primeiro, definem e expressam as necessidades de um grupo de uma maneira compreensível para o público e o sistema político. Segundo, desenvolvem idéias comuns entre um grupo significativo de maneira que possam exercer pressão sobre o sistema político.

O sistema eleitoral de um país dita a maneira em que os partidos funcionam dentro de uma democracia, o qual influencia por sua vez seu sistema de partidos. O sistema de partidos influencia então o papel e funções dos partidos políticos, os tipos de partidos e o desenvolvimento dos partidos fortes.

Na maioria dos países, exige-se que partidos cumpram com as obrigações legais para sua inscrição e reconhecimento legal, incluem um nível mínimo de afiliados, uma constituição e plataforma escrita e a eleição de líderes partidários.

Dependendo de uma série de fatores – tais como o tipo de sistema democrático, a lei eleitoral e o papel histórico dos sindicatos trabalhistas, grupos religiosos e comunidades étnicas – um país pode ter entre dois a 100 partidos inscritos. Em alguns casos, os partidos podem fundir-se ou dividir-se através do tempo e novos partidos podem deslocar a organizações mais antigas atraindo a seus partidários⁶¹. Não obstante, um sistema estável tipicamente tem de dois a 10 partidos importantes (Dias, 2005)

Alguns partidos podem ser importantes porque têm a capacidade de montar uma maioria nacional em eleições presidenciais. Por outro lado, os partidos pequenos podem ser importantes se afetarem o equilíbrio do poder dentro de um sistema parlamentar, e podem assim decidir quais organizações partidárias maiores controlarão o governo e escolherão os representantes internos. Outros, podem ser importantes porque representam um eleitorado que é, por exemplo, influente por motivos sociais ou econômicos.

A capacidade dos partidos políticos de cumprir com suas múltiplas tarefas, incluindo a nomeação e o respaldo dos candidatos para cargos públicos, o disputar e ganhar eleições e ocasionalmente controlar as rédeas do governo, diferencia-os de outras organizações cívicas voluntárias dentro de uma democracia.

Por certo, nem todos os partidos satisfazem as necessidades políticas de um país da mesma maneira nem na mesma medida. Fatores tanto externos como internos podem afetar os métodos e capacidades de um partido. Por exemplo, a natureza do sistema político – se for um sistema presidencial ou parlamentar, se a votação eleitoral for através de listas abertas ou fechadas, com vários filiados – exigirá de distinta maneira à estrutura e o processo de planejamento estratégico de um partido.

Em muitas democracias novas e que estão surgindo, a sociedade está deixando para trás um período de dominação por um partido ou grupo político. Muitas das velhas presunções e práticas do antigo sistema político têm que se descartar se é que tem que crescer um sistema democrático (Kinzo, 2004).

A revalorização do papel dos partidos no Brasil no período de redemocratização iniciado em 1985 (com o fim da ditadura militar) conduz a pensar

⁶¹ Foi o que ocorreu com o PRONA (Partido de Reedificação da Ordem Nacional), que se juntou ao PL (Partido Liberal) em outubro de 2006, após a morte de seu líder, Dr. Enéas, formando o PR (Partido da República).

no modo em que estas organizações se comportam não só em relação ao sistema político mas também como sistemas em si mesmos. Isto nos obriga a pensar nos partidos como sistemas que contam com um conjunto de regras e normas, que estabelecem o tipo de interação que deve dar-se no interior do mesmo e em relação com o entorno; que escolhe a seus representantes a partir de um sistema eleitoral próprio, que recruta a seus afiliados, que contam com seus próprios poderes de tira de decisões e que tem seu sistema de resolução de conflitos internos (Kinzo, 2004).

Para ganhar eleições é necessário que se dê certa combinação de interesses de grupos, sem a qual logo seria impossível governar. Os partidos são precisamente os que tentam levar a cabo essa combinação de interesses. Se como assinala Bobbio (1996), os partidos “*são sistemas de conflito com sub-coalizões de ativistas que advogam por diversas estratégias e objetivos*”. Então, não são organizações nem uniformes nem homogêneas. Pelo contrário, são extremamente complexas e heterogêneas. E é com esta realidade que se deve lidar quando se pensa em fidelidade partidária.

Deste modo, o partido é tanto um cenário onde diversos grupos participam (âmbito interno) como também é o que se participa de um cenário maior (âmbito externo). O âmbito interno compreende, por um lado, os indivíduos e, em seu caso, grupos dos que estão integrados o partido, e por outro, as estruturas, normas e organismos criados para tomar de decisões, o governo e a direção de a organização partidária. Todos os partidos políticos, até os menores, precisam estabelecer um mínimo de estruturas e regras que os permita enquadrar a seus afiliados e organizar suas atividades, tomar decisões a respeito de suas propostas políticas e estratégias eleitorais. A organização interna dos partidos se refere, então, às estruturas e regras que regulam a interação entre os distintos atores que os compõem.

Os dirigentes não se encontram sozinhos para desenvolver suas estratégias para mobilizar apoios, para participar das instituições do sistema político, para vincular-se com outras organizações políticas ou para sobreviver no sistema. Pelo contrário, eles contam com uma “infra-estrutura logística” que vai captar filiados que colaborem nas atividades organizativas, coordenar os órgãos locais e nacionais e desenvolver mecanismos para comunicar-se com seus votantes.

Segundo Aragão (1994), o âmbito externo da organização partidária não se

refere necessariamente a atores, estruturas ou regras distintas às da organização interna, mas também a um prisma diferente através do qual observar a estes atores, estruturas e regras. Refere-se ao vínculo entre os partidos e seu ambiente e ao papel e atividades desempenhadas por determinados atores e organismos nos âmbitos nos que estes atuam (governamental, legislativa e eleitoral) .

Alguns dirigentes podem pertencer simultaneamente aos diferentes âmbitos (que podem referir-se a níveis de governo distintos: estatal, regional, municipal, etc.), mas outros só participam de um deles.

Neste sentido, conhecer como trabalha um partido é determinado tanto pela correlação de forças internas como pela situação externa na qual estes atuam. Esta distinção é útil para ressaltar a dupla natureza das organizações partidárias, já que cumprem uma função instrumental, na medida em que se constroem para a consecução de fins externos e, por outra, são cenário da interação de atores, regras e estruturas vinculados entre si .

O comportamento de um partido pode ser observado então em dois âmbitos: um interno ao partido e outro externo a ele e, por sua vez, este último pode manifestar-se em três áreas de atuação diferentes: o partido como organização eleitoral, o partido como organização de governo e o partido na legislatura. É o mesmo partido, mas com atores, regras de jogo e processos muitas vezes distintos entre si e, em ocasiões, enfrentados e com interesses diversos (Aragão, 1994).

O âmbito externo e o interno, em realidade, são o mesmo agrupamento mas algumas vezes pode ser que ao observar a de maneira diferenciada parecessem ser partidos distintos. Em realidade, esta distinção é só analítica já que na prática ambas devem estar integradas pelos mesmos filiados que cumprem com seus cargos de representação popular (em área governamental ou na área legislativa) ao mesmo tempo em que exercem seus cargos nas instituições do partido.

Os partidos e os políticos pretendem ganhar eleições e para isso organizam atividades, tomam decisões e investem recursos. Os políticos têm metas e, para as alcançar, desenham estratégias. Entre todas as possíveis, há uma comum a todos, intrínseca à natureza dos próprios partidos, que é a de conseguir cotas de poder para seus dirigentes. A importância da função eleitoral nas atividades que realizam os partidos foi tanto matéria de controvérsia como um dos elementos de maior

consenso na literatura sobre o tema. Para os que defendem esta postura, a vitória eleitoral e a conquista do governo são a razão de ser de uma organização partidária (Albuquerque e Dias, 2002).

O fato de que uma organização esteja orientada para um objetivo, quer dizer, que se incline por si mesmo a alcançar determinadas características, não é uma condição *sine que non* a todo sistema; mas, no caso dos partidos se sustenta que é assim. Afinal, há um grupo de pessoas que têm uma representação consciente do objetivo para a organização e dirigem a esta em função de dita representação.

Por outro lado, podem-se reconhecer fatores relacionados com a cultura política prevalente nos partidos, que também constituem obstáculos ao acesso ao poder político, para alguns mais do que outros. Segundo Kaufmann (2003) podem ser apresentadas alguns itens que clarificam estes obstáculos:

A ausência de formação dos integrantes dos partidos em valores, conceitos e ideologia; a falta de análise política sérias e permanentes; a impossibilidade de assumir posições de ruptura com os supostos culturais predominantes nas sociedades; a internalização de certas hipóteses assumidas como verdadeiras, tais como que “não se vota em negros ou em mulheres negras” e outras, são elementos que impregnam os âmbitos políticos. (2003:13)

Estes obstáculos culturais, relacionados com os pensamentos que imperam nas sociedades são, indubitavelmente, os mais difíceis de vencer e, entretanto, sua transformação é requerida para que a instalação de mecanismos que facilitem a participação política de todos os indivíduos de forma equânime

Uma prática habitual ao interior dos partidos políticos é a falta de institucionalidade⁶². Embora se conte com estruturas de funcionamento permanente em documentos e estatutos, não estão habituados a consolidá-las nem convertê-las em instâncias de funcionamento. As estruturas institucionais não assumem, em conseqüência, o caráter de espaços de debate, análise e tomada de decisões. O que a prática política determina é a existência de grupos de pessoas, com freqüência congregadas ao redor de um líder, que estão em contato mais freqüente, dirigem informações importantes e privilegiadas, e tomam as decisões.

⁶² A institucionalidade ou institucionalização são entendidas aqui como os procedimentos internos do partido, ou ao modo como as regras são estabelecidas, formalizadas e conduzidas de maneira sistemática pela estrutura partidária. (Araújo, 2005).

Em determinadas ocasiões, para dar um reflexo de formalidade a estas decisões, estas são remetidas instâncias institucionais que operam como legitimadoras e não decisórias. Esta prática, usual e conhecida, é inclusive valorizada pelos integrantes dos partidos políticos que, em lugar de combatê-la ou denunciá-la, aspiram a acessar a estes “primeiros postos” extra-institucionais de poder⁶³.

O acesso de alguns indivíduos, principalmente os historicamente excluídos, a estes grupos de decisão exige uma presença permanente nas proximidades de quem exerce os principais lideranças, a qual se consegue através do contato habitual em reuniões sociais, em atividades pós-institucionais, ou nos espaços nos quais já se encontram inseridas as pessoas de poder, como os parlamentos. Desta forma, os grupos desenvolvem e consolidam seus vínculos nesses espaços, que constituem, como as interações que se desdobram nos mesmos, em vez de ocasionais âmbitos de debate, os meios principais de comunicação entre as pessoas que militam na política. Como conseqüência, as negociações por posições políticas entre quem milita nos partidos, assim como os apoios e as exclusões das candidaturas, estabelecem-se nos recintos parlamentares e as listas de candidatos e candidatas se decidem, muitas vezes, em locais informais⁶⁴.

Devido ao fato de que estes âmbitos não são freqüentados pelas próprias mulheres negras – por conta de sua ausência já nos escalões inferiores do poder ou, mesmo, por conta de questões relacionadas ao trabalho (ou, ainda, por exclusões explícitas) – são para elas barreiras difíceis de transpassar. Ante tal situação, as mulheres negras assumem posições que podem ser de desafio ou de adaptação. O resultado claro para elas desta falta de institucionalidade dos partidos políticos é a exclusão dos espaços de poder.

Araújo (2005) aponta que o recrutamento eleitoral, sistemas burocráticos baseados em regras e critérios estabelecidos oferecem mais vantagens para a mulheres pois consideram as estruturas organizativas de participação, e assim haveria mais chances de as demandas das mulheres serem consideradas.

Por outro lado a Constituição Federal assegura aos partidos políticos

⁶³ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). La democracia en América Latina: Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos. Nova Iorque: UNDP, 2004.

⁶⁴ Carrillo Flores, 2001. Op. Cit.

autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade partidária e disciplina partidárias, sendo vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar. E entre as decisões que os grupos não institucionais adotam, encontram-se a integração de listas e, em consequência, a designação das pessoas que ocuparão espaços de poder internos ou externos. Como as mulheres negras, muitas vezes, não estão nos círculos nos quais se adotam as decisões, terminam não integrando as listas ou desaparecendo delas nas conversações informais.

Como salienta Stokes (2001), em seus estatutos todos os partidos detalham o funcionamento e articulação dos órgãos partidários, mas a realidade nem sempre opera desse modo. A tomada de decisões cotidianas (e também muitas das transcendentais em matéria política) fica em mãos de diretórios ou pequenos grupos de dirigentes.

2.3.2 - O financiamento das campanhas

Outros fatores obstaculizadores à presença de mulheres e de mulheres negras nos espaços de poder político se relacionam com a estrutura financeira dos partidos. Embora na maior parte dos países da América Latina exista financiamento público dos partidos políticos, não é o que ocorre no Brasil (Limongi, F. e Figueiredo, 2002). Em consequência, as mulheres precisam ir em busca do financiamento externo para sustentar as candidaturas ao interior dos partidos.

Este é o ponto no qual as mulheres em geral e as mulheres negras em particular se encontram em desvantagem, pois contam com menos recursos econômicos pessoais. Neste contexto, a ausência de financiamento das campanhas eleitorais se converte em um fator de desigualdade para as mulheres negras. A obrigatoriedade de outorgar recursos às candidaturas com recursos partidários em igualdade de condições e os incentivos de financiamento público à promoção de postulações de mulheres negras poderiam ser medidas que apontem a modificar esta situação.

Por outro lado, a falta de transparência no financiamento das campanhas internas e no gerenciamento de recursos dos partidos também afeta diretamente aos grupos minoritários. Certamente, os recursos econômicos são dirigidos de forma diferenciada pelos grupos de poder internos dos partidos, quem, além disso, apóiam seus integrantes mais destacados que são, em geral, homens e brancos.

Bernardino⁶⁵ salienta a necessidade de existirem regras específicas relacionadas ao financiamento político que permitiriam o acesso de mulheres a espaços de poder político:

- Normativa com menção específica ao financiamento para grupos minoritários quando existam recursos públicos destinados a financiar campanhas, já que isto obriga a cumprir compromissos preestabelecidos com as mulheres negras;
- Penalização clara ante o mau gerenciamento de recursos;
- Códigos de ética sobre utilização do dinheiro;
- Limite para gastos nas campanhas eleitorais.

É interessante mencionar outras iniciativas, como a da deputada, Mariângela Duarte, do Partido dos Trabalhadores (PT), que propõe destinar 30% dos recursos partidários à capacitação política das mulheres⁶⁶. De certo modo, existe consenso sobre a influência do gerenciamento financeiro dos partidos na possibilidade de acesso das mulheres aos espaços de poder político através de campanhas eleitorais internas. Isto requer incluir este fator como um dos fundamentais entre as modificações que busquem melhorar a situação feminina afrodescendente na área em questão.

2.3.3 - A cultura política dominante

Os sistemas de idéias, pensamentos, atitudes e comportamentos que construímos são integrantes de sociedades e compõem as concepções que orientam as atitudes dos grupos humanos. A nível político, essas idéias definem os

⁶⁵ BERNARDINO, 2002. Op. Cit.

⁶⁶ Proposta apresentada em 2003 na Câmara de Deputados.

http://www.cfemea.org.br/proposicoeslegislativas/tramitando_detalhes.asp?Registro=1092

apoios a propostas transformadoras e desafiantes, como é a luta das mulheres, e das mulheres negras por seu acesso aos espaços de poder. São estes pensamentos, sobretudo, os que saturam os ambientes políticos, e que devem ser transformados para que exista possibilidade de apoio nos partidos ao acesso das mulheres negras ao poder público.

Entre estes pensamentos, a idéia usualmente aceita de que a política se reduz a ganhar eleições propicia a ausência de debate no interior das organizações partidárias, o que supõe a impossibilidade de ampliar o horizonte conceptual de seus integrantes. Em conseqüência, ficam nas idéias que sustentam a exclusão, entre as quais são importantes de analisar o conceito restrito de democracia, a retórica de poder que se dirige nos partidos políticos e a aceitação como verdades de frases feitas que só reproduzem pensamentos dominantes com o fim de consolidá-los no imaginário público (Stokes, 2001).

A igualdade de oportunidades entre os diversos grupos sociais para acessar ao poder político é um desafio. A fim de que seja assumido pelos partidos é necessário que quem os integra entenda sua importância na obtenção de uma sociedade diversa, inclusiva e justa. Esta compreensão só pode ser obtida quando as organizações partidárias forem capazes de promover a análise, a discussão e o pensamento crítico de seus membros. Quando isso não existe, é difícil que se compreenda a importância para a democracia de um conceito como a igualdade e, em conseqüência, que se assumam posições de apoio à inclusão das mulheres negras na política.

O pensamento predominante de quem faz política considera que a população não é propensa, assim, a votar em mulheres ou em mulheres negras. A não ser que esta já seja bem conhecida e com capital político consolidado. Por isso, quando são incluídas mulheres negras nas listas, os partidos são levados a escolher às que já têm difusão pública prévia. Assume-se assim, que o voto para elas além de depender da idoneidade e/ou a militância política, depende também de outros fatores como o rompimento deste pensamento (Brito, 2001).

Estudos empíricos⁶⁷, entretanto, dão conta de que os eleitores não fundamentam esse pensamento com respeito ao voto. Outro pensamento bastante

⁶⁷ Ver, por exemplo, CARRILLO FLORES, 2001.

difundido é o de que os negros, em seu conjunto, são os que menos votam em outros negros. Embora sejam necessários maiores estudos a respeito, a percepção de Suarez (2004) é diferente: “a desagregação por grupos populacionais nos mostra que os negros têm influência decisiva na eleição de outros negros”.

Resta observar como estes fatos, se fazem presentes durante as campanhas eleitorais. Para tanto, será observado a presença e atuação das mulheres negras nas campanhas para deputadas e senadoras em 2002 e 2006. Antes porém, creio ser interessante ver *quem* ultrapassou os impasses citados pra chegar a representação política. E *como* se deu suas atuações, além de observar as características comuns a cada desempenho.

CAPÍTULO 3

AS PIONEIRAS: REPRESENTANTES NEGRAS NO BRASIL

Antes de tratarmos das percepções e ações das candidatas negras entrevistadas, creio ser importante ter uma visão do panorama geral de quem são mulheres negras que fizeram e fazem parte da representação política institucional.

Se tratando de negros e mulheres, dois grupos sociais reconhecidamente sub-representados, compreender essas interseções na arena política torna-se ainda mais importante. Mas sendo o item cor/etnia ainda não incluído nas estatísticas oficiais sobre candidatos (as) e eleitos (as), e na presença de poucos estudos⁶⁸ e informações desta natureza para que se pudesse organizar uma evolução cronológica das mulheres negras eleitas no Brasil, traçar tal histórico nesta política institucional é uma tarefa árdua e nunca completa. O recente estudo de Shumaker (2007) *Mulheres negras do Brasil* é um alento em meio à ausência de trabalhos sobre o tema, já que menciona também algumas mulheres negras que atuaram e atuam na política institucional do país.

Sendo assim, mulheres que foram importantes na história política do país merecem ser citadas. Deste modo, conseguiu-se levantar alguns nomes que se destacaram, como sendo pioneiras e importantes nomes em sua época. É importante frisar que estas não são as únicas mulheres negras na história da política institucional no Brasil. Outras existem e devem ter existido, mas não puderam ser listadas por ausência de informações sobre elas.

Vale mencionar ainda que as biografias, a serem apresentadas, em alguns casos, não contemplam todos os aspectos ou características das mulheres de uma forma equivalente. Ou seja, ao tentar traçar um perfil comparativo destas mulheres, certos pontos não puderam ser identificados, impossibilitando uma análise que considerasse as mesmas informações para todas.

⁶⁸ Em ocasião anterior (Ribeiro, 2004), tentei contribuir nesta direção.

3.1 - Em busca de um histórico

As representantes negras encontradas são: Almerinda Farias Gama (1899-1992), de Maceió, Alagoas; Antonieta de Barros (1901-1952) de Florianópolis, Santa Catarina; Laudelina de Campos Melo (1904-1991), de Poços de Caldas, Minas Gerais; Maria Brandão dos Reis (1900-1974), de Rio das Contas na Chapada da Diamantina; Theodosina Rosário Ribeiro (1925-), de Barretos, São Paulo; Lélia Almeida González (1935-1994), das Minas Gerais; Maria do Carmo Ferreira da Silva, de Araçuaí, também das Minas Gerais; Francisca Trindade (1965-2003), de Teresina, Piauí; Sofia de Campos Teixeira, da capital de São Paulo; Laélia Alcântara, do Acre; Lia Varela, do Maranhão; Ester Fernandes de Castro (1965-) de Terezinha, Goiás; Givânia Maria da Silva e Luciana dos Santos, ambas de Pernambuco; Jacy Proença, do Mato Grosso. E as representantes fluminenses são Benedita da Silva e Jurema Batista, ambas da capital, além de Rosângela Gomes de Nova Iguaçu e Margarete Cardoso de Duque de Caxias⁶⁹.

Almerinda Farias Gama foi advogada, feminista e líder sindical nascida em Maceió, mudou-se para o Rio de Janeiro buscando inserir-se no mercado de trabalho, envolvendo-se com o movimento de mulheres e sindical. Foi a primeira mulher negra a ganhar espaço no cenário político do Brasil como delegada na eleição dos representantes classistas para a Assembléia Nacional Constituinte de 1933. Empolgada com a política, Almerinda candidatou-se pelo Distrito Federal nas eleições regulares para a Câmara Federal e o Senado, no pleito de 14/10/1934. Como representante dos trabalhadores seu panfleto assim se apresentava: “Advogada consciente dos direitos da classe trabalhadora, jornalista combativa e feminista de ação. Lutando pela independência econômica da mulher, pela garantia legal do trabalhador e do ensino obrigatório e gratuito de todos os brasileiros em

⁶⁹

A biografia resumida destas mulheres consta no Anexo A. E aqui se baseiam em três fontes principais: o citado livro “Mulheres Negras do Brasil” (2007), “Dicionário das Mulheres do Brasil” (2000), ambos organizados por Schuma Shumaker e Érico Brasil, e a monografia de graduação de Elanir Ribeiro (2004), que constam nas referências bibliográficas.

todos os graus”. Ela não conseguiu se eleger, mas marcou com sua tenacidade um lugar na história da construção da cidadania feminina, abrindo espaço para a mulher negra participar do cenário da política nacional.

No Sul do país, *Antonieta de Barros* foi a primeira deputada negra do Brasil. Era integrante da Frente Negra Brasileira e na década de 1930, manteve intercâmbio com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Na primeira eleição em que as mulheres brasileiras puderam votar e ser votadas filiou-se ao PL catarinense e elegeu-se deputada estadual (1934-37). Tornou-se assim a primeira mulher negra a assumir mandato popular no Brasil. Foi também pioneira ao participar do legislativo estadual de Santa Catarina. Depois com a queda do Estado Novo concorreu a deputada estadual nas eleições de 1945, obtendo a primeira suplência do PSD (Partido Social Democrata). Assumiu a vaga na Assembléia Legislativa em 1947 e cumpriu mandato até 1951.

Laudelina de Campos Melo de Poços de Caldas, trabalhou como doméstica, tornando-se a primeira grande líder sindical de sua categoria no país. Na década de 1930, migrou para São Paulo e foi uma das responsáveis pela fundação de várias associações de classe nas cidades de Santos, São Paulo e Campinas. Diante das discriminações das mulheres no mercado de trabalho e indignada com os anúncios preconceituosos publicados à época, integrou-se ao movimento negro, no qual participou da promoção de inúmeras atividades sociais e culturais, especialmente em defesa dos direitos trabalhistas. Em 1988, a Associação de Trabalhadoras Domésticas de Campinas, sob sua direção, foi transformada em Sindicato.

A mineira *Maria Brandão dos Reis*, é outro exemplo de mulher negra envolvida na política. Militante política ativa, foi influenciada pela passagem da Coluna Prestes por sua cidade e, interessada nas atividades do Partido Comunista, mudou-se para Salvador, onde tornou-se uma liderança local. Teve significativa atuação na "Campanha da Paz", organizada pelo PCB, em 1950. Obteve o prêmio de "Campeã da Paz", com direito a receber o prêmio em Moscou, mas o Partido substituiu-a por um jovem intelectual branco. Dos Reis jamais perdoou o Partido por essa discriminação.

Com princípios socialistas *Sofia de Campos Teixeira*, foi a primeira mulher negra a concorrer a um pleito eleitoral em São Paulo, foi candidata a deputada

estadual em 1946 com aberto combate ao preconceito racial e na defesa dos direitos das mulheres. Mas só em 1971, a Assembléia Legislativa de São Paulo teve a sua primeira deputada negra, *Theodosina Rosário Ribeiro*, que também tinha como bandeira as questões raciais, da mulher e da infância.

A professora universitária *Lélia Gonzáles*, militante constante da causa da mulher e do negro, em todos os espaços que atuou, se fez digna representante. Na vida política se destacou como participante da fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), nos anos 70, do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e do coletivo de Mulheres Negras N'Zinga, foi ainda membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Atuou também em partidos políticos como primeira suplente de Deputado Federal, pelo PT em 1982 e suplente de Deputado Estadual pelo PDT, em 1986 no Rio de Janeiro.

Nas Minas Gerais, na região do Jequitinhonha, na cidade de Araçuaí, *Maria do Carmo Ferreira da Silva*, foi eleita para a prefeitura por dois mandatos consecutivos, pelo PT. Atuante na luta pela igualdade racial, se tornou uma referência regional.

Na região nordeste, *Lia Varela*, foi eleita pela primeira vez vereadora de São Luís do Maranhão em 1971, sendo eleita outras vezes a este cargo. Chegou a exercer o posto mais alto do poder executivo local e a assumir interinamente a Prefeitura maranhense, sendo a primeira afro-descendente a ocupar tal posição. Ainda na região, *Francisca Trindade* alcançou a Câmara Federal em 2002, como a deputada mais votada da história do estado do Piauí, se colocando como porta-voz da população negra.

Em Teresina de Goiás, *Ester Fernandes de Castro*, foi eleita a primeira vereadora quilombola do Brasil em 1992, pelo PMDB. Outra quilombola, a professora *Givânia Maria da Silva*, do PSB, tornou-se vereadora em 2000, sendo reeleita em 2004 pelo município do Salgueiro, em Pernambuco, sempre defendendo a educação infantil e as crianças quilombolas. Ainda em Pernambuco, mas em Olinda, *Luciana Santos*, do PC do B foi eleita prefeita da cidade em 2000, tendo sido antes vereadora e deputada estadual.

No Mato Grosso, em Cuiabá, após intensa participação nos movimentos de mulheres e negros, *Jacy Proença*, foi eleita vice-prefeita, pelo PMDB. E oriunda da

Bahia, mas radicada no Acre, a médica *Laélia de Alcântara*, do mesmo partido, foi chamada a ocupar a vaga deixada no Senado pelo titular (já que era a suplente), devido ao seu falecimento. Tornando-se, em 1981, a primeira senadora negra do país.

A fluminense *Benedita da Silva*, tem trajetória singular, como política negra no Brasil. Benedita teve sua iniciação política no movimento comunitário da favela e afirmava: “A militância política do pobre começa no berço, no bairro e não no partido. Foi na rua que aprendi que preciso lutar pela igualdade social para os homens e as mulheres”. Seus mandatos foram marcados pela defesa das mulheres e dos negros. É de sua autoria o projeto que inscreveu Zumbi dos Palmares no panteão dos heróis nacionais, fez de 20 de novembro o “Dia Nacional da Consciência Negra”, além de outros projetos que propõem a inclusão de negros nas produções das emissoras de TV, filmes, peças publicitárias, criação de delegacias especiais para apurar crimes raciais, cota mínima para setores etno-raciais em instituições de ensino superior, obrigatoriedade do quesito “cor” em documentos, lei contra assédio sexual e direitos trabalhistas extensivos às empregadas domésticas. Foi a primeira vereadora negra do município do Rio de Janeiro, e primeira negra deputada federal negra do Estado. Candidatou-se à prefeitura da capital do estado, não sendo eleita. Foi eleita vice-governadora do Estado e foi a primeira Senadora negra, eleita, no país. Em 2003, no governo Lula, assumiu a Secretaria da Assistência e Promoção Social, com status de ministra, cargo que ocupou até janeiro de 2004, tornando-se a primeira mulher negra a atingir essa posição na política brasileira.

No Rio de Janeiro, *Jurema Batista*⁷⁰, também tem papel de destaque na política institucional. Eleita em 1996 vereadora no município do Rio de Janeiro e reeleita em 2000, ela foi a primeira parlamentar negra da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Militante de vários movimentos sociais, presidiu por três vezes a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos na Câmara Municipal do Rio. Fez de seu mandato de vereadora o porta voz das chamadas minorias. Sua atuação é norteadada pela luta em prol dos negros, mulheres, idosos e portadores de deficiência. Uma das mais importantes contribuições de seus três mandatos como vereadora foi a sugestão de criação de um projeto de urbanização das favelas que deu origem ao

⁷⁰ Jurema Batista, Rosângela Gomes e Margarete Cardoso são algumas das políticas entrevistadas neste trabalho, como se verá adiante.

Favela-Bairro. Foi em 2005, uma das 52 brasileiras indicadas ao Prêmio Nobel da Paz.

Na Baixada Fluminense, duas vereadoras assumem o pioneirismo, como mulheres negras em suas respectivas Câmaras Municipais. *Rosângela Gomes* em Nova Iguaçu e *Margarete Cardoso* em Duque de Caxias. Ambas, de origem humilde, preocupam-se com os menos favorecidos e encaminham seus projetos nesta direção. Rosângela também estabelecendo projetos na luta contra o racismo e para a saúde da mulher e Margarete dirigindo também sua atenção para área da saúde.

3.1.1 - Trajetórias

Embora egressas de vários estados do Brasil, a atuação política destas mulheres se deu sobretudo no sudeste, como se sabe, região mais desenvolvida do país. Mulheres negras que fogem a esta regra, como Antonieta de Barros e Maria Brandão Reis, Luciana Santos e Jacy Proença atuaram em áreas metropolitanas do país, Florianópolis e Salvador, Olinda e Cuiabá respectivamente. Do interior, apenas as quilombolas Ester Castro e Givânia Silva.

Quanto à filiação partidária, das mulheres que se conseguiu identificar a filiação, a maioria é ou foi filiada à partidos de esquerda (Benedita da Silva/PT, Jurema Batista/PT, Lélia de Almeida Gonzáles/PT-PDT e Maria Brandão Reis/PCB, Francisca Trindade/PSB, Givânia Maria/PSB, Lia Varela, Luciana Santos/PC do B e Maria do Carmo/PT) e cinco de direita (Antonieta de Barros/PSD, Jacy Proença, Laélia e Ester/PMDB e Margarete/DEM) e uma de centro-direita (Rosângela/ PHS). Tradicionalmente os partidos de esquerda têm um ideário mais igualitário, e mais aproximados das causas sociais como a luta em prol das melhorias nas condições de vida dos menos favorecidos. Contudo, não se pode deixar de considerar as diferentes épocas e contextos aos que estavam inseridas.

A origem socioeconômica da maioria é a classe baixa, onde estão os negros brasileiros de modo geral. Entretanto, a ascensão social e econômica se dá, quase sempre, através da educação. Então, no que diz respeito à escolaridade, quase todas possuem nível superior - fugindo à regra, apenas Francisca Trindade, Ester

Fernandes, e Margarete com o nível médio e Laudelina de Campos Melo, com o nível fundamental. Pode-se afirmar que estas mulheres negras seguem o padrão geral, isto é, a escolaridade elevada tende a ser um fator importante que constitui uma espécie de “capital político”, principalmente para as mulheres, o que auxilia na eleição. O que se percebe é que as mulheres que conseguiram espaço no poder o fizeram também na educação. A área de formação/atuação profissional delas é sobretudo a área educativa, tradicionalmente feminina.

No que diz respeito ao engajamento político, estas se deram através dos movimentos comunitários, sociais, políticos e sindicais, o que também é corriqueiro no que se referem às mulheres de um modo geral. Pode-se notar também que as eleições já ocorreram quando as mulheres já estavam numa fase mais madura - como novamente não diferem das mulheres brancas - quando já possuem um capital político acumulado mais sólido e os filhos já não se encontram em idades de total dependência, permitindo uma maior autonomia da mulher. E suas lutas/propostas/ações vão justamente direção aos Direitos Humanos, aos menos favorecidos na sociedade, aos negros, às mulheres e idosos.

Pode-se dizer que estas mulheres são marcos da história político-institucional de seus locais de origem ou nos locais que atuaram e de suas respectivas épocas. Todas empreenderam e empreendem importantes trabalhos sociais e comunitários - que visibilizaram sobretudo a população negra - durante suas trajetórias e procuraram de alguma forma exprimir isto em seus mandatos.

Nota-se que o traço comum em suas trajetórias políticas ocorre através, fundamentalmente, de movimentos associativos e nunca de trajetórias familiares, o que costuma ocorrer com parte das mulheres brancas que ingressam na política. Por outro lado, em termos de suas áreas de atuação profissional, estas mulheres negras reproduzem as áreas clássicas das mulheres em geral. Resta investigar se e como as questões identitárias de gênero e raça são incorporadas nas plataformas políticas das mulheres que estão tentando ou ingressam na política nesse período mais recente.

Sabe-se que esta lista apresentada está muito aquém da realidade, mas enquanto iniciativas não forem tomadas, não haverá como se recuperar e complementar este histórico. Resta a esperança de que os órgãos oficiais, órgãos

de pesquisas e partidos reconheçam a importância do quesito cor das eleitas e passem a sistematizá-los e divulgá-los para que assim, em breve, se possa traçar um histórico das mulheres negras neste campo, como a que já há em relação às mulheres em geral.

De todo modo, os dados existentes permitem algumas observações interessantes. A princípio o que chama a atenção em todas as biografias é que estas mulheres, negras e atuantes na política institucional, usaram sua atuação política ou seus mandatos para propagar idéias e inserir projetos que auxiliem na luta contra a discriminação seja sexual ou racial. O que se aproxima do que defende Anne Phillips, citada no primeiro capítulo, quando esta coloca a importância de uma política de presença ou uma representação descritiva dos vários grupos sociais na arena política, já que estes, conscientes de suas realidades-necessidades-peculiaridades poderiam assim incluir suas demandas específicas.

Tendo em vista tal discussão, cabe observarmos empiricamente a presença e atuação das mulheres negras ainda nas campanhas políticas. E assim, tentar perceber se as idéias e os projetos já aparecem neste momento eleitoral. Tomando aqui como base as eleições de 2002 e 2006, conforme vem sendo regularmente mencionado.

CAPÍTULO 4

A PRESENÇA DAS MULHERES NEGRAS NO HORÁRIO GRATUITO DE PROPAGANDA ELEITORAL

Antes de se tornar um representante político o/a candidato/a obviamente tem que enfrentar a competição eleitoral. Esta competição é um momento singular para onde confluem diversas dimensões e fases da disputa política. E incluem aspectos tanto individuais, quanto coletivos; tanto objetivos quanto simbólicos. Este momento eleitoral – corporificado na campanhas político-eleitorais – traz à tona atores que já têm uma trajetória política anterior (institucionalmente ou não), como também aquele que não dispõem de um capital político⁷¹ ou social acumulado, ou seja, aqueles que estão ingressando neste terreno.

Por meio das campanhas é que os/as candidatos/as procuram o reconhecimento e tentam acumular vantagens para um objetivo lógico e racional: a eleição. Antes porém de chegar às campanhas propriamente ditas, há todo um processo envolvido ao qual os/as candidatos/as estão sujeitos. O próprio sistema eleitoral brasileiro exige, primeiramente, a filiação a um partido político, conforme citado no capítulo 2. Depois, já dentro do partido, há a seleção das candidaturas e em seguida parte-se para a disputa eleitoral mais ampla.

Alguns trabalhos⁷² já destacaram que, atualmente, a tendência do sistema eleitoral do país é de focar no indivíduo – que se fortalece juntamente com o descrédito dos partidos políticos e do processo eleitoral em si⁷³. Dirigindo assim, o processo para uma individualização da competição. Ou seja, se dá mais crédito ao

⁷¹ Miguel (2003), seguindo o conceito de Bourdieu explica que o capital político indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais que outros, sejam aceitos como atores políticos, e portanto capazes de agir politicamente. O autor coloca ainda que o capital político e a carreira política estabelecem uma relação recíproca.

⁷² Cf. Dias, 2005; Albuquerque e Dias, 2002; Kinzo, 2004, entre outros.

⁷³ Há trabalhos que se contrapõem a esta posição afirmando justamente uma tendência do sistema eleitoral brasileiro a não produzir somente campanhas individualistas, destacando a influência dos partidos no modo de organizar a participação de candidatos em programas eleitorais. Cf. Kuschnir, Karina; Piquet-Carneiro, Leandro; Schimitt, Rogério, 1999.

candidato do que à imagem partidária que este possa veicular. Tal fato segue para a crescente profissionalização das campanhas, que torna tal competição cada vez mais complexa e cara. Deste modo os candidatos dependem cada vez mais de recursos financeiros, redes de apoio, tempo para se dedicar à campanha e acesso à mídia, tanto a falada, quanto a escrita, quanto televisionada.

E é a mídia televisiva⁷⁴ que exerce hoje influência mais marcante na forma de atuação estrutural e discursiva da política na sociedade contemporânea. Neste sentido, o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (doravante HGPE) ocupa posição central neste contexto de disputa eleitoral.

O HGPE, veiculado pela rádio e principalmente pela televisão, 45 dias antes das eleições, é parte importante na campanha eleitoral. É nesta propaganda, que o candidato e a candidata pode se apresentar e apresentar suas propostas aos futuros eleitores⁷⁵. As propagandas também servem para observar aspectos importantes deste processo eleitoral. O uso e a construção da imagem, a organização dos partidos, a estrutura dos financiamentos e apoios e os discursos produzidos são alguns deles.

É importante salientar que, embora o horário eleitoral seja gratuito, os programas utilizam recursos de linguagem televisiva que envolvem elevados somas de investimentos para a contratação de serviços especializados, conforme já mencionado acima. E o objetivo é transformar o programa numa espécie de entretenimento, ou pelo menos, despertar ou expor o eleitor-espectador situações ou aspectos da vida social com as quais ele encontre um mínimo de identificação (Moura & Kornin, 2000).

Um outro aspecto importante é que nas eleições estaduais observadas para cargos legislativos, é o fato do tempo de exposição dos candidatos é diminuto, até por conta do maior quantitativo de candidatos nesta esfera. Assim, vão se destacar os candidatos e candidatas que tiverem maior apoio e recurso partidário e financeiro, para justamente produzir programas diferentes ou diferenciados, ou seja,

⁷⁴ Castilho (1994), afirma que a mídia televisiva atrai os telespectadores através do espetáculo, e a cena político-eleitoral na TV parece possuir uma capacidade de dramatização (onde encontra-se a dimensão cênica do poder) proporcional ao seu acesso aos telespectadores. Enquanto Bezerra e Silva (2003), destacam a influência da mídia televisiva na forma de atuação estrutural e discursiva da política na sociedade contemporânea.

⁷⁵ Alguns autores como Kuschnir, Karina; Piquet-Carneiro, Leandro; Schmitt, Rogério (1999) e Castilho (1994) enunciam a importância do HGPE como o meio mais importante para o conhecimento e escolha do candidato (a) a ser votado.

apresentar programas com falas e produções que diferem um dos outros. Na maioria das vezes, todos os candidatos de um partido seguem um padrão adotado pelo partido. Ainda assim os discursos podem diferir na busca pragmática pela eleição. Mas é válido considerar que os discursos são também mediados pelo tempo que cada um tem no HGPE, e este, por sua vez, é distribuído pelas direções partidárias de acordo com o perfil dos candidatos e a estratégia eleitoral adotada.

Tendo em vista as colocações acima, os principais aspectos a serem considerados aqui serão a presença e os discursos das mulheres negras que se candidatam. Conforme adiantado nas considerações metodológicas, nos discursos das candidatas negras observar se elas apresentam falas referências e propostas que remetam às relações raciais e de gênero. Primeiramente, será apresentado a campanha estadual pelo Rio de Janeiro no ano de 2002, seguido da campanha eleitoral de 2006. Buscando posteriormente a comparação entre as duas campanhas.

4.1 – O cenário feminino nas eleições de 2002 no Rio de Janeiro

As eleições 2002 tiveram muitos pontos positivos para as mulheres. Ainda que não seja o objeto central, aqui, vale o registro que nestas eleições 8 senadoras e 3 governadoras se elegeram no Brasil. Um quantitativo razoável para a história das mulheres eleitas na política representativa a cargos majoritários. Mesmo que em termos de comparação aos homens, ainda seja pequeno. O Rio de Janeiro foi um dos estados que teve sua primeira governadora eleita: Rosinha Matheus. Antes porém, Benedita da Silva assumiu o cargo na vaga deixada por Anthony Garotinho, que renunciou para se candidatar à presidência. Benedita da Silva, no entanto, tem uma trajetória única na política fluminense e brasileira, sendo a primeira governadora do estado e mais do que isto, foi a primeira governadora negra do país.

Além disto, a eleição para o governo do Estado do Rio de Janeiro teve pela primeira vez 4 mulheres concorrendo ao cargo majoritário: a socióloga e ecologista Aspásia Camargo (PV), a secretária de Habitação do município do Rio de Janeiro,

Solange Amaral (PFL), a governadora, então em exercício Benedita da Silva (PT) e Rosinha Matheus Garotinho (então PSB). (Schumacher e Brazil, 2003).

4.2 - As candidatas negras nas propagandas estaduais de 2002

Nas eleições do ano de 2002 concorreram os candidatos e candidatas a deputados e deputadas estaduais e federais e também candidatos a senadores, governadores e presidente. No HGPE veiculado no Estado do Rio de Janeiro⁷⁶, aparecem 15 candidatas negras, sendo 14 candidatas a deputada estadual, e uma candidata a deputada federal. As candidatas quando muito dispõem de 8 segundos para se apresentar e apresentar suas propostas. Este dado, no entanto é geral para as mulheres, não diferindo negras ou brancas. Quanto aos homens candidatos, de um modo geral, o tempo é maior. O tempo das propagandas, sempre é estrategicamente dividido pelos partidos, considerando o grau de importância do candidato e as prioridades/preferências do partido. Geralmente ocorre quando o candidato ou candidata já tem capital político acumulado.

Quanto à vertente política das candidatas ao cargo estadual, a *grosso modo*, 8 candidatas são de partidos de esquerda (PT, PDT, PSB e PSTU), 4 de direita (PL, PGT e PPB⁷⁷) 1 de centro-direita (PSL) e ainda 1 candidatas de partido não identificado quanto à vertente (PSDC)⁷⁸. Observa-se que são os partidos ditos de esquerda aqueles onde as mulheres negras estão mais concentradas. Alguns trabalhos, como o de Neves (2005), já destacaram, o fato dos negros de uma forma

⁷⁶ Verificar os dados relativos às candidatas que apareceram no HGPE de 2002, veiculado no Rio de Janeiro, no Anexo C.

⁷⁷ O antigo PPB (Partido Progressista Brasileiro), agora denomina-se PP (Partido Progressista).

⁷⁸ Oliveira & Rocha (2007:97-98), recorrem à História para classificar os partidos em Direita, Esquerda e Centro. Estes termos têm origem na Revolução Francesa, refletindo a posição dos partidos políticos durante a Assembléia nacional (a Convenção): à direita sentam-se os parlamentares da Gironda, representantes da alta burguesia, da propriedade privada e da liberdade para os negócios; à esquerda e ao alto, situavam-se os membros da montanha, representantes da pequena burguesia e defensores dos direitos dos *sans-coulottes* e dos camponeses. Existia também um partido de Centro, a Planície. Seus membros apesar de também representarem a alta burguesia, tentavam mediar os conflitos entre a direita e a esquerda. Da Revolução aos nossos dias, relaciona-se a esquerda com a luta pela igualdade, pela justiça e pelos direitos dos trabalhadores e dos mais desfavorecidos. Já a direita ficou associada à elite econômica. O chamado centro seria ocupado por aqueles partidos que tentariam conciliar as necessidades do capital com a preocupação com as diversas questões sociais.

geral, estarem mais concentrados em partidos de esquerda, menos elitistas e com um ideal partidário de uma maior igualdade de condições entre todos os membros da sociedade. O autor justifica esta abertura maior dos partidos de esquerda ao tema racial, tanto pelo fato ideológico, quanto também pelo fato de militantes de movimentos sociais negros estarem presentes nestes partido⁷⁹.

No que se refere às *propostas*, duas candidatas demonstraram interesse em direcioná-las à população negra. A candidata Jurema Batista (PT), que se sabe é militante do movimento de mulheres negras, e a candidata Leninha, do mesmo partido. A primeira faz promessas de criar leis e projetos que promovam a justiça social para população negra. A outra fala da luta contra a exclusão das pessoas negras. Considerou-se então que também estas duas candidatas fazem referência ao tema. Sendo que Jurema Batista também menciona a luta pelos direitos dos jovens, idosos e mulheres⁸⁰.

As propostas das demais giraram em torno dos temas educação, trabalho/emprego, jovens, estudantes, combate às drogas, saúde pública, violência, etc. Não obstante, nestas propagandas os papéis sociais são sempre evidenciados, ou seja, os papéis-lugares-profissões que ocupam na sociedade são sempre evocados. Dessa forma, o fato de ser professora, líder comunitária, evangélica, trabalhadora da área da saúde, por exemplo, é destacado e valorizado.

A única candidata negra a deputada federal, Ana Cristina do PRTB, não faz propostas e nem referência à população negra, mas seu discurso fala da importância da mulher na política, girando em torno do empoderamento das mulheres, e coloca que este é o objetivo de sua candidatura e de suas lutas.

Nessa ocasião não houve nenhuma candidata negra ao Senado federal.

Percebe-se nitidamente nas propagandas para deputadas estadual para as propagandas para deputada federal, a presença das mulheres negras diminui bastante - a mesma situação se configura com as mulheres de um modo geral - , o que pode mostrar a dificuldade de chegar a tal espaço. Enquanto apareceram 14 candidatas a deputada estadual, só apareceu uma candidata a deputada federal. Assim, a configuração que ocorre em relação as mulheres em geral - quanto mais

⁷⁹ Nessa mesma eleição o então candidato à presidente se comprometeu com programas de ação afirmativa para os negros.

⁸⁰ Consultar quadros 1 e 2 do Anexo C.

elevado o cargo, menor a presença das mulheres - ocorre, internamente no universo das candidatas: cargos mais elevados, menos mulheres negras. O mesmo raciocínio pode ser ampliado para o Senado. E também é bom que se lembre, que quanto mais alto o cargo, mais investimento tal candidatura requer.

E apenas uma candidata negra, conseguiu conquistar uma cadeira na Assembléia legislativa estadual, Jurema Batista. Assim torna-se a 1ª parlamentar negra na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Coincidentemente ou não, esta candidata foi a única, entre as analisadas, a apresentar dois programas diferentes. O que pode demonstrar um certo apoio financeiro e/ou partidário. Além disso, a candidata já tinha um certo capital político acumulado, pois fora reeleita vereadora do município do Rio de Janeiro nas eleições de 2000. A Câmara Federal de Deputados não teve representantes negras pelo Rio de Janeiro.

4.3 – Candidatas negras e o HGPE das eleições 2006

O mesmo número de candidaturas femininas negras, levantado no HGPE do Rio em 2006, para deputadas tanto federais quanto estaduais foi de 14 mulheres⁸¹. Mesmo que nem sempre o HGPE mostre todos os candidatos, isto ocorreu num universo de 240 mulheres registradas para concorrer ao cargo de deputada estadual e 95 candidatas registradas para a Câmara Federal. Respectivamente, o percentual corresponde a 17,34%, e 13,44% de candidaturas femininas pelo Estado, segundo dados do TSE.

Destas candidatas, 4 estiveram presentes na campanha de 2002: Doutora Marta Camardella (PL); Ita (PRTB), que foi candidata a deputada federal em 2002 sob o nome de Ana Cristina; Jurema Batista (PT); e Professora Iracema (PP).

Sendo que das 14 candidatas, 5 concorreram ao cargo de deputadas federais – Margarete (PFL), Doutora Marta Camardella (PL), Ana Rita (PL), Cida Madureira (PSB) e Midian (PDT) - e as restantes ao cargo estadual – Jurema Batista (PT), Edinha (PT), Maria Celsa (PTN), Ita (PRTB), Zilmar Basílio (PSC), Verônica

⁸¹ Consultar o quadro I do Anexo D.

Lima (PHS), Professora Iracema (PP), Cinira (PT) e Sandra Guerreira (PRB).

No que se refere a *vertente* político-partidária, das candidatas a deputada tanto federal quanto estadual, 5 candidatas são de partidos de esquerda (PT, PDT e PSB) e, 3 são de partidos de direita (PFL⁸² e PL). Uma pertence a partido de centro-esquerda, Zilmar Basílio (do PSC) e ainda uma de centro-direita (Sandra Guerreira – PRB). Além de outras três candidatas de partidos não identificados quanto à inclinação ideológica. Mais uma vez observa-se, ainda que com uma diferença pequena, a maior parte das mulheres negras candidatas ainda estão mais presentes em partidos de esquerda.

As *propostas* das negras candidatas não diferem muito das falas dos outros e outras candidatas. Utilizam sempre um discurso lógico e direto, na busca de atingir o alvo. As falas giram em torno de temas variados, como educação, saúde, jovens, contra a corrupção, etc. Utilizando sempre uma linguagem simples, creio que na busca de um entendimento de uma maior número possível de eleitores. Mesmo sendo dos diferentes perfis partidários, os discursos enunciados giram sempre em torno de temas “sociais”, como educação, saúde, trabalho e cidadania. Com o predomínio dos dois primeiros temas.

No entanto, muitas reforçaram um papel de gênero, onde a mulher tem um lugar estratégico, seja no trabalho, na educação, na luta contra a violência contra a mulher, ou na busca de uma maior igualdade entre os gêneros. Por um lado, a crescente organização das mulheres tende a exercer pressão no sentido de que suas demandas sejam apoiadas pelas direções partidárias. E assim já tem um espaço maior para ser propagado no HGPE. Por outro lado, como aponta Araújo (2005:1999) “a descoberta de que são uma força eleitoral, e, portanto, suas demandas não podem ser desprezadas, conduz os partidos a assumir de algum nível de compromisso público ao problema da sua inserção nas esferas de poder”.

Já em relação à questão racial, apenas a candidata a deputada, Jurema Batista, tocou especificamente na questão do racismo. Não só contra negros mas também no racismo contra os judeus. Além de defender os idosos e os jovens. É válido frisar que no HGPE, a candidata não citou a palavra nego nenhuma vez, mas quando se colocava contra o racismo, a imagem de referência que aparecia ao

⁸² O antigo PFL (Partido da Frente Liberal), agora denomina-se DEM (Democratas), desde março de 2007.

fundo era de pessoas negras. Algo também interessante foi o fato de outros candidatos levantarem também a bandeira da luta contra a desigualdade social racial e de gênero. É o caso dos candidatos Vladimir Palmeira (PT - governador) e Jandira Feghali (PC do B – senadora) que tocaram no assunto da desigualdade de negros e mulheres na sociedade brasileira e fluminense.

A exibição de programas diferentes, ou seja, com conteúdo e falas diferentes, somente Doutora Marta Camardella (PL) e Jurema Batista (PT) apresentaram. A primeira, dois programas e a outra quatro inserções diferenciadas. O que pode sugerir uma certa expressão das candidatas dentro dos partidos. E ainda há duas candidatas – Zilmar Basílio do PSC e Verônica Lima do PHS - que só tinham o tempo para falar o nome e o número. As duas candidatas são de pequenos partidos ou partidos “nanicos” de centro.

Chama a atenção no HGPE de 2006, o fato destas eleições trazerem 4 candidatas negras ao Senado Federal. Dos 8 candidatos a senador registrados no TSE, 50% eram mulheres negras. O que pode ser considerado algo inédito. São elas: Dayse do PSTU, Edialeda do PDT, Rosângela Gomes do PRB e Sued do PT do B.

Com exceção de Sued, todas apresentaram programas diferenciados. E referiram-se, de alguma forma, ao tema gênero ou raça. Dayse, do PSTU, falou especificamente da desigualdade em que estão inseridos mulheres e negros, discorrendo sobre suas causas: o machismo e o sexismo. Embora coloque as questões de forma intercalada, as interseções resultantes dos temas. Cabe destacar, que o partido têm a tradição de incluir a defesa de minorias, além de estar bastante ligado a causas trabalhistas ou sindicais.

Edialeda, do PDT, buscou evidenciar em seus programas políticos, sua trajetória política e também a ligação ao fundador do partido (Leonel Brizola) além da concordância com seus ideais. Ademais, destacava ao final de todas as suas falas o slogan: “Raça no Senado”, que poderia significar tanto a referência à raça negra, quanto também a uma grande determinação política.

Rosângela Gomes, candidata do PRB, destacou sua origem humilde, usando-a como justificativa para o conhecimento dos problemas da população pobre. Do qual também se pôs como porta-voz. E por fim, Sued Nogueira, que

prometia lutar por trabalho e renda focando nas mulheres.

Vale o registro de que o tempo dos senadores no HGPE tende a ser maior do que dos deputados e isto talvez explique sua agenda mais ampla embora chame a atenção que foram as duas candidatas de esquerda que falaram sobre o tema.

Neste pequeno cenário de candidatas nenhuma foi eleita aos cargos almejados.

4.4 – Comparativo

Verifica-se que em relação à campanha de 2002, no ano de 2006 o número de mulheres negras candidatas que aparecem no HGPE aumenta um pouco: 15 candidatas na campanha de 2002 e 18 candidatas em 2006. Sendo que há uma certa diferenciação nos cargos, já que em 2002, apenas uma se candidatou a deputada federal e em 2006, este número sobe para cinco candidatas negras. Conseqüentemente, o número de candidatas para a Assembléia legislativa do Rio de Janeiro cai para oito em 2006. E a inserção também na campanha para cargos majoritários, já que há um número relativamente considerável de candidatas a senadoras negras, neste último ano, o que não ocorreu em eleição anterior.

Deve-se ter em mente, quando se trata de eleições, uma figura que sempre se fez presente, a dos “laranjas”, termo utilizado para designar candidaturas de “mentira”, isto é, inscrições que tem como objetivo, neste jogo político, completar o quadro de candidaturas e reforçar o voto na legenda. Não se pode afirmar que algumas destas candidatas possam ser “laranjas”, mas é uma possibilidade que não pode deixar de ser destacada.

Em relação aos discursos produzidos, o tema gênero obteve destaque, principalmente em 2006, visto que muitas fizeram referência específica ao assunto. Em 2002, o tema só havia sido declarado por duas candidatas. Ana Cristina, do PRTB (em 2006, sob o nome de Ita) e Jurema Batista do PT. Esta última não voltou ao tema, no HGPE, em 2006. É fato também, que nestes programas as falas são escolhidas lógicamente e unicamente para que se convertam em votos. Como na

sociedade, tal tema não seja muito polêmico, ao contrário do racial, é mais fácil estar presente. E, por outro lado, já está sendo mais reconhecido como demanda política. Fato que pode ser justificado na criação de núcleos, departamentos ou secretarias da Mulher dentro dos partidos, como é o caso, por exemplo do PT, do PDT, ou do PRB.

Sobre a questão racial, parece que o fato do discurso racial que afirma uma identidade negra e que surgira como demanda específica, não tenha ainda, um apelo eleitoral. O que sugere que esta é uma questão pouco difundida e/ou valorizada pela sociedade como um todo e assim talvez o HGPE, não se constitua um local privilegiado para certificar questões como essas. Do mesmo modo, as políticas de ação afirmativa relativas aos negros, tão enunciadas e propagadas por movimentos sociais ligados à questão, e pelo próprio governo, durante este período, não influenciam de forma significativa a entrada destes discursos no HGPE. Ao contrário do que ocorreu com as demandas feministas que obtiveram grande destaque neste ponto.

Como veremos adiante, as únicas candidatas que enunciam de forma declarada a questão racial, juntamente com a questão de gênero, são militantes de movimentos negros e de mulheres negras. Uma outra suposição é que haja uma distância entre as outras candidatas negras e tais movimentos, o que poderia influenciar na escolha de enunciação ou não durante as campanhas ou trajetórias políticas. De qualquer forma, isto indica um desafio de mulheres negras se firmarem na ausência de símbolos femininos e negros consolidados nesta arena. E também de se sobrepor aos perfis identitários definidos como os apropriados para a política.

Resta verificar estes detalhes mais a fundo. O que se fará indo direto à fonte, as candidatas. Como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 5

MULHERES, NEGRAS E POLÍTICAS: AS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS UTILIZADAS PELAS CANDIDATAS

Sendo o HGPE um espaço restrito para a propagação de ideais que objetivam a busca pela representação política, a pesquisa qualitativa via entrevistas pode abrir novas perspectivas de análise e a possibilidade das candidatas exporem suas propostas de forma clara. Além disso, outras características e informações das candidatas podem ser consideradas.

Nesta ótica, é possível afirmar que existe uma relação entre as condições socioeconômicas e as chances de acesso à representação política. Assim, como também determinadas condições sociais que interferem para que todos os sujeitos possam iniciar de um patamar favorável para a competição eleitoral. Com o imaginário social impregnado de estereótipos de todos os tipos, mulheres negras, se lançam neste cenário.

5.1 - As entrevistadas: perfis e trajetórias das candidatas ao Senado⁸³

A candidata a senadora em 2006, Dayse do PSTU – professora, solteira, sem filhos e na faixa dos 40 anos - ingressa na competição política em 2002, quando se candidatou pela primeira vez. Nesta ocasião, foi candidata a vice-presidente, a primeira negra no país a competir nesta posição. Em 2004, também se candidatou à prefeitura de São Gonçalo, região metropolitana do Estado. Socialista, segundo

⁸³ Os quadros esquemáticos das entrevistadas constam no Anexo E.

declaração própria, fruto de partido de extrema esquerda, da qual é uma das fundadoras, seu ingresso na política se deu através dos movimentos sociais que faz parte, como o movimento sindical, movimento negro e de mulheres negras. Funda o Diretório de Negros e Negras dentro do partido e se preocupa também contra todos os outros tipos de discriminação. Para ela sua “carreira política” não se distingue da atuação como militante, pois o importante é o projeto pelo qual se luta. Apesar de já exercer participação política ativa, dentro e fora do partido, relutou para se candidatar, até que o fez em 2002:

“[...] eu militei no SEPE, e depois com minha convivência dentro do PT com a convergência socialista, eu entro em contato com companheiros dentro do partido que militavam no movimento negro e que aprofundam a discussão racial, que eu já tinha no Normal [curso de magistério] com uma professora minha, mas agora começava a fazer de uma maneira mais aprofundada... e que eu já tinha também na minha família, minha família também já discutia a questão racial, agora recentemente é que fui ver que isto era uma raridade, pra mim era uma coisa normal, mas não, eu tô vendo que das famílias negras, a minha família era, é uma exceção que discutia isso. Então vim no movimento negro, nesse processo pra destruir este mito da democracia racial, que em 1988 foi dar naquela passeata famosa aqui no Rio de Janeiro numa série de encontros, no encontro de mulheres negras que aconteceu no Império Serrano, enfim uma série de processos, e na discussão de mulheres também ela sempre me envolveu eu sempre estive metida nestes debates, nessas questões e aí nesse processo agora, eu sempre fui muito reticente a me candidatar, sempre haviam propostas e eu sempre caía fora porque dentro da minha política de partido, eu defendo um partido militante, então ser candidata são tarefas hercúleas, a mais, então nem todo mundo quer, então era este grupamento. Até que em 2002, foi difícil, não tive como fugir, aí de 2002 pra cá eu tenho sido apresentada pra estas candidaturas” Dayse

Com uma identidade racial e de gênero consistentes, que por vezes se articulam por vezes não, coloca esta questão como essenciais em sua vida, tanto social quanto política e como uma questão de posicionamento político faz questão de trazer o tema à tona nas campanhas, o que pode ser observado ainda em seus materiais de campanha⁸⁴ ou nas suas falas do HGPE, como observamos no capítulo anterior. Tal fato, corrobora com o que coloca Ribeiro (2004), quando diz que ser

⁸⁴ Os materiais de campanha aqui considerados, são os santinhos distribuídos a esta época e os conseguidos, constam no Anexo G.

negro (a) e se assumir como tal seria uma questão política. Em outro trecho da entrevista, ela afirma justamente isto, como veremos mais adiante.

Diferentemente de Rosângela do PRB, outra candidata a senadora em 2006, que embora reconheça as desigualdades raciais existentes, tem sua identidade mais centrada na religião, evangélica. E seu ingresso na vida política se dá justamente via religião. Atuava em setores dentro da igreja, e seu destaque como líder fez com que fosse convidada a atuar na vida pública, embora relutasse também no começo à idéia de se candidatar.

“Eu sou oriunda da Igreja Universal do Reino de Deus. Nesse meio tempo, em 95, a igreja resolveu, lançando alguns pastores pra o parlamento e aí a igreja me convidou, na época eu não gostei, até reclamei porque eu achava que não tinha nada a ver misturar as coisas, e eu tinha pavor à política, nojo de político, nojo de política. Nossa! Eu queria passar longe. E nisso, falaram poxa é por isso mesmo é que você tem que ir, se você não gosta se não tem admiração é que você tem que ir, aí concordei e fui”. Rosângela

Vereadora de Nova Iguaçu, pelo segundo mandato, município da Baixada Fluminense. E assim como Dayse, Rosângela também é solteira, sem filhos e na faixa dos 40 anos, mas de partido de centro-direita e formada em Direito. Coloca a questão de gênero como mais importante em sua atuação pública, fato que não havia sido enunciado no HGPE. Motivo também que fez, segundo ela, ter uma dificuldade de ser respeitada como vereadora, na ocasião de seu primeiro mandato. Tal dificuldade também justificada por estar sozinha na Câmara de Vereadores da cidade:

“E cheguei aqui e a sociedade de Nova Iguaçu, para me respeitar, no primeiro e no segundo ano... me tratou com um pouco de frieza... Mas a gente com o nosso respeito, carinho, nossa postura, consegui reverter as coisas... e tem mais: eu incentivei durante os 4 anos, as mulheres que vinham ao nosso plenário ouvir nossos discursos, a se candidatarem, porque esta casa precisava de uma bancada feminina maior até pra discutir os problemas femininos da sociedade. Veja bem a minha situação: depois de 12 anos, quebrando um tabu e rotina da cidade, no primeiro projeto uma comissão em defesa dos direitos da mulher, só tinha eu de mulher, e tem que ter no mínimo três! Tinha dois homens que eu tinha que discutir problema de mulher, por mais que eles me respeitassem e gostassem de mim, não iam entender os

nossos problemas... Então se tivessem mais mulheres que viessem candidatas... hoje somos três vereadoras, eu fiquei muito feliz, agora incentivo mais mulheres a vir porque de três precisamos passar pra seis, porque acho que a mulher é mais organizada, tem mais compromisso, é o que eu acho, posso até estar... a mulher tem mais sentimento pelas coisas, vai mais à luta, é o que eu acho... então eu incentivo muito. Então é uma pena que no partido, são poucas que se envolvem, embora eu ache que no século XX e no século XXI, as mulheres estão assim, não vou dizer mais atentas, mas mostram mais interesse de participarem da vida pública, eletiva, eu incentivo acho muito bom, mas hoje a dificuldade é muito grande das mulheres se filiarem e a gente preencher essa cota aí de 30%". Rosângela

Há três fatos importantes aqui. Primeiro, a fala dela se aproxima do que coloca Phillips (2001), no que diz respeito à representação descritiva. Ou seja, se não houver representantes que correspondam descritivamente com os sujeitos de certas políticas, isto pode não ser completamente compreendido por parte de outros atores envolvidos, mesmo que não impossibilite a ação. Em outras palavras, fazer parte de certos grupos, para onde serão dirigidas certas políticas públicas é importante, e ajuda a compreender melhor a situação. Segundo, a vereadora também traz incutido em seu imaginário estereótipos de gênero, tipo a “mulher é mais organizada...” E um terceiro fato importante seria uma suposição vinculada ao problema da dissertação: na questão de não a respeitarem no começo de seu primeiro mandato, também pode ter sido pelo fato de ser negra e estar numa posição da elite política do lugar, assim a intersecção destes múltiplos papéis pode ter influenciado neste ínterim. A vereadora é ainda presidente do movimento de mulheres do partido. Destacou como principal problema de seu mandato - além do citado caso da demora de um respeito mútuo dos colegas da Câmara – a falta de verbas, e de mulheres na bancada para apoiar a causa feminina. Seu principal projeto no momento era a construção do Hospital Municipal da Mulher.

A última candidata a senadora em 2006, entrevistada, é Edialeida do PDT. De partido de esquerda, médica, na faixa dos 60 anos, viúva e com dois filhos adultos. Seu ingresso na política partidária foi através do movimento sindical, embora considere que a vida política sempre fez parte de sua trajetória:

“Eu acho que já nasci política! Na realidade no colégio das Irmãs, eu fui interna durante 4 anos aqui em Botafogo. E já fazia um trabalho de

ajudar as colegas, me preocupava com as colegas... Sempre tinha aquela coisa de estar sempre ao redor das pessoas, isso e uma coisa minha eu já nasci assim. Depois eu fiz um concurso público para rede ferroviária federal com CLT na Central do Brasil, e lá eu fui auxiliar de escritório e a gente se viu muito perdido em relação ao CLT e nós éramos um grupinho muito pequeno no meio de um mundaréu de gente e a gente começou a se organizar com as apresentação dos Sindicatos, primeiro nós pensamos em fazer parte do Sindicato ferroviário em Leopoldina que já existia, mas não podia, tinha que ser o nosso da Central do Brasil, o que a gente fez? Se reuniu e começou a falar para as pessoas, éramos em cinco pessoas não mais do que isso, e eu era a única mulher, comecei a falar com os companheiros para a gente fazer um Sindicato, e depois de muita luta conseguimos, acho que foi em 1961. Passei a ser tesoureira do Sindicato, daí para a vida de partido foi um pulo, ainda mais depois que fui para Brasília, trabalhar no Palácio do Planalto com o João Goulart.” Edialeida

Novamente aparece como notório nesta candidatura um comprometimento com a causa negra e com a causa feminina. E a candidata também é secretaria nacional do Movimento negro no partido. Conforme vimos, no HGPE suas falas eram dirigidas ao tema racial, mas não colocavam a questão do gênero, o que só apareceu em suas falas na entrevista. Todavia uma campanha desta magnitude (almejando o Senado), não poderia ter como o único foco tais bandeiras. Em suas palavras:

“O caso da nossa causa negra, a gente tem um compromisso com a nossa população antes de qualquer outra coisa, toda mulher, negro já passou por duras coisas, mulher, negro deve ser muito difícil, mais eu estou ai pra brigar, então no nosso caso é um compromisso com a população africana de origem africana e com a população feminina. Hoje eu penso o seguinte: o negro, e também a mulher, não podem se fechar em guetos. Então a minha preocupação é também a Amazônia, é muito forte com a Amazônia, e a causa popular. O Brasil não faz pela causa popular a muitos anos, é saneamento básico, e a função médica que eu me preocupo muito com a saúde e o saneamento básico vai gerar a saúde, não é o dinheiro, é o investimento que faz a saúde e geração de emprego para todo mundo, não só para mulher, mais digo um emprego digno que não precise ganhar esmola, porque trabalho hoje em dia é uma vergonha para as populações mais carentes. Você sabe também quanto é que para nós é uma vergonha e uma humilhação você saca uma esmola de cem reais e dez reais por mês, e nem procura um emprego por quê?, pra que, né... A situação esta muito complicada em relação a isso. Então o nosso compromisso é com o Brasil, antes de qualquer outra coisa, a gente tiraria e claro as

coisas criticando as mulheres e negros mais também a população em tudo, tem que ter casa, tem que ter emprego, tem que ter transporte decente, tem que ter um lugar para morar para que ele possa pegar uma condução para o trabalho sem precisar pagar, sem precisar gastar cinco horas no trânsito entre a ida e a volta ”. Edialeda

Por trás destes discursos engajados, encontram-se também ambigüidades, já que mesmo estas três mulheres se colocando como candidatas que iriam dar atenção à população de uma maneira geral, muitas vezes se colocam também como representantes de certos eleitores, como as próprias mulheres ou negros. Promovem assim um discurso “vendável” ou que seja aceito por certas parcelas da população. Porém, é válido lembrar que ao contrário dos deputados, que representam os eleitores, os Senadores representam os Estados dentro da Federação. E entre suas prerrogativas, estão as de aprovar as dívidas dos Estados, homologar a diretoria do Banco Central e dar a decisão final quanto aos acordos internacionais a serem firmados pelo governo. Eles também podem propor leis e fiscalizar as ações e gastos do Executivo. E em nenhum momento elas se colocaram neste sentido. Detalhe, aliás que pode ser estendido a outras candidaturas.

Por outro lado, o fato de dentro dos próprios partidos haver espaço para secretarias especiais para mulheres e/ou negros já pode significar um certo comprometimento da instituição com tais questões e a incorporação de demandas dos movimentos sociais nesta agenda política, e conseqüentemente, um certo espaço para que isto se mostre nas campanhas. Entretanto, estas três candidatas tiveram votações inexpressivas, não sendo eleitas.

5.2 - Candidatas a deputadas

Entre as candidatas a deputada, aparece Edinha do PT, oriunda de partido de esquerda, 52 anos, casada e com dois filhos jovens (na faixa dos 20 anos), professora de matemática e religião. Sua identidade política é muito centrada na

religião, católica, de onde é militante, atuando em várias pastorais. Além de também ser militante do movimento negro. E seu ingresso na política formal se deu justamente pelo campo da religião, mas para ajudar um amigo que se candidatou, também pertencente à igreja, sendo um de seus cabos eleitorais. Se candidatou algumas vezes, para vereadora e para outros cargos em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Em 2006, foi a primeira vez que se candidatou a deputada, não sendo eleita, nenhuma das vezes.

“Eu já tenho 25 anos no PT, entrei para ajudar um companheiro que estava precisando de filiação, depois ele saiu e eu continuei, me candidatei a vereadora [em 1992], na segunda vez meu nome não passou [1996], aí eu fui candidata a vice prefeita [nas eleições municipais de 2000] e a deputada estadual [em 2006], fui bem eleita, alias, fui bem votada, mas não consegui... Agora a gente conseguiu coalizão da prefeitura do PMDB de Caxias eu consegui a Coordenação da Promoção da Igualdade Racial, então tem 15 dias que eu assumi o governo, esta secretaria no governo municipal”. Edinha

E a candidata apresenta também um discurso bastante voltado ao gênero. E é este o mote principal de sua campanha. No HGPE, sua fala consistia em “Mulher tem voz, vez e voto”, com dublagem para os deficientes auditivos - como um outro setor de onde buscou votos, já que outros candidatos não tinham esta preocupação. E este mote, a fazia ser reconhecida na rua, segundo seu relato. Ou seja, nas campanhas de rua, ela abordava questões relativas às mulheres, tendo como propostas centrais melhorias nas condições de vida de mulheres, principalmente as mais pobres, como as creches. Pelo fato de ser professora, a questão de uma melhoria na educação também merecia, segundo ela bastante atenção. Também tocava bastante na questão da posição do negro na sociedade e a necessidade de se reverter este quadro. No entanto, este discurso só aparece durante a campanha de rua, o corpo a corpo. No HGPE, preferiu focar apenas na questão de gênero.

Outra candidata católica e que centraliza seus discursos na questão de gênero e na educação é Professora Iracema do PP, aposentada, viúva, de 72 anos e com vinte filhos adotivos. Advinda sempre de partidos de direita, só começou a fazer parte da vida partidária após a morte do marido e dos filhos maiores. E isto principalmente porque o marido não gostava de política, e não a deixava envolver

neste campo. Observa-se que esta professora encarna o caso típico de trajetórias de mulheres casadas que atuam na política, em que o casamento aparece como um cerceamento à atuação política⁸⁵. Comenta que sempre teve vocação política (assim também como as candidatas a senadora, Dayse e Edialede, apresentadas acima), mas que não pôde vivê-la cedo por conta da posição contrária de seu marido. A incompatibilidade entre o papel feminino, sua obediência ao marido e o desejo em manter o casamento fica claro em sua entrevista:

“Meu ingresso na vida política foi desde de que eu nasci, já no curso primário era sempre a representante do grêmio, era sempre eu quem falava, declamava, eu era sempre faladeira, a escolhida pra poder memorizar os poemas,” Que saudade que tenho de Aurora da minha vida...”eu ia lá pra frente, que todas festas do curso primário desde do primeiro ano do primário eu era escolhida pra recitar, sempre liderei, a liderança é nata em mim. Depois fui fazer alguns cursos pra poder amoldar, já que existem vários tipos de liderança para o mau, para o bem [...], então a liderança é nata em mim e me interessei e sempre gostei da política, me interessei principalmente após a viuvez, após a viuvez eu queria direcionar a minha vida pra algo, já meu marido não gostava da política partidária, porque o pai dele foi integralista e ele então não gostava, e entre o casamento e a política, eu preferi o casamento. Mas fiquei viúva... eu tenho 22 anos de viúva, então mau fiquei viúva e ingressei na política, estou 20 anos com Francisco Dornelles que agora é senador, fundei, ajudei a fundar nas bases bem pequenina o PFL que agora mudou de nome, aí fui vendo dentre todos, não que fossem desonestos e fui acompanhando ele, até quando mudou de partido [...]”. Professora Iracema

Embora apresente discurso que a mulher deva sempre se envolver mais com política, se orientar, fazer cursos de formação para atuar nesta área e se sobressair na sociedade, acha que os ideais feministas não devam se sobressair, numa visão um pouco confusa do que seria o feminismo, reduzindo tal ideal ao fato das mulheres só almejarem mandar nos homens. Mas suas bandeiras são educação e saúde, sendo que no HGPE fala em educação e cidadania. E não toca, em momento algum da entrevista, na questão racial, já que se declara parda.

Outra candidata entrevistada foi Verônica Lima do PHS. De um pequeno partido de centro, 40 anos, casada e com três filhos adolescentes, ingressou na

⁸⁵ Cf. Pinto, 1994.

política partidária recentemente, a convite de um amigo, já que tinha sido cabo eleitoral (assim, como Edinha). Concorrendo pela primeira vez, a deputada estadual, em 2006. Este convite foi muito motivado pelo fato de Verônica ser uma espécie de líder comunitária, de Pedra de Guaratiba. Pois seguindo os passos do pai que também era líder comunitário, ela administra uma creche sem fins lucrativos e que atende a 40 crianças de 0 a 10 anos e que funciona a base de doações, na mesma região. Em suas palavras:

“Olha começou porque meu pai tinha uma creche, nós somos 16 irmãos na verdade, então meu pai tinha uma creche que era apadrinhada pela LBA. Então eu sempre ajudei na creche aquela coisa toda, e por ele ser também um líder comunitário, lá em Pedra de Guaratiba eu sempre gostei desse trabalho de ajudar a comunidade, de ajudar um, de ajudar outro, aquela coisa toda. Então o que aconteceu com isso tudo? Eu montei a minha própria creche já tem 4 anos, a minha creche. Ai comecei esse trabalho, ajudando aos pouquinhos, e hoje tem Centro Assistencial Verônica Lima que e lá em Pedra de Guaratiba que apadrinha 40 crianças toma conta de 40 crianças de 0 a 10 anos de idade. [...] Com esse trabalho da creche, na creche eu conheci um senhor chamado seu Adão, porque eu trabalhei com ele, fui como se fala... Não é líder comunitária, deixa eu procurar a palavra certa... Mas eu trabalhei na campanha do Julio Lopes como coordenadora da campanha do Júlio Lopes, a primeira que ele ganhou para deputado federal na minha área era ele, o Merci de Lacerda para estadual, e na época a Rosinha vinha ao governo. Então nos trabalhamos lá com o Julio Lopes e eu conheci esse senhor chamado seu Adão Silva, de 90 anos de idade, e esse senhor trabalhou comigo e me falou” você dá uma boa vereadora “, eu falei: Eu não ! Muito mau estou trabalhando aqui fazendo esse trabalho porque esse pessoal da minha área precisa, precisamos que esse moço ganhe para que o asfalto venha pra cá, então começou aquela coisa... Ele disse que iria me apresentar no partido dele, porque o partido era bacana, legal. E que vem a ser o PHS (Partido Humanista da Solidariedade) ai me trouxe no PHS eu me filiei no PHS ai começou, agora não quero sair mais”. Verônica

Embora suas propostas de campanha girem em torno do tema criança e adolescente, cursos profissionalizantes para os jovens, justamente pelo trabalho social que desenvolve junto às crianças de sua comunidade, e também se refira aos idosos, se coloca como representante das mulheres negras nesta campanha. O que era bastante discutido nos comícios que pode participar, ainda que não tenha

aparecido em seus santinhos, e nem no HGPE que só constavam nome e número. É isto como resultado também de sua participação em movimentos de mulheres negras. Assim, segundo ela, as mulheres negras poderiam demonstrar sua capacidade e igualdade perante todos, bastaria a oportunidade. Quando indagada sobre quem ou o que pretendia representar, respondeu:

“As mulheres negras. As mulheres negras mostrando que nós temos vez, nós temos vozes não é a Aspásia não, mas nós temos vez e temos vozes sim, porque as mulheres negras são inteligentes também, elas não servem só pra ficar atrás de um tanque lavando roupa, nós servimos se tivermos chances e derem brechas, nós servimos até pra governar o nosso estado e servimos até pra governar o nosso país, e só ter um pouquinho de brecha, e o que é mais importante e nós mesmos acreditarmos. Como eu te disse no começo, porque o que acontece com a mulher negra ela acha, o próprio preconceito vem do negro, infelizmente existem negros que têm a cabeça desse tamanhinho, acha que ele não pode isso não pode aquilo, nós podemos tudo nós somos iguais aos outros. Mas essa visão, eu tive mais quando passei a participar do movimento de mulheres negras. Então isso que me deu aquela motivação de crescer de lutar, entendeu, e não se prender pelo que você acha, você tem que ter uma determinação na sua vida custe o que custar, vai encontrar barreira vai, mas você tem que ter um objetivo eu quero chegar lá por causa disso, o meu objetivo são as crianças, são os idosos, os adolescentes que tem que sair das ruas, você tem que trabalhar por isso pelos adolescentes, pelo jovem, pelo idoso porque depois que ele se torna idoso ele se torna criança. Então quero mostrar que sou uma mulher, negra, e que vou conseguir alcançar um lugar e lutar por estes objetivos”. Verônica

Verônica é a única entrevistada que declara abertamente querer representar as mulheres negras. Seu discurso engajado, decorrente de sua participação em movimentos negros e de mulheres negras, por vezes demonstra percepções interessantes. Num momento tem uma visão mais ampla sobre o preconceito contra os negros, afirmando que estes são seres humanos iguais, que têm os mesmos direitos e que podem ocupar os mesmos espaços na sociedade. Tal visão é justificada por ela, decorrente de sua participação no movimento de mulheres. Por outro lado, não percebe que sua colocação sobre os negros que têm preconceitos contra a si próprios e que acham que não podem certas coisas, também denota, de certa forma, o preconceito existente na sociedade brasileira. Ou seja, se reverte para

o negro a existência do preconceito. Algo semelhante já tinha colocado d'Adesky (2001: 176) que dizia que os próprios ativistas tinham que ficar atentos às sutilezas das relações raciais, principalmente dada a persistência do mito da democracia racial e da ideologia do branqueamento no imaginário social.

Outra ambigüidade da fala da candidata é quando esta que diz querer representar as mulheres negras, mas anteriormente declara, na entrevista, que a representação significaria “Um compromisso com o povo”, tem como objetivo lutar pelos direitos das crianças, adolescentes e idosos. Assim, embora busque um certo reconhecimento para a sua figura de mulher e negra, este reconhecimento não seria necessariamente ou diretamente direcionado para esta questão. E sim para as que foram apontadas.

Jurema Batista, também pertencente atualmente ao movimento de mulheres negras, é uma das poucas mulheres negras, que exerceram mandato no Estado do Rio de Janeiro, embora não tenha sido eleita na campanha de 2006. Se destaca por seu posicionamento enquanto mulher e negra, durante seus mandatos. Casada, com 49 anos, três filhas adultas e nível superior de escolaridade, já tem uma trajetória política reconhecida, atuando na vida partidária por pelo menos 25 anos. Ingressou na política, não de uma maneira pensada, mas fruto da articulação de vários acontecimentos que culminaram na sua atuação em movimentos sociais: o movimento comunitário e também o movimento negro. Como explica abaixo:

“Não foi uma coisa pensada, [...] na verdade o poder político em nosso país sempre esteve aliado ao poder econômico, então assim durante muito tempo pobre não pode de votar nesse país, que era um critério pra votar você tinha que ter terra, então quem tinha terra? Os donos de escravos. Você não poderia votar se você fosse analfabeto, quem eram os analfabetos? Os descendentes de escravos. Você não poderia votar até a década de 1930, se você fosse mulher. Então se pro negro, sempre foi complicado ocupar espaços de poder pra ser votado, principalmente então pra votar, porque é recíproco, no que você vota, você pode ser votado. [...] Então eu fui pra faculdade fazer Português. E nesse meio tempo que eu entrei pra faculdade, eu fiz o vestibular de 1979, em 1980, estava acontecendo a abertura política. Um dia eu cheguei na faculdade, não tinha aula, porque tinha sido assassinada a secretária da OAB, Dona Lídia Monteiro. Fomos todos os estudantes chamados pra participar de uma passeata, pela morte dela, e eu fui. Foi minha primeira passeata política. Voltei, desta passeata e fui pra minha comunidade, morava no Morro do Andaraí. Dois dias depois desta passeata, cheguei da faculdade, vendo

televisão estava almoçando. Bateram na minha porta e falaram” Dona Jurema, a polícia veio aqui no morro e está levando várias pessoas presas que não tem nada a ver, que não têm nenhum problema, são pessoas que são carregadores de caixas da comunidade. E eu falei, que absurdo. Aí eu fui lá argumentei com a polícia e até conseguimos liberar o homem. Dois dias depois, a polícia subiu na comunidade e matou um trabalhador [...] eu fui ao julgamento do policial. No julgamento o policial falou assim: “ah, mas eu o vi e achei que ele era bandido” E ele estava com marmitta e ele era negro “Aí o advogado, que por sinal era louro de olhos azuis, falou assim:” você confundiu ele com um bandido, porque ele era negro, porque se fosse na Zona Sul, você não teria dado tiro, porque se fosse um rapaz louro você nem teia segurado na arma “. E isso me deu um click. Pra acabar de completar, na semana seguinte teve uma palestra na universidade, onde Lélia Gonzalez e o professor Carlos Alberto Medeiros, foram falar sobre Negro e Diáspora, e eu muito a contragosto fui parar nesta palestra e nesta palestra a ficha caiu de vez. E eu tive a consciência que vivia num país racista e me tornei militante do movimento negro, me tornei presidente da Associação de Moradores da minha comunidade, e estava sendo a fundação do PT, e eu fui uma das primeiras filiadas. Participei da 1ª convenção do partido para a legalização do PT e assim começou a minha vida política”. Jurema

Assim, Jurema, sempre coloca em seus discursos e em suas campanhas o tema da discriminação racial. A questão da mulher também é sempre destacada, onde é conhecida como “Mulher Guerreira”. Mas seus projetos se voltam também para os jovens e idosos. Mas no HGPE, tentou diversificar tais temas, tratando mais dos últimos, conforme mencionado no capítulo anterior, o que pode ser observado ainda em seus materiais de campanha utilizados (santinhos)⁸⁶. Já nas campanhas de rua, nos comícios, isto era mais discutido, do que o foi na TV. A informação que pode ser tirada deste ponto é que parece existir um discurso vendável no HGPE e um outro também “politicamente correto”, mas que deve ser apresentado em outros locais.

Como principais problemas durante seus mandatos, destacou a falta de apoio e entendimento em questões raciais na Assembléia Legislativa, por parte de outros deputados, o que não acontecia na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Mãe Edeuzita do PDT, yalorixá, 72 anos, viúva e com uma filha adulta, segue uma trajetória um pouco diferente das candidatas até aqui apresentadas. Já que seu ingresso na vida política partidária se fez através da influência de outros parentes na política, como o seu marido – embora só viesse a se envolver

⁸⁶ Verificar Anexo G.

diretamente após a viuvez – e seu tio que foi prefeito de uma cidade da Bahia, de onde é oriunda. Interessante é apontar que esta forma de ingresso, geralmente é vivida por mulheres brancas, como indicam alguns estudos⁸⁷. E há também a semelhança nesta trajetória com a de outra candidata, Professora Iracema citada acima. Embora não tenha citado a proibição por parte do marido, sua atuação na política partidária também se fez depois que ficou viúva. Observa-se também que as duas candidatas encontram-se na mesma faixa etária. Mas Mãe Edeuzuita, também foi cabo eleitoral de outros candidatos. Entretanto, sua atuação política só se fez depois que esta passou a morar no Rio de Janeiro. Como explica:

“Bem, a princípio, na minha família por parte de mãe, tinha políticos, meu tio Edson Teixeira, porque eu sou da família dos Teixeira lá em Salvador, e esse meu tio chegou a ser prefeito em Cachoeira de Paulo Afonso por dois mandatos, secretário também de saúde. Eu estava com 20 anos e o meu falecido marido também era político, era no tempo da UDN, aquela confusão toda, né. E ele era muito envolvido com política. Até o meu 1º voto foi pra ele, porque na época antes, mulher não poderia votar e quando teve a abertura eu dei pra ele o meu 1º voto e naquela época eu me decepcionei, porque ele era muito influente, era presidente da lavagem do Bonfim, lá na Bahia, organizou muitas coisas lá, inclusive deu uma ênfase à lavagem do Bonfim, botando os políticos para participar, governador e afilhados políticos, prefeito, secretário de cultura, a polícia militar [...] Mas naquela época, pelo trabalho que ele fazia cultural na Bahia, inclusive na Amaralina, lutou pelas baianas, pela Federação que tinha das baianas, aquilo tudo... e na urna teve 9 votos! E daí já foi minha decepção com política, mas por ironia do destino, quando eu cheguei no Rio de Janeiro, fiz o normal aqui. Cheguei em 1968, já vou fazer 40 anos aqui. Tinha um colégio aqui, eu matriculei a minha filha, eu fui fazer o normal, e o dono do colégio era político. Ele foi candidato a vereador, eu fui trabalhar na campanha dele, o Átila Nunes, e daí eu fui me envolvendo com política, sem querer, mas aos poucos, fui fiscal de mesa, fiscal de urna, e daí a bola de neve foi crescendo, até que fundaram o partido, que era o PCN e este partido fez coligação com o PDT, e naquela época era tão difícil se fazer as 13ª zonas e eu consegui fazer, e criou um diretório. A comunidade dizia, a senhora só apresenta políticos e eles não vem aqui, aquela coisa toda, só sei que eu terminei sendo candidata por este partido. Candidata a vereadora, depois o partido acabou eu vim a ser candidata pelo PDT, candidata a deputada estadual, aí”. vim vereadora por dois períodos. E nas últimas eleições candidata a deputada “. Edeuzuita”.

⁸⁷ Cf. Pinto, 1994.

Como se percebe no depoimento, Mãe Edeuzita, conseguiu certo espaço no partido e a possibilidade de candidatura, graças a sua capacidade de articulação política. Suas bandeiras principais são defender as raízes de matrizes africanas e a defesa da igualdade social⁸⁸. Aqui, a religião da candidata influencia na forma de encarar a questão racial e a igualdade social que faz referência. Como em religiões de origem africana, valorizam a figura da mulher (negra), esta deve também se auto-valorizar para buscar esta igualdade perante a sociedade.

“[...] porque se a mulher negra pensar e o homem negro, e a mulher negra souber o valor que ela tem, ela procura os direitos dela, que são iguais, não há diferenças da mulher negra, pra mulher branca, mesmo porque a população do mundo toda vêm de genes de raízes africanas. O exemplo taí, que no tempo das sinhás, não escolhiam a mulher branca pra cuidar de seus filhos, pra ser mãe de leite, elas escolhiam a mulher negra, aí ficou a mãe preta, você entendeu, então se a mulher negra parar para pensar o valor que ela tem, ela não se sente discriminada perante a mulher branca, ela realmente procura e vai à luta. Porque eu estou aqui, sou uma mulher negra, tenho 72 anos, meu marido era branco e aquilo não estava me dizendo nada, porque se ele era um homem eu sou uma mulher, então nós temos igualdade. Por que a cara da mulher branca, não é dizer que a branca tem um nariz e a preta tem dois, não é dizer que a branca tem quatro olhos e a branca tem dois, você entendeu. A estética de uma é de mulher, todo mundo é igual, agora cabe à mulher negra, se auto-valorizar, ter caráter e procurar o mundo dela, porque que a mulher branca vai ter mais direito”. Edeuzita

No entanto, Mãe Edeuzita acha também que toda esta questão não tem nada a ver com a atuação na política institucional, e por isso não entra no mérito da questão durante as campanhas. Há uma separação, diz ela, entre a vida política, a social, a acadêmica, a religiosa, e assim por diante. Então, mesmo que questões como a igualdade social e a religião de matiz africana sejam os pontos centrais de sua campanha, ela não toca em questões de gênero ou raciais, especificamente durante as campanhas. A igualdade social se buscaria no nível econômico e a questão da religião, embora esteja diretamente ligada à questões raciais, não é

⁸⁸ O programa do HGPE da candidata não foi observado, e conforme declarou a candidata, este só passou uma vez na qual só apareceu seu nome e número. Mãe Edeuzita é uma das candidatas indicadas pelo partido, conforme declarado na parte metodológica.

percebida deste modo pela candidata. E sim como uma questão da valorização da religião em si.

Cida Madureira, do PSB, 55 anos, casada e com três filhos adultos, ingressa na política partidária num processo que se assemelha a outras candidatas (como Verônica e Edeuzuita), apoiando outro candidato, sendo cabo eleitoral, no intuito de conseguir algum retorno depois para sua comunidade. Mas influenciada desde a infância por um ideal familiar, já que a mãe era líder comunitária. Em sua explicação:

“Meu ingresso, acho que vem desde a minha infância, a minha mãe era parteira, era rezadeira, tinha um centro espírita e fazia parto numa localidade chamada Mesquita, na Baixada Fluminense, na Chatuba. E ali, naquele tempo, hoje nós chamamos guia comunitário, líder comunitário, a pessoa era o que era e fazia tudo pela comunidade e eu vi minha mãe naquela atividade, ela tinha um centro espírita e de dia ela colocava uma cortina no gongá, no altar e de dia era uma escola comunitária, entendeu. Transformava aquele espaço em escola comunitária, que ela oferecia espaço para o professor que estava se formando naquele tempo em educação e colocava aquele professor na sala de aula, o núcleo era dele, dava esta oportunidade para a comunidade, fora isso ela fazia os partos, fazia reza, fazia garrafada, então era líder comunitária, mas sem ter esse nome e sem ter fins lucrativos e eu aprendi fazendo e vendo este trabalho. Na minha adolescência, e depois casada, nós começamos a nos questionar o que a gente poderia fazer pelo nosso próximo, pelos nossos vizinhos, e foi assim que eu ingressei na política. Primeiro como militante do PDT, nós somos uma porcentagem, eu não posso falar, mas uma porcentagem muito grande veio do PDT, pela filosofia do Leonel Brizola, que foi um grande líder, e naquela época eu trabalhei bastante, quando eu fui morar em Realengo, trabalhei com o senhor Jorge Felipe, uma pessoa muito influente na época. Porque você tem o objetivo, que sua rua vai ser calçada, o seu poste vai ter luz, e a sua comunidade vai ser menos agredida e o seu rio vai ser cuidado e foi assim que eu trabalhei muitos anos, o Jorge Felipe se elegeu, mas infelizmente o retorno não vem, você trabalha, você é usada, o povo é usado e quando você... e é difícil, o retorno não vem, depois do político eleito, e aí quando eu tive oportunidade, o Jorge Felipe saiu do PDT, foi pro PSDB, e no casamento da Benedita eu tive uma proposta para ganhar uma legenda, dentro do PSB, uma apresentação e”. aquela pra mim, tímida, moradora do subúrbio, porque Realengo é subúrbio, na Zona Oeste, e pra mim aquela era uma oportunidade, eu ainda não havia estudado, e eu era membro da Igreja Adventista do 7º dia, e essa oportunidade era a chance que eu tinha para trabalhar em prol daquelas tantas perguntas, tantas questões que eu lutava, levando estas propostas para a política, então essa oportunidade de eu tentar resolver estas propostas que eu tinha. Cida

Mesmo sem conseguir o retorno esperado do candidato, do qual era cabo eleitoral, tal proximidade possibilitou a Cida fazer novos contatos e por meio de outras articulações políticas, migrou para outro partido, onde pode posteriormente sair candidata. Este ponto remete a discussão de Dias (2005), citada no capítulo 2, onde mesmo sendo imprescindível do nosso sistema eleitoral, os partidos políticos aparecem como instituições fracas. Assim, a disputa se torna mais individualizada, o que pode facilitar a migração partidária na busca de um partido que melhor corresponda aos interesses. Além disso, como apontou Carrillo Flores (2001), a falta de institucionalidade que facilita algumas decisões e/ou oportunidades neste meio sejam promovidos em locais informais. E parece que foi isto que ocorreu com Cida, conforme percebe-se na declaração acima.

Sem fazer parte de nenhum movimento social, mas trabalhando voluntariamente numa Organização Não-governamental (Ong) que atende famílias carentes, ela não deixa transparecer num primeiro momento, discursos identitários raciais e de gênero constituídos. No entanto, diz que pretende representar mulheres, negros e os excluídos da sociedade, por estes terem a necessidade de uma maior expressão social e visibilidade perante suas questões. Assim, explicita também uma conscientização sobre o tema, como se vê neste pequeno trecho, em que trata da questão racial:

“Domingo agora, eu peguei um táxi com um rapaz bem bonito, nós estávamos conversando eu e minhas duas colegas, aí ele falou que na sociedade que se o branco não tiver dinheiro ele é negro e o negro se tiver dinheiro ele é branco. Eu falei você está falando isso porque não é negro. O negro com dinheiro ou sem dinheiro vai ser sempre negro, a não ser que ele seja da Globo, mas até ele ser conhecido ter algum poder ele vai continuar sendo negro, vai sempre continuar na desigualdade e mesmo depois... Então eu fiz uma faculdade de serviço social e quando eu ia fazer um concurso dentro da minha instituição, eu não fazia parte do perfil. E qual o perfil? Ter narizinho, a cor da minha pele, o tipo do meu cabelo, entendeu como é?” Cida

No entanto, no HGPE, fala em saúde educação na família. Não aparecendo tais discursos naquele momento. Novamente alguns discursos parecem ser mais “vendáveis” no HGPE e outros podem aparecer em certos momentos, como

comícios ou durante uma entrevista como esta.

A próxima candidata entrevistada foi Denise do PDT, a mais jovem entre as questionadas nesta pesquisa, com 36 anos, solteira e sem filhos⁸⁹. Seu ingresso na política institucional foi desde cedo, ainda adolescente, atuando como cabo eleitoral de outro candidato. Como esclarece:

“Ingressei na política aos 18 anos de idade, eu morava em Jacarepaguá e conheci um vereador e me despertou realmente o interesse por ver a atuação dele, comecei a ver a política de uma forma diferente, e comecei a militar, apesar de ser filiada ao PDT eu não tinha uma vida ativa de militância no PDT, comecei a militar com este vereador, daí comecei a fazer o curso de formação política, o que me despertou o interesse de vir candidata a vereadora. [...] Isso foi em 1989, 1990. Eu queria ser a 1ª vereadora mais jovem do Brasil e tal, mas cometi um grande erro, hoje considero assim, abri mão de ser candidata para apoiar a candidatura do vereador à reeleição, daí a Manuela do PC do B e foi a 1ª candidata mulher e mais jovem do Rio de Janeiro, pelo menos ficou marcada assim... Daí comecei a fazer a faculdade e não militei mais, fiquei parada só me dedicando aos estudos durante 4 anos, depois que me formei eu fui pra São Paulo e em 1998 eu fui convidada para coordenar a campanha do Garotinho ao governo do Estado com a Benedita, aí fui coordenadora da campanha dele em Jacarepaguá, Recreio, Barra, aquela região, mas logo em seguida depois de eleito se desvinculou do PDT, e nessa caminhada eu conheci o Brizola e eu optei por ficar realmente com o Brizola no meu partido e não seguir o Garotinho. Daí em 2000, eu me lancei candidata a vereadora, o Brizola concorreu à prefeitura, e a minha caminhada foi feita juntamente com ele”. Denise

Sua militância a fez exercer cargo no partido, no qual é Presidente Estadual do Movimento de Mulheres. Assim, sua identidade política e propostas políticas são muito guiadas pela questão de gênero. Ainda que seu foco seja a vereança, já que se preocupa com questões locais, principalmente na área da saúde e da violência contra a mulher, a proposta de vir candidata em 2006 foi uma tentativa de visibilidade para uma próxima campanha para vereadora.

Apesar de não focar questão racial como primordial, esta aparece imbricada na sua questão de gênero. Há uma interseção neste aspecto. Nos mesmos moldes que coloca Crenshaw (2002), citada no primeiro capítulo, onde certas características não são percebidas, ou se tornam invisíveis.

⁸⁹ Denise também foi indicada pelo partido. Seu programa no HGPE não foi observado. A candidata coloca que apareceu uma vez e só o nome e o número.

“No meu caso, que já trato da questão de gênero, não tem como falar de mulher de uma maneira geral, não tem como. Alguns são críticos, acham que mulheres são todas iguais, negras, brancas ou amarelas, enfim, realmente são todas iguais mas infelizmente a sociedade não tem acompanhado esta igualdade. Então como cidadã, é desleal sim a concorrência, é desleal sim o mercado de trabalho, é desleal. Então não tem como falar. Se você for ver a questão. Ah, todas as mulheres tiveram direito ao voto. Que todas? Porque tinha que ser alfabetizada, a mulher com a conquista do voto, mas tinha que ser alfabetizada. E quem eram as mulheres alfabetizadas que votavam? Não eram as mulheres negras, então assim, as mulheres negras tiveram sim direito ao voto, mas posteriormente, não foi uma conquista imediata ao voto, ao direito. Então são várias, a questão da saúde, a questão da violência a questão da educação não tem como sair da política. A questão de gênero e raça andam lado a lado, não tem como falar sobre gênero e não falar sobre raça”. Denise

A última candidata entrevistada foi Margarette, a Gaete. Vereadora em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, pelo PFL (DEM), 52 anos, solteira e sem filhos. Entra na vida política, por meio de sua militância comunitária, já que era líder no bairro que mora (Vila Leopoldina V), em Duque de Caxias. Desde jovem militou na causa pública, mantendo reuniões na comunidade para solicitar melhorias para o bairro. Como era auxiliar de enfermagem, focou sua atuação na área da saúde. Atendendo um grande número de pessoas doentes em sua casa, que buscavam a rede pública e, muitas vezes, não eram atendidas. Posteriormente, cria um núcleo de atendimento comunitário, que a faz ser mais conhecida e possibilita sua primeira candidatura à vereança, em 1992. Esta e nas próximas três eleições que se candidata, não é eleita, mas consegue cargo de suplente. E em 2004, é eleita pela cidade.

“Eu sempre trabalhei em prol da comunidade. E como me formei como auxiliar de enfermagem, a área da saúde sempre chamou a minha atenção. Até hoje, sou indignada com a questão de quase abandono da saúde pública. Então, acho que foi no ano de 90 comecei a atender muitas pessoas doentes em casa, que buscavam a rede pública e, muitas vezes, não eram atendidas. Falei com alguns médicos que conhecia e eles ajudavam. Gastava do meu próprio bolso. Com o incentivo de amigos e parceiros, em 1991, criei um núcleo de atendimento comunitário na minha própria casa, atendendo diversas especialidades, como clínico geral e fisioterapia. Aí como o período das eleições estavam chegando, alguns amigos me incentivaram para me candidatar. Achei que era muito pra

mim, fiquei com um certo receio, mas aceitei. Foi pelo PMDB. Não tive muitos votos, mas consegui a 4ª suplência. Em 1996, foi a mesma coisa, fiquei com a 2ª suplência, mas fui a 2ª mulher mais votada da Baixada Fluminense! Em 2000, foi a minha campanha mais difícil: meus adversários, como eu estava crescendo muito, destruíram grande parte do meu material de campanha, que já foi tão difícil conseguir... Mesmo assim eu consegui 2589 votos, mas fui 3ª suplente do PMDB. No ano de 2001 fiz aliança com o deputado Dica, e o apoiando em sua reeleição estadual. Mudei de partido, fui para o PFL. E com o apoio dele, só em 2004 consegui ser eleita vereadora de Duque de Caxias! Fui de novo a 2ª mulher mais votada da Baixada Fluminense⁹⁰. Hoje tenho uma Associação, a Associação Maria da Conceição de Souza, nome da minha mãe, que já faleceu E continuo atendendo mais pessoas em várias especialidades médicas, inclusive tratamento dentário. Agora [em 2006], tentei pra deputada, mas agora acho melhor ficar aqui por Caxias mesmo...”Margarete

Assim como outras candidatas, a atuação em suas comunidades abre a passagem para a atuação política partidária. Emerge a típica prática clientelista, e neste caso não há diferenças para os homens, que muito se utilizam desta forma de ingresso na política partidária. E tal como Denise, tem a saúde como área principal de atuação, querendo agora também atuar num atendimento de mulheres, relacionado à saúde familiar e também auxiliando em casos de violência doméstica. Acha que “as mulheres têm que procurar seu espaço na sociedade, procurar se destacar e lutar por seus direitos”. Manifesta então uma certa percepção de gênero, mas não toca, em momento algum na questão se ser negra, a não ser quando é perguntada sobre o assunto. Nesse momento se limita a responder que sabe que influencia, mas que não é essencial em sua vida e principalmente em sua vida política.

“Não devemos ficar remoendo mágoas, os negros foram escravos, mas não são mais. Ainda existe racismo, mas não é por isso que temos que a toda hora ficar tocando no assunto. Todo negro vai ser de alguma forma influenciado por isso, mas eu não me abalo não”. Margarete

No exercício do mandato, destaca como principais problemas a falta de verbas e de apoio para financiar seus projetos de lei, todos ligados à saúde. E como alianças, destaca os outros políticos do partido e a outra vereadora da Câmara, “as mulheres têm que se unir”, diz ela, destacando a perspectiva de gênero aí incutida.

⁹⁰ A primeira foi Rosângela Gomes, citada acima.

Diante deste panorama, resta analisar outras semelhanças entre as candidaturas, além de fazer a ponte comparativa com os dados mais gerais sobre a representação política feminina.

5.3 – Análise comparativa

De acordo com os perfis e discursos apresentados acima, já se pode perceber algumas semelhanças e aproximações entre as entrevistadas.

Numa primeira parte da entrevista⁹¹, as questões eram mais voltadas para a identificação das candidatas. Em relação à idade, quatro se encontram na faixa entre 35 e 44 anos (36 anos- Denise PDT; 40 anos – Dayse PSTU; 40 anos – Rosângela PRB; 40 anos - Verônica PHS); também quatro entrevistadas na faixa entre 45 e 59 anos (52 anos – Edinha PDT; 49 anos - Jurema PT; 55 anos – Cida PSB; 52 anos – Margarete PFL); uma na faixa etária de 60 anos (66 anos – Edialede PDT) e duas na faixa etária acima de 69 anos (72 anos - Iracema PP e Edeuzita PDT). Ou seja, quase todas se encontram numa faixa madura, mas já entraram na política ou têm uma militância política há algum tempo. A literatura sociológica aponta⁹², que as mulheres tendem a ter sua atuação política maior nesta faixa de idade, principalmente porque seus filhos, já não se encontram numa fase de dependência total, o que é atribuído, na grande maioria das vezes às mulheres.

Outro fator que colabora para esta atuação na faixa mais madura é o compromisso com a vida conjugal, que direta ou indiretamente influencia este ingresso e envolvimento político. Foi o caso de Iracema do PP e Edeuzita do PDT.

Quanto ao estado civil quatro são solteiras (Dayse PSTU, Rosângela PRP, Denise PDT e Margarete PFL). Também quatro são casadas (Edinha PDT, Verônica PHS, Jurema PT e Cida PSB), e três viúvas (Iracema PP, Edialede PDT e Edeuzita PDT), justamente as mais velhas. Mas verifica-se aqui que a maioria não estava casada na ocasião das campanhas. Quanto aos filhos, quatro não têm filhos (Dayse, Rosângela, Denise e Margarete); as outras todas tem filhos adultos, com a exceção

⁹¹ O roteiro da entrevista encontra-se no Anexo F.

⁹² Cf. Pinto, 2001.

de Verônica Lima que têm três filhos adolescentes.

Como tem sido colocado em relação ao acesso das mulheres (de um modo geral⁹³) à política, ser casada ou não, ter filhos e/ou ter a atribuição dos “cuidados familiares” tem influência significativa sobre a vida destas na esfera pública. Alguns estudos já destacaram que o percentual de homens casados é bem mais elevado do que o de mulheres que se propõem a atuar neste campo, o que supõe uma difícil conciliação neste ponto. Ao mesmo tempo em que os percentuais de divorciadas e/ou solteiras e viúvas são mais altos do que entre os homens. (Araújo & Alves, 2007; Pinto, 2001). Tais dados podem ser observados em relação às entrevistadas. Assim, a pesquisa corrobora com os dados da literatura.

Em relação à escolaridade, chama a atenção o fato de que a grande maioria das candidatas negras tem nível superior muitas com pós-graduação. A exceção se faz presente apenas na figura de duas candidatas, Verônica e Margarete, que possuem o nível médio. Se observarmos dados estatísticos em relação aos anos de estudo formal, perceberemos que todas estas mulheres estão acima da média dos anos de escolaridade de mulheres negras do Rio de Janeiro. Dados do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro⁹⁴ de 2000, mostram que a média dos anos de estudo de mulheres negras é de 6,8 anos. O que significaria a incompletude do ensino fundamental. E isto em contraposição às mulheres brancas que em média tem 8,2 anos de estudo. Oliveira (2004), já havia destacado a presença de negros candidatos que apresentavam nível de escolaridade acima da média, e por vezes, superior ao nível de escolaridade dos brancos.

Pode-se conjecturar, que a mulher negra que se candidata e tem certo espaço no partido, não é qualquer mulher negra. É a mulher negra com um bom nível de escolaridade, muitas vezes acima da média, e conseqüentemente uma boa capacidade de articulação política. Tais fatos podem se reverter em capital político para estas candidatas se inserirem neste campo, o que não significa, neste caso, a eleição. Em outras palavras há certos padrões que elas têm que preencher.

⁹³ Aqui, a comparação se dá em relação das mulheres de uma forma geral, já que não há dados suficientes para esquematizar o percentual de mulheres negras casadas.

⁹⁴ Indicadores sob a perspectiva de gênero e raça: situação no Estado do Rio de Janeiro. CEDIM /UNIFEM.

Aqui, também a literatura aponta⁹⁵ que a escolaridade é importante para competir em cargos mais elevados, assim as mulheres negras, na verdade estão no padrão. As estatísticas mostram também que em geral, as mulheres apresentam percentuais de escolaridade mais elevados. Assim, percebe-se que as negras candidatas têm que ter este padrão, superando em muito o quadro de brancos e mulheres, já que a proporção de negros com nível superior na população é bem menor do que dos brancos.

Quanto ao ingresso na política formal, como percebe-se no tópico acima, cinco candidatas entraram na política através de algum movimento social ou religioso, sendo então a política partidária uma consequência da atuação nos movimentos. É o caso de Dayse – PSTU (movimento estudantil, sindical, de mulheres e negro), Rosângela - PRB (religioso), Edialede – PDT (sindical), Jurema - PT (comunitário, negro e de mulheres) e Margarete – PFL (comunitário). Uma candidata, Professora Iracema – PP, entrou após a morte do marido. E ainda esta última mais Dayse e Edialede afirmam que sempre foram políticas.

As outras cinco candidatas, ingressaram depois de serem cabos eleitorais de outros candidatos. Como explicaram Edinha - PT, Verônica - PHS, Cida - PSB, Mãe Edeuzita – PDT e Denise - PDT. E Mãe Edeuzita, foi a única entrevistada que teve parentes na política.

Com a exceção de Verônica Lima, que se candidatou pela primeira vez em 2006, todas já haviam de se candidatado mais vezes, seja a vereança, para deputada ou ainda vice-prefeita (Edinha) ou vice-presidente (Dayse). No entanto, poucas delas exercem cargo dentro do partido, participando da Comissão executiva estadual, e da Secretaria de Negros ou de Mulheres. É o caso apenas de Dayse do PSTU, Edialede do PDT, Jurema do PT e Denise do PDT. A maioria só comparece em época de eleições.

A decisão de candidatura delas se fez em duas frentes: ou por ideais políticos ou por convite. Sendo que a maioria, sete candidatos, pelo primeiro motivo. O que sugere um lugar ativo importante e não passivo.

Quando argüidas sobre o que significava a representação política, as respostas foram variadas. No entanto, giraram sempre em torno do compromisso ou

⁹⁵ Cf. Araújo & Alves, 2007.

da responsabilidade com os eleitores ou com a população (específica ou não). Isto remete, ao conceito de responsividade, citado no início do trabalho, que se refere à sensibilidade dos representantes à vontade dos representados. Em função disso, tais representantes estariam mais dispostos a adotarem políticas que atendessem às demandas da população (Miguel, 2005). Ressalve-se que nem sempre o discurso corresponde à prática. O discurso denota a necessidade de se legitimar, ter uma postura séria e comprometida.

Em contraponto, quando perguntadas sobre quem ou o que gostariam de representar, as diferentes respostas concentraram-se em seis pontos: a população (Edialede PDT, Edinha PT, Iracema PP, Edeuzita PDT); a população pobre (Rosângela PRB, Cida PSB e Margarete PFL); mulheres negras (Verônica PHS, Jurema PT e Dayse PSTU); negros (Dayse PSTU, Jurema PT e Cida PSB); a população mais com uma perspectiva de gênero (Denise PDT); e trabalhadores (Dayse PSTU).

Retomando o debate sobre o tipo de representação, exposto no primeiro capítulo, percebe-se que a representação de interesses de grupos surge como importante. Ou seja, a representação substantiva nos moldes de Johnson III (2000) ou a política de idéias de Phillips (2001), apresenta um certo destaque na fala das candidatas, já que se dizem dispostas a representar grupos específicos. Porém, aparece outra questão: será que este interesse em representar substantivamente parcelas específicas da população surgiria se não remetesse a própria realidade das candidatas? Em outras palavras, o fato de serem mulheres, negras, trabalhadoras e que fizeram ou fazem parte da população pobre (correspondendo descritivamente uma parte ou grupos específicos da população) de alguma forma, pode influenciar em suas escolhas políticas. Isto sugere a existência de uma articulação das duas proposições sobre a representação (se substantiva / de idéias ou descritiva / de presença). E pode ser também percebida quando mulheres negras exercem mandatos políticos, como pudemos observar no capítulo 3.

A escolha das candidaturas dentro dos partidos, se fez por articulação política das candidatas. É o caso de Dayse, Rosângela, Edialede, Denise e Margarete. Cida e Edeuzita, por sua vez, já tinham legenda dentro de seus respectivos partidos. Jurema mostra também que já tinha visibilidade dentro do partido, até por já ter

exercido mandatos. Verônica foi convidada, e Edinha e Iracema destacam um fato muito interessante e que perpassa todas estas candidaturas: as cotas eleitorais. As cotas facilitam este processo para as mulheres, já que é de interesse dos partidos preenchê-las. Mesmo que não haja nenhuma forma de punição para os partidos que não os fizerem. Não há dados para uma afirmação de que todas estas mulheres tiveram suas candidaturas inseridas apenas por conta das cotas, até porque algumas já tinham um certo espaço dentro dos partidos. No entanto, as cotas promovem oportunidades a mais.

Todas se queixaram de dificuldades nas campanhas, falta de financiamento, e muitas vezes um apoio real e/ou eficaz do partido. Estes que privilegiam, certos candidatos em detrimento de outros. Levando também em consideração que a campanha para deputado/a é extremamente cara, como declara Jurema, por abarcar todo o Estado. Tende a ficar mais difícil para as mulheres negras furar tal bloqueio. Muitas se concentram em seus redutos, ou locais de origem, o que muitas vezes não é suficiente para se chegar à eleição. O apoio principal sempre é de amigos. Apenas Iracema do PP e Denise do PDT declararam receber os santinhos, como ajuda dos partidos. As falas indicam a dificuldade para as mulheres, sobretudo, as negras ultrapassarem certas fronteiras e construïrem redes mais amplas.

As *propostas centrais* foram variadas, como é de se esperar de uma campanha política. Como a “luta dos trabalhadores”, “saúde”, “educação”, “assistencialismo”. Mas algumas propostas também giraram em torno de perspectivas raciais e de gênero, como: a saúde da mulher (Rosângela do PRB, Cida do PSB e Denise do PDT), a visibilidade do negro (Edialede do PDT, Edinha do PT e Jurema do PT), creches (Edinha do PT e Verônica do PHS), contra a discriminação (Jurema do PT), defender as matrizes de raïzes africanas (Edeuzuita do PDT). Ainda que tais propostas possam também ser abordadas por candidatos em geral, propostas específicas são mais comuns e adquirem maior legitimidade quando declarados pelos grupos ou indivíduos a que correspondem (Oliveira, 2004).

Vale lembrar o que era dito na entrevista, em passeatas ou comícios, nem sempre era exposto de modo direto ou claro no HGPE, seja pelo momento ser mais pragmático e priorizar discursos mais “aceitos” na TV, ou mesmo pelo curto período

de tempo. Das que falaram, foi o caso de Rosângela, Cida e Jurema.

Ainda sobre as falas para o HGPE, na maioria das vezes, a própria candidata escolhe suas falas, sem que isto seja muito controlado pelo partido. Assim, acontece com Rosângela do PRB, Edinha do PT e Cida do PDB. Outras, como Iracema, Jurema e Edialda, escolheram suas falas mas estas passaram por uma comissão do partido. E ainda há aquelas que só apareceram com nome e número: Edeuzita, Denise (ambas do PDT) e Margarete (do PFL).

A principal *estratégia* de campanha das candidatas foi se utilizarem da disponibilidade de alguns amigos, seja para a distribuição de material em locais diversificados ou para buscarem votos de outros amigos. Isto é declarado por Rosângela do PRB, Edinha do PT, Iracema do PP, Verônica do PHS, Denise do PDT e Margarete o PFL. Outras duas, Dayse do PSTU e Edialda do PDT (candidatas ao Senado), seguiram a estratégia elaborada pelo partido, por ser uma campanha a um cargo majoritário; Edeuzita do PDT, colocou uma coordenação, por conta própria, para cuidar de sua campanha; Jurema Batista, candidata mais conhecida, revelou ter mudado de estratégia em relação à campanha anterior, tentando abarcar os mais variados municípios do Estado, saindo assim de seu reduto original, que é o município do Rio de Janeiro. Considerou, depois de perder a eleição, que esta estratégia foi equivocada, já que se deparou com os “caciques” locais. E mesmo com mais de 20 mil votos, perdeu a eleição. E por último, Cida do PSB declarou não ter nenhuma estratégia.

Em relação às cotas para as candidaturas de mulheres, quase todas são a favor, algumas até acham que o percentual deveria ser maior. Colocando que as cotas serviram também para mostrar as desvantagens das mulheres em relação aos homens na competição eleitoral. Outras levantam a questão do machismo imbricada na questão. A exceção, é apenas de Denise, advogada, que discorda das cotas por achar que muitas vezes as vagas não são preenchidas de forma eficaz. No entanto, ela considera necessária a existência das cotas. Vejamos alguns depoimentos:

“Eu acho que através desta cota ficou bem mais interessante, porque os partidos são muito machistas, a sociedade é muito machista, muito. E além de ser muito machista e capitalista, e esta cota ser obrigatória, entre aspas, porque quem não consegue, não coloca mulheres, mas ter esta obrigatoriedade, dar mais oportunidades para as mulheres, porque

você vê o Presidente da República é homem, os ministros são na maioria homens, o diretor do hospital é um homem, então é uma sociedade machista, eu achei interessante.” Cida PSB

“Sou totalmente favorável, inclusive nesta discussão aí da lista, eu só sou favorável desde que tenham mulheres encabeçando a lista, sendo igual ao sistema europeu, que tenha um homem e uma mulher, e uma mulher negra, porque senão a gente não vai ter espaço, porque senão se passar o sistema assim, simplesmente a lista aí que a gente nunca vai eleger negro mesmo, por que qual o negro que a gente vê aí presidente de partido? Nenhum, porque os presidentes de partido são os brancos, entendeu”. Jurema PT

“Eu não sou muito favorável às questões das cotas, por um princípio constitucional. Todos somos iguais perante a lei, então não deveriam existir as cotas. Entretanto, pela experiência que eu vejo, é necessário, pra ocupação de espaço de poder, por disputa, mas infelizmente quando este espaço é preenchido só pra que não fique vago, para que não haja vacância. Então preenchem com mulheres que não tem potencial de votos e elas vão para um pleito sem condições para aquele pleito e acaba sendo frustrante, sendo humilhante “. Denise PDT

“Sou a favor porque é muito mais difícil, muito mais difícil, a briga não é igual. Quando uma mulher equipara com um homem é porque ela fez muito mais. Ela se desdobrou muito mais. A política, é um terreno em que a mulher foi educada pra não estar. Essa coisa do poder, da decisão, existe um estigma muito forte das mulheres que têm uma militância, porque é aquela mulher que definitivamente não está à disposição. E existe esta fantasia dos homens verem as mulheres como estando sempre à disposição deles, então de cara nós somos mulheres que não estamos à disposição. Então isso é algo que é muito difícil, muito complicado, então isso tem que ter sim, tem que estimular. Mas tem também que ter creche nos encontros partidários, tem que levar em consideração a situação das companheiras, todos os militantes têm que estar muito alerta e a questão do machismo, ela é muito muito forte e tem que ser algo a ser discutido sempre”. Dayse PSTU

“Eu acho que é boa, mas ainda falta muita coisa. Falta muitas coisa para as mulheres terem coragem de sair do seu papel de dona de casa, de mulher daquela coisa pra poder partir pra rua, partir pra luta sabe de enfrentar o homem, saber que a mulher tem o mesmo direito, que pode, que é capaz de saber as coisas, de se aprofundar, de fazer acontecer”. Edinha PT

Algumas falas, se aproximam da análise de Bourdieu (1999), citada no primeiro capítulo, da construção social e conseqüente naturalização do homem-

espaço público e mulher-espaço privado. E da dificuldade de romper com tais barreiras, que são incorporados tanto por homens quanto por mulheres. Assim reproduzem estereótipo como o acima “mulheres terem coragem”.

Já em relação às políticas de ação afirmativa, a maioria é a favor, como Dayse do PSTU, Rosângela do PRB, Edialeida do PDT, Edinha do PT, Verônica do PHS, Jurema do PT e Cida do PSB. Mas Denise do PDT se coloca na mesma posição do que em relação as cotas para as mulheres, ou seja, embora seja contra no ideário, sabe que são necessárias para a modificação da realidade. Assim, é a favor, mas com ressalvas. Mãe Edeuzuita do PDT por sua vez, não se coloca nem contra nem a favor, acha que as medidas de ação afirmativa, na figura das cotas para negros nas universidades, tem prós e contras. Iracema se coloca contra. Enquanto Margarete se declara sem opinião formada no assunto.

“Eu acho boa, uma política boa e claro que eu sou suspeita de falar isso porque eu luto por isso há muito tempo. Mas no início, antes de 1988, antes de me engajar na luta eu não era a favor, eu achava que negro sofria porque queria, que estava assim porque queria, porque era preguiçoso aquelas histórias que contam pra gente e a gente acredita. Hoje não, eu vejo que é possível a gente mudar toda Baixada e como não é possível pagar o negro por tudo que eles fizeram, só tem um jeito: políticas de ação afirmativa. E é partindo da política afirmativa e eu não quero que tenha partido política afirmativa pra sempre, mas eu acho que durante algum tempo tem que ter política afirmativa pra poder haver uma compensação”. Edinha

“Aí eu digo a você, pra mim é equivalente, é peso e medidas, vamos dizer assim é uma balança. Em pleno século XXI, os negros tem que ter cota? Por quê? Eles são inferiores? Eles precisam dessa preservação pro futuro, se hoje eu entro numa universidade eu vejo dois, três pretos numa universidade, então pra mim é pesos e medidas. Na mesma hora que eu acho válido, como uma preservação de espaço pro futuro, eu critico que em pleno século XXI... porque o negro não é diferente de ninguém, só a pele. Porque todo mundo sabe que os primeiros habitantes da Terra foram pretos, a Mãe Preta, então não tem que haver discriminação” Edeuzuita.

“Sou contra porque acho que é uma forma de discriminação e inferiorização”. Iracema

Ressalta-se então a ausência de consenso mesmo entre as mulheres negras, e dos diferentes partidos.

Neste sentido, quando questionadas se negros/as deveriam representar negros/as, aproximando-se da idéia da representação descritiva, seis candidatas se colocam contra, dizendo que a representação deve ser da população em geral. Seguindo uma perspectiva da representação universal. São elas: Rosângela do PRB, Iracema do PP, Edeuzuita do PDT, Cida do PSB, Denise do PDT e Margarete do PFL. Edialede, do PDT, considera que negros/as, devem se representar, mas com a ressalva que seriam representantes de toda a população e não só de si próprios/as. Por sua vez, Edinha do PT, Verônica do PHS e Jurema do PT consideram que sim, devem representar em seus mandatos a si próprios e Dayse do PSTU, também concorda desde que se leve em consideração a questão de classe. Veja-se então como é complexo o debate da representação e o sentido da representação.

E por fim, quando perguntadas o que significaria ser negra para elas, as respostas se concentraram em torno de dois argumentos: uma questão política (Dayse, Edialede, Edinha e Iracema), aqui a cor da pele e características físicas não seriam os únicos atributos a serem considerados e sim o reconhecimento de uma identidade negra positiva; e luta/orgulho/auto-estima (Rosângela, Verônica, Jurema, Edeuzuita, Cida e Denise), mais ligada a uma rearticulação interna na luta contra o preconceito. E apenas Margarete não respondeu a questão de forma objetiva, afirmando: “Não devemos ficar remoendo mágoas”.

Vejamos um exemplo de cada argumento:

“Questão política, pra mim é uma questão política. Ser negra é ter uma história de marginalização, reconhecer essa história e ao mesmo tempo lutar contra essa história. Por isso que eu sou socialista, entendeu? Então pra mim ser negra não é uma questão de pele, é uma questão política. É uma questão que eu pertença a um grupo marginalizado que tem uma marginalização histórica e que é pra eu poder melhorar a minha vida eu tenho que estar junto com este grupo e junto com outros trabalhadores pra poder esperar esta história, agora a questão da discriminação racial, ela é uma tarefa onde quem tem que dirigir este processo é a população negra, porque é quem sofre na pele, então pra mim ser negra é isso, é reconhecer o racismo, é reconhecer esta marginalização histórica, do qual eu faço parte e é uma típica do meu povo, e a necessidade de lutar contra isso fazendo a unidade com os trabalhadores”. Dayse

“Olha durante muitos anos, isso foi muito dolorido, estou quase fazendo uma sessão de análise aqui com você... A gente tinha que seguir aqueles

padrões, a gente tinha que usar henê, pente quente, meu cabelo caía todo, então eu me achava horrorosa porque eu não usava meu cabelo natural, então na época, e também já em 1980 começou a ter esse movimento Black is beautiful e negro brasileiro entrou muito nisso, então nós passamos a ver e valorizar a beleza negra, como natural, eu usei black power, usei até ano retrasado, o cabelo redondinho, black, agora eu já tô velha, então foi um momento de auto-afirmação do negro, então nós tínhamos o bloco afro Agbdara Dudu, a gente tinha pontes de negros, e eu fiz parte deste momento, a gente tinha um grupo chamado Amigos negros de favelas e periferias, participavam eu Marcelo Dias, o Haroldo... E foi um momento muito gratificante, onde eu adquiri minha auto-estima, eu adquiri auto-estima militando no movimento negro, me achava feia, nariguda, beijuda, bunduda, tudo que a sociedade tinha dito pra mim eu vivi, e quando eu comecei a militar no movimento negro, isso foi saindo a auto-estima veio, eu comecei a militar com meus pais, vendo a beleza negra, nas outras mulheres negras, e assim foi ótimo. E aprendi que ser negra é uma questão de orgulho. Jurema

Nota-se que os dois argumentos articulam-se com a literatura sobre as políticas de identidades e reconhecimento discutida no primeiro capítulo. Dado que o tanto o argumento que coloca que ser negra é uma questão política, quanto o outro argumento que remete à luta/orgulho/auto-estima, reconhecem a existência da discriminação racial. E em ambos os casos há uma necessidade de reversão desta situação discriminatória, justamente buscando mudar a visão estereotipada que foi produzida socialmente. Seja através de uma mudança mais política e engajada, ou através de uma mudança interna, primeiramente. Taylor (2000), discutindo o reconhecimento e a identidade, coloca que esta se dava numa relação dialógica entre o interno e individual e o externo e social. Nesta ótica, Taylor afirma que a identidade se forma pelo reconhecimento ou a sua falta. Assim, elaborada individualmente, mas na relação com os outros (socialmente).

Cruzando estas definições do que seria ser negra, com a atuação política, quase metade declara que tal questão é sempre importante em suas propostas políticas, sendo parte constitutiva das mesmas. Assim expõem Dayse, Edialede, Edinha, Verônica e Jurema. Numa outra perspectiva, Rosângela, Cida, Denise e Margarete dizem que tal questão não é central em suas atuações políticas embora saibam que permeiam as relações. E ainda Iracema e Edeuzita que revelam que tal questão não tem nenhuma relação com suas atuações políticas.

Então mesmo que as candidatas foquem ou não foquem, priorizem ou não, envolvam-se ou não nas questões raciais e de gênero, todas as mulheres negras entrevistadas reconhecem as questões de desvantagens existentes pelo fato de serem mulheres e negras. Além disso, percebem implicações na atuação político-partidária, para uma campanha política e também para a representação política, ainda que não as impossibilite. Desta forma, algumas decidem utilizar as questões como ponto de partida de suas atuações políticas (geralmente a que fazem parte de movimentos negros, de mulheres negras ou movimentos feministas), outras só utilizam em alguns momentos, estratégicos; e outras ignoram tais questões durante suas campanhas político-eleitorais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema das mulheres negras e representação política é ainda pouco estudado pela Sociologia. Esta dissertação tentou, modestamente, contribuir no início da mudança neste quadro, analisando como as mulheres negras candidatas no Rio de Janeiro, aos cargos de deputadas e senadoras, durante as eleições de 2002 e de 2006, se posicionam em relação às questões de raça e gênero. A problemática da pesquisa girou em torno da percepção se estes posicionamentos entram ou tem espaço para entrar durante as campanhas políticas.

Inicialmente se propôs a analisar também se as políticas de ação afirmativa, incorporadas na agenda política de movimentos sociais e estimuladas pelo governo federal a partir de 2002, influenciaram de algum modo as candidatas em suas estratégias discursivas na eleição posterior, de 2006.

Para compor este cenário foi necessário, primeiramente, expor o quadro teórico que permeia toda a questão. Sendo assim, a representação política foi o primeiro conceito a ser abordado. Este consiste, como se pode observar, na transmissão de poderes, concedido pela população através de votos. Tal poder seria legítimo, tornando o governo - na figura de seus representantes - responsável pelas decisões que toma em nome da comunidade.

Há uma identificação com a abordagem que concebe que representação política não seria realmente representativa da população, já que certos grupos não estão presentes nesta representação. Consta-se que no caso do Brasil, a representação descritiva, onde os representantes correspondem fisicamente à população e também a representação substantiva, onde as demandas desta população seriam apresentadas e/ou atendidas, são incipientes. Deste modo, tudo indica que mulheres e negros seriam sub-representados no país. Seja por uma ou outra vertente.

Teóricos defenderam e atacaram tanto a representação descritiva, quanto a substantiva. No entanto, a falta delas indica que a cidadania política plena, para os grupos sub-representados, ainda não foi alcançada. E para justificar tal afirmativa, apresentei dados que mostram a desigualdades das mulheres neste meio. Entre as

atividades, que tentam mudar o panorama aparecem as cotas eleitorais para as mulheres, que pouco modificam a sub-representação.

Apresentei também a relação entre a questão racial e a representação política, e desta com as questões específicas das mulheres negras. Neste íterim constatei que apesar de esforços no sentido de reverter o quadro de desigualdades, na prática, a realidade pouco muda.

O segundo ponto de discussão importante na pesquisa disse respeito às questões pragmáticas que envolvem qualquer disputa política. Estão envolvidos aí as práticas políticas e o sistema eleitoral. O fato de ser uma mulher, um negro ou, como no caso aqui abordado, uma mulher negra pode influenciar de modo diferenciado as potencialidades de acesso e a seleção das candidaturas. Há obstáculos já no interior dos partidos políticos, e durante as campanhas, o financiamento vai desempenhar papel fundamental, já que possibilita uma maior notoriedade ou não da candidatas. Neste ponto as mulheres negras se encontram em desvantagem, pois contam com menos recursos econômicos pessoais e o apoio eficaz para as suas candidaturas, ao parecer, continua sendo resistido. Neste contexto, a ausência de financiamento das campanhas eleitorais se converte em um fator de desigualdade para as mulheres negras. A obrigatoriedade de outorgar recursos às candidaturas com recursos partidários em igualdade de condições e os incentivos de financiamento público à promoção de postulações de mulheres negras poderiam ser medidas que apontariam para a modificação desta situação.

Interferindo no processo de candidaturas também está a cultura política dominante, onde admitindo-se ou não, está a idéia de quem tem a legitimidade para desempenhar o poder político. A figura do homem, branco e rico é a base das referências.

Tendo em vista a discussão apresentada e numa tentativa de contextualização com as candidatas, foi elaborado um pequeno histórico das mulheres negras políticas do país. O que se pode tirar destas atuações político-institucionais é que os mandatos foram utilizados também para propagar idéias e inserir projetos que auxiliaram, de alguma forma, a luta contra a discriminação sexual ou racial, tentando atingir os grupos específicos. Configurou-se, nestas oportunidades, a articulação das políticas de idéias e de presença.

Saindo do corpo teórico para o corpo empírico do trabalho, a análise dos HGPEs de 2002 e 2006 do Rio de Janeiro, deixou transparecer dados interessantes, quanto à candidatura de mulheres negras. Primeiramente, que o número de candidatas negras que aparecem no HGPE, nas duas eleições é praticamente o mesmo, sem que haja muitas alterações quantitativas. As modificações principais são qualitativas no sentido, do aumento do número de candidatas a deputadas federais (porém, se reduziu o número de candidatas estaduais), e no aparecimento de candidatas a senadoras. Isto mostra que mesmo de modo tímido, mulheres negras, estão se candidatando em cargos de maior relevância e notoriedade política. Contudo, pode-se concluir que as políticas de ação afirmativa tão propagadas no período entre as duas eleições, tendem a não exercer um poder de modificar e influenciar as campanhas políticas de 2006, que continuam girando em torno dos mesmos temas (que em geral, dizem respeito a qualquer candidato).

Isto sugere que tais políticas não tenham ainda um impacto para que possam ser incorporadas em propagandas político-eleitorais. É fato, que tais políticas ainda não alcançaram um consenso. Mesmo que venham sendo estimuladas pelo governo federal e reiteradas por Tratados, Convenções e organismos nacionais e internacionais, além dos movimentos sociais. Assim, estas demandas que possam vir a causar divergências de opinião não tenham espaço para se inserir num campo tão lógico e objetivo como o das campanhas política- eleitorais.

Algumas candidatas negras, todavia evidenciam em suas campanhas e já no HGPE referências de raça, e principalmente de gênero. Geralmente, as que evidenciam tais referenciais de raça e/ou ideais anti-racistas, são as candidatas que ingressaram na política partidária através de sua militância em movimentos sociais deste tipo. E têm como importante tais bandeiras não só em sua vida política partidária, mas em sua vida como um todo.

Tendo em vista que, no caso brasileiro, questões raciais ou racializadas podem sempre estar sujeitas a polêmicas, contestações e estereótipos, propiciadas pelo racismo sutil que existe no país, evidenciá-las num momento eleitoral pode ser perigoso e acarretar numa não-eleição. Ou seja, questões raciais talvez não sejam propostas políticas vendáveis em tempos de eleição. O mesmo já não pode ser dito em relação ao gênero, que são muito mais aceitas – até por não terem caráter tão

polêmico – e manifestadas. Assim, as demandas feministas já ocupam mais espaço nas campanhas políticas e dentro dos próprios partidos. Cabe lembrar que uma campanha e as eleições colocam a necessidade de um senso mais pragmático na sua estratégia. E vale recolocar que em 2002, apenas uma candidata foi eleita para a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Jurema Batista. Em 2006, nenhuma candidata negra foi eleita.

Diferentemente das mulheres brancas, que muitas vezes ingressam na política partidária por influência de outros parentes na política-institucional, as candidatas negras, o fazem em sua maioria como consequência de sua militância em movimentos sociais. Isto serve de alguma forma, para legitimar seu capital político, que é reforçado ainda pelo elevado (e acima da média) nível de escolaridade das candidatas entrevistadas. Este dado pode apontar que não é qualquer mulher negra que pode ocupar lugar nas candidaturas dentro dos partidos, e sim uma mulher negra com atributos específicos.

Diante das eleições, todas as candidatas entrevistadas, tendo exercido mandato ou não, mesmo não clarificando tais bandeiras em sua campanhas reconhecem o problema do racismo e também da discriminação contra a mulher na sociedade. Mas não colocam como centralidade. Porém, as que expõem ideais anti-racistas e feministas, muitas vezes não o fazem no HGPE, embora o façam nas campanhas de rua ou nos comícios ou ainda numa entrevista com uma entrevistadora negra, como no caso. Enfim, em locais onde supostamente seus discursos tivessem maior aceitação.

Este trabalho é apenas uma tentativa de análise, uma interpretação, entre tantas possíveis. Os dados não são conclusivos, apenas sugerem a continuação da pesquisa. Porém, pode-se afirmar que mesmo com a tímida presença de candidatas negras e também de eleitas, pode indicar mudanças que devem se transformar em esperanças de que um dia tanto as mulheres negras, quanto as brancas, tanto os homens negros quanto os brancos tenham uma representação significativa em todos setores da vida social, inclusive este da política formal. E que isto indique profundas modificações na estrutura social, que apontem uma sociedade democrática e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Sergio. *Os descaminhos da tolerância: o afro-brasileiro e o princípio da isonomia e da igualdade no Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

ACHARD, Diego; *Un desafío a la democracia. Los partidos políticos en Centroamérica, Panamá y Republica Dominicana*, San José: BID, IDEA, OEA, 2004.

AGIER, Michel. “Distúrbios identitários em tempos de globalização”. *Mana* v.7 n.2 Rio de Janeiro out. 2001.

ALBUQUERQUE e DIAS, M. R. (2002), “Propaganda Política e Construção da Imagem Partidária no Brasil”. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, vol. 2, nº 2, pp. 309-326.

ALVES, Branca Moreira *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

ARAGÃO, Murillo. *Grupos de pressão no congresso nacional*. São Paulo: Maltese, 1994.

ARAÚJO, Clara. & ALVES, José Eustáquio Diniz. “Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas” *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, pp. 535 a 577, 2007.

ARAÚJO, Clara. “A interseção entre gênero e partidos políticos no acesso das mulheres às instâncias de representação”. *Revista de Sociologia e Política*, n. 24, junho de 2005.

ARAÚJO, Clara; MIRANDA, Isabel & PIRES, América. “As mulheres e o poder legislativo no Estado do Rio de Janeiro: lugares, experiências, perfis e experiências municipais”. *Cadernos do Cedim*, 2003 Série Pesquisas nº 2. Rio de Janeiro: Alerj, 2003.

ARAÚJO, Clara “Cidadania incompleta: o impacto da lei de cotas sobre a representação política das mulheres no Brasil” Rio de Janeiro, UFRJ-PPGSA, Mimeo (tese de doutorado,376 p.), 1999.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB) “Mulheres negras; um relato da discriminação racial no Brasil”. Brasília:AMB, 2001.

AVELAR, Lúcia. “Mulher e política: o mito da igualdade”. *Democracia Viva* nº 32, p. 98-102 jul/set 2006.

AZEVEDO, Thales de. *As elites de côm: um estudo de ascensão social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

BAIROS, Luiza. “Nossos feminismos revisitados” *Estudos Feministas* nº2, 1995.

BAREIRO, Line “*Las recién llegadas. Mujer y participación política*”, em Guzmán Stein, Laura y Gilda Pacheco Oreamuno (comps.), *Estudios Básicos de Derechos Humanos IV*, San José (CR): Instituto Interamericano de Derechos Humanos (IIDH), 1996.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. A política de perto : recorte etnográfico de campanhas eleitorais, *Novos Estudos Cebrap* 74. pp.177-194, março 2006.

BARROS, Andréa & MORRIS, Kachani. “A inesperada cor negra a vitória”. *Veja*, 20/nov. , 1996.

BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora*, 3.^a ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 1999.

BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). *Ação afirmativa e diversidade no trabalho: desafios e possibilidades*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

BERNARDINO, Joaze. *Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil*. Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 2, 2002.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1986.

BORDIEU, Pierre. “A representação política. Elementos para uma teoria do campo

político”. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1986.

BORDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BORGES PEREIRA, João B “Parâmetro ideológicos do projeto político de negros em São Paulo: um ensaio de antropologia política”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, 24: 53-61. 1983 .

BRITO, Benilda Regina Paiva. *Mulher, Negra e Pobre: a tripla discriminação*. In Teoria e Debate, p. 19-23, ano 10, nº36 out/nov/dez, 1997.

BRITO, Maria Noemi Castilhos. *Gênero e Cidadania: referenciais analíticos*. In Estudos Feministas CFH/CCE/UFSC , volume 9 nº1, 2001.

BROWN, Clyde et alli. “Gender-based differences in perceptions of male and female city council candidates”. *Women and Politics*, Vol. 13 (1): 1-17, 1993.

CARNEIRO, Sueli. *Gênero e Raça*. Digitado, apresentado no Seminário “Estudos de Gênero face aos dilemas da sociedade brasileira”, da Fundação Carlos Chagas. Itu/São Paulo, 2001.

CARRILLO Flores, Fernando (ed.) *Democracia en déficit. Gobernabilidad y desarrollo en América Latina y el Caribe*, Washington: BID, 2001.

CASTELLS, Manuel *O poder da Identidade* 3ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues O “soldado da TV” contra a “pretinha do povo”: a propaganda eleitoral televisiva de César Maia e Benedita da Silva. Rio de Janeiro, UFRJ-PPGSA, Mimeo (dissertação de mestrado,376 p.), 1994

COSTA PINTO, Luiz Aguiar. *O negro no Rio de Janeiro: Relações raciais numa sociedade em mudança*. 2ª edição. Rio de Janeiro:Editora UFRJ, 1998.

COSTA, Sergio “Direitos humanos e anti-racismo no mundo pós-nacional” *Novos Estudos*, nº 68 março, pp.23-37, 2004

CRENSHAW, Kimberlé. “Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics”

pages 315-343 *Feminism and Politics*. Oxford University Press. Edited by Anne Phillips, 1998.

CRENSHAW, Kimberlé. "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação relativos ao gênero". *Estudos feministas* CFH/CCE/UFSC, p.171-188, 1º semestre 2002.

D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e Multiculturalismo. Racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DIAS, Márcia R. "Projeção da Imagem Partidária nas Estratégias de Campanha na televisão: uma análise do HGPE 2002" *Dados – Revistas de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Volume 48, nº1, pp.149 a 187, 2005.

DALRHUP, Drude. "Introduction". *Women, Quotas and Politics*. Edited by Dalrhup, Drude, London and New York: Routledge, pp.3-31, 2006.

DOLHNIKOFF, Mirian et alli. "Raça e política: entrevista de Benedita da Silva a Mirian Dolhnikoff, Fernanda Peixoto Ribeiro Thomaz". *Novos Estudos*, No.43, novembro, pp. 8-25, 1995.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v.1. 1965.

FIGUEIREDO, Marcus et alii. "Estratégias de persuasão eleitoral: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral". *Opinião Pública*, v. IV, n.3, Campinas CESOP/UNICAMP, pp. 109-120 ,1997.

FONTAINE, Pierre-Michel. "Blacks and the search for power in Brazil". *Race, class and power in Brazil*. Los Angeles, Center for Afro-American Studies. pp. 56-72, 1985.

FRASER, Nancy "Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero". *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Sandra (orgs.) São Paulo: Editora 34/Fundação Carlos Chagas, 2002.

GOLDMAN, Márcio & SANT'ANNA, Ronaldo S. "Elementos para uma análise antropológica do voto". *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro:

Contra Capa. pp. 13-40, 1996.

GROSSI, Miriam Pillar & MIGUEL, Sônia Malheiros. "Transformando a diferença: as mulheres na política". *Estudos Feministas* CFH/CCE/UFSC , volume 9 nº1, 2001.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. "Cor, classe e status nos estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia, 1940-1960". in Marcos Chor Maio e Ricardo Santos (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Fiocruz/ Centro Cultural Banco do Brasil. pp. 143-158, 1996.

HASENBALG, Carlos A "A pesquisa sobre migrações, urbanização, relações raciais e pobreza no Brasil: 1970-1990", Série Estudos, nº 82, IUPERJ, março de 1991.

HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

HENRIQUES, Ricardo. "Desigualdade racial no Brasil: evolução da condição de vida na década de 90" Rio de Janeiro: IPEA. TD 807, 2001.

HERINGER, Rosana (Org.). *A cor da desigualdade: desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil*. Rio de Janeiro: IERÊ: Núcleo da Cor, LPS, IFCS, UFRJ, 1999.

HTUN, Mala "Dimensões da inclusão e exclusão no Brasil: Gênero e raça". *Série relatórios técnicos do Departamento de Desenvolvimento Sustentável* BID: Washington, 2004.

HTUN, Mala "Mujeres y poder político em Latinoamérica" pp.19-40 Em: MENDEZ-MONTALVO, M. BALLINGTON, J. (orgs.). *Mujeres em el Parlamento. Mas allá de los números*. Stockholm: Institute for Democracy Electoral Assistance (IDEA), 2002.

JOHNSON III, Ollie "Representação racial e política no Brasil: parlamentares negros no Congresso Nacional (1983-1999)" *Estudos Afro-asiáticos* nº38, Rio de Janeiro, 2000.

KAUFMANN, Daniel, et. al. *Governance Matters III: Governance Indicators for 1996-2002*, World Bank Policy Research Working Paper 3106. Disponível em <http://www.worldbank.org/wbi/governance/govdata2002/>. 2003. Acesso: 22 agosto

2007.

KINZO, Maria D'Alva G. "Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985" *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)* nº 54, fev. 2004.

KUSCHNIR, Karina; PIQUET-CARNEIRO, Leandro; SCHIMITT, Rogério. "Estratégias de campanha no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em eleições proporcionais". *Dados*, volume. 42 nº2, 1999.

LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, Ed/IUPERJ, 1991.

LEITÃO, Claudia Souza. *A crise dos partidos políticos brasileiros – Os dilemas da representação política no estado intervencionista*. Fortaleza: Gráfica tipogressão, 1989.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil *Instituições políticas democráticas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997

LIMONGI, F. e FIGUEIREDO, A. "Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária." Rio de Janeiro, *Dados*, vol.45, nº.02, p. 303-344, 2002.

LINHARES BARSTERD, Leila; Hermann, Jacqueline & Vieira de Mello, Maria Elvira (orgs.) *As mulheres e a legislação contra o racismo* Rio de Janeiro: CEERT e Fundação Ford, 2001

MAIO, Marcos C. & Santos, Ricardo V. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

MALHEIROS MIGUEL, Sônia *A política de cotas por sexo: Um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro*. Brasília: Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), 2000.

MEDEIROS, Carlos Alberto. *Na Lei e na Raça: legislação e relações raciais, Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe "Impasses da *accountability*: dilemas e alternativas da representação política" *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 25, p. 25-38, junho. 2005.

MIGUEL, Luis Felipe “Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro” *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 20, p. 115-134, junho. 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. “Representação política em 3-D: Elementos para uma teoria ampliada da representação política”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* Vol. 18 nº 51, fevereiro 2003.

MIGUEL, Luis Felipe “Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* Vol. 15 nº 44, outubro 2000.

MONCRIEF, Gary et alli.”Gender, race, and the state legislature: a research note on the double disadvantage hypothesis”. *The Social Science Journal*, v. 28, Number 4, pages 481-87, 1991.

MORAES, Lygia Quastim. *Mulheres em movimento: balanço da década do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política*. São Paulo:Nobel/ Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

MOURA, Rosa & KORNIN, Thaís. “(Des)Construindo o discurso eleitoral: o primeiro turno das eleições municipais majoritárias em Curitiba no ano 2000” *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba 16, p.67-95, jun, 2001.

NEVES, Paulo Sérgio da C.. “Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* Vol. 20 nº 59, outubro 2005.

OLIVEIRA, Cloves Luiz P. “O que acontece quando um cavalo de cor diferente entra na corrida? O painel das estratégias eleitorais dos políticos afro-americanos nas eleições municipais nos Estados Unidos” *BIB*, São Paulo nº 57, pp.103-123, 1º semestre de 2004.

OLIVEIRA, Cloves Luiz P. “Raça, política e mobilidade Social: o caso dos candidatos a vereador afrobrasileiros em Salvador, Bahia”. Annual Meeting of the Latin American Studies Association, Chicago, Illinois, 1998.

OLIVEIRA, Cloves Luiz P. “A luta por um lugar: gênero, raça e classe. Eleições municipais de Salvador-Bahia, 1992”. Série Toques. Programa A Cor da Bahia-UFBa.1997.

OLIVEIRA, Cloves Luiz P. "Os negros candidatos a vereador em Salvador, em 1988". *Cadernos CRH*, Suplemento, pp. 94-116, 1991.

PATEMAN, Carole *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PHILLIPS, Anne. "De uma políticas de idéias para uma política de presença" *Estudos Feministas* ano 9, 268-290, 2º semestre de 2001.

PHILLIPS, Anne. "Democracy and Representation: Or Why should it matter who representantives are?" pages 224-239 *Feminism and Politics*. Oxford University Press. Edited by Anne Phillips, 1998.

PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. Rio de Janeiro, 1945.

PIERUCCI, Antonio Flávio. *Ciladas da diferença*. São Paulo: USP Editora 34, 1999.

PINHEIRO, Luana & SOARES, Vera. *Retrato das desigualdades: Gênero e Raça*, Brasília: IPEA/UNIFEM. BRASIL, 2006.

PINTO, Céli Regina. *As mulheres no campo da política no Brasil: flashes de uma década*. Mimeo. 1994.

PITKIN, Hannah. *The Concept of Representation*. Berkley e los Angeles: California University Press, 1967.

RIBEIRO, Elanir de M. "A presença da mulher negra nas propagandas políticas, na câmara municipal e na assembléia legislativa do Rio de Janeiro" (Monografia de graduação) Mimeo UERJ / IFCH Rio de Janeiro, 2004.

RIBEIRO, Matilde "Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing" *Revista de Estudos Feministas* Volume 3 nº2 Rio de Janeiro, 1995.

RODRIGUES, Almira "Mulheres e eleições 2006 no Brasil: o difícil caminho de eleitoras a candidatas e eleitas". Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/temasedados> Acesso em 12/10/2006.

SANTOS, André M. “Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no congresso nacional”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, No. 33, ano 12, Fevereiro. pp.87-101, 1997.

SANTOS, Márcio André “Estatuto da Igualdade Racial: instrumento de combate a desigualdade de raça”, Digitado, 2006.

SARACENO, Chiara. “A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de gênero da cidadania”. Em: Bonacchi, Gabriela e Groppi, Angela (organizadoras). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. São Paulo, 1995.

SCHUMAHER, Schuma & BRASIL, Érico Vital. *Mulheres negras do Brasil* Rio de Janeiro: Redeh, Senac, 2007.

SCHUMAHER, Shuma & BRAZIL, Érico Vital. *A participação das fluminenses na história do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Redeh, 2003

SCHUMAHER, Schuma & BRASIL, Érico Vital. (orgs.) *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2000.

SCOTT, Joan. “O enigma da igualdade”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1): 11-30, janeiro-abril, 2005.

SCOTTO, Maria G. “Representação e apresentação: uma análise da campanha de Benedita da Silva à prefeitura do Rio de Janeiro”. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional -UFRJ, 1994.

SEGATO, Rita Laura. *Mulher negra = Sujeito de Direitos: e as Convenções para a Eliminação da Discriminação*. Brasília: AGENDE, 2006.

SOARES, Gláucio Ary D. & SILVA, Nelson do Vale. “O charme discreto do socialismo moreno” *Dados*, Rio de Janeiro, 28 (20:253-73, 1985.

STOKES, Susan C. *Mandates and Democracies: Neoliberalism by Surprise in Latin America*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

SUAREZ DILLON Soares, Sergei, *O Perfil da Discriminação no Mercado de*

Trabalho – Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras, IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Texto para Discussão núm. 769, Brasília, novembro 2004.

TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

TABAK, Fanny. *A mulher brasileira no Congresso Nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados / Centro de Documentação e informação, 1989.

TAYLOR, Charles “A política do reconhecimento”. In *Argumentos filosóficos*. Tradução Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Edições Loyola, p.241-273, 2000.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira; uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 2003.

TEMER, Michel. *Constituição e política*. São Paulo: Malheiros, 1994.

TOSCANO, Moema. *Mulher, trabalho e política: caminhos cruzados do feminismo*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1985.

VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah “Política e relações raciais: os negros e às eleições paulistas de 1982”. São Paulo: FFLCH-USP, (Antropologia, 10), 1986.

YOUNG, Iris Marion. “Unruly categories: a critique of Nancy Fraser’s dual systems theory”. *New Left Review*, 222: 147-160, mar./abr., 1997.

Documentos:

Cidadania: uma questão a ser resolvida / Discursos pronunciados pela deputada federal constituinte Benedita da Silva – Assembléia Nacional Constituinte - Câmara dos Deputados – 49ª legislatura / 1ª sessão legislativa – Série Separatas de Discursos, Pareceres e projetos nº 180/91 / Brasília: Centro de Documentação e informação - Coordenação de Publicações, 1992; 24 pgs.

Desafios e perspectivas para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro / Senado Federal – Benedita da Silva, Senadora / Brasília - 1996; 20 pgs.

Em defesa dos trabalhadores e movimentos populares / Atividades Constituintes - Discursos pronunciados pela deputada federal constituinte Benedita da Silva – Câmara dos Deputados / 48ª legislatura / 2ª sessão legislativa – Brasília: Centro de Documentação e informação - Coordenação de Publicações, 1988; 34 pgs.

Mulher Negra / Discursos pronunciados pela deputada federal constituinte Benedita da Silva – Assembléia Nacional Constituinte, 1987-1988 - Câmara dos Deputados / Separatas de Discursos, Pareceres e projetos – 48ª legislatura / 2ª sessão legislativa nº5 – Brasília: Centro de Documentação e informação - Coordenação de Publicações, 1988; 34 pgs.

Toque de Mulher Negra / Discursos pronunciados pela deputada federal Benedita da Silva - Câmara dos Deputados – 49ª legislatura / 2ª sessão legislativa nº94 – Brasília: Centro de Documentação e informação - Coordenação de Publicações, 1992; 26pgs.

Outras fontes de dados:

Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – www.alerj.gov.br

Câmara Municipal de Duque de Caxias – www.cmdc.gov.rj.br

BEZERRA, Ada Kesea G. & SILVA, Fabio Ronaldo. *Novo formato da prática política no cenário midiático: uma análise da construção da imagem pública de Lula nas eleições presidenciais de 2002*. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt>

CARNEIRO, Sueli. *Mulheres Negras: lembrando nossas pioneiras*. Disponível em <http://www.mulheresnegras.org.br/memorias.htm>;

Division for the Advancement for Women (DAW) – United Nations Department for Economic and Social Affairs, *Women 2000 and Beyond. Implementation Of The Beijing Platform For Action & Compliance with International Legal Instrumentation Women*. Disponível em <http://un.org/womenwatch>.

Indicadores sob a perspectiva de gênero e raça: situação no Estado do Rio de Janeiro. CEDIM /UNIFEM. Disponível em www.cedim.gov.br

IPU (Inter-Parliamentary Union) site www.ipu.org/english/home.htm

Jornal do Brasil, 7/3/1999. “Todo Poder a Benedita”. Política, pg.6.

MOTTA, Athayde. “Com raça, sem raça, com raça...” Disponível em <http://www.afirma.inf.br/htm/colunistas/athayde/colunistas.htm> , 2005.

Mulher 500 – www.mulher500.org.br

OLIVEIRA, Cloves Luiz P. “Introdução” em *A inevitável visibilidade da cor. Estudo comparativo das campanhas de Benedita da Silva e de Celso Pitta às prefeituras do Rio de Janeiro e de São Paulo, nas eleições de 1992 e 1996*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, pp. 19 a 33, 2007. Disponível em <http://doxa.iuperj.br/index.htm> Acesso em [26/7/2008](http://doxa.iuperj.br/index.htm).

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *La democracia en América Latina: Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos*. Nova Iorque: UNDP, 2004.

Tribunal Superior Eleitoral – TSE (2002, 2006). Estatísticas eleitorais, disponível em www.tse.gov.br

ANEXOS

ANEXO A

BIOGRAFIA DE MULHERES NEGRAS POLÍTICAS - MULHERES QUE EXERCERAM CARGO NA POLÍTICA INSTITUCIONAL -

ALMERINDA FARIAS GAMA (1899-1992)

Uma das primeiras mulheres negras na política no Brasil. Nasceu em 16/05/1899 em Maceió (AL). Filha de José Antônio Gama, Almerinda aos 8 anos ficou órfã e foi viver com uma tia no Pará onde foi educada. Muito jovem e enfrentando as barreiras da cor, começou a publicar crônicas no jornal A Província, de Belém. Tornou-se datilógrafa profissional e casou-se com um poeta paraense. Com ele teve um filho, que morreu ainda jovem vitimado por uma doença desconhecida na época e depois perdeu o marido com tuberculose.

Almerinda saiu pela cidade de Belém em busca de emprego e encontrou um que oferecia a remuneração de 300 réis para o cargo de datilógrafo. Mas descobriu que o salário destinado a uma mulher no mesmo cargo era apenas 200 réis, um terço menor que receberia um homem. Indignada, em fevereiro de 1929, decidiu mudar-se para a cidade do Rio de Janeiro, onde logo se inseriu no mercado de trabalho. Como líder sindical – foi presidente do sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos - , apoiou Bertha Lutz, presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF).

Apesar de viver a apenas 4 anos no Rio de Janeiro, já tinha consolidado sua reputação de ativista feminista e sindical. Foi a única mulher a votar como delegada na eleição dos representantes classistas para a Assembléia Nacional Constituinte,

realizada em 20/7/1933. A eleição direta para os representantes do povo à Assembléia Nacional Constituinte foi realizada em 3/05/1933, tendo sido eleita apenas uma mulher: Carlota Pereira de Queirós por São Paulo.

Empolgada com a política, Almerinda candidatou-se pelo Distrito Federal nas eleições regulares para a Câmara Federal e o Senado, no pleito de 14/10/1934. Como representante dos trabalhadores seu panfleto assim se apresentava: “Advogada consciente dos direitos da classe trabalhadora, jornalista combativa e feminista de ação. Lutando pela independência econômica da mulher, pela garantia legal do trabalhador e do ensino obrigatório e gratuito de todos os brasileiros em todos os graus”. Ela não conseguiu se eleger, mas marcou com sua tenacidade um lugar na história da construção da cidadania feminina, abrindo espaço para a mulher negra participar do cenário da política nacional.

Em 1935, uniu-se a um engenheiro carioca, com quem teve seu segundo filho. Ambos morreram algum tempo depois. Ela ainda tentou atuar como jornalista, mas acabou desistindo e também se retirando da vida partidária. Em 1943, ainda participava da vida sindical como advogada e era membro da Associação dos Escreventes da Justiça do Distrito Federal.

Em 1991, foi entrevistada por Joel Zito que posteriormente produziu em parceria com o SOS Corpo de Pernambuco, um vídeo sobre sua vida e suas lutas, e em 1992 já doente, gravou uma pequena entrevista para a organização feminista ComMulher de São Paulo. Ela morava então numa casa no subúrbio do Rio de Janeiro.

ANTONIETA DE BARROS (1901- 1952)

Primeira deputada negra do Brasil. Nasceu em 11 de julho de 1901 em Florianópolis (SC). Filha de uma lavadeira e de um jardineiro, Catarina e Rodolfo de Barros. Ficou órfã de pai e foi criada pela mãe. Depois dos estudos primários, ingressou na Escola Normal Catarinense. Antonieta teve que romper muitas barreiras para conquistar espaços que, em seu tempo, eram inusitados para as mulheres, e, mais ainda, para

uma mulher negra. Nos anos de 1920, deu início às atividades de jornalista, criando e dirigindo em Florianópolis o jornal *A Semana*, mantido até 1927. Três anos depois, passou a dirigir o periódico *Vida Ilhoa*, na mesma cidade. Como educadora, fundou, logo após ter se diplomado no magistério, o Curso Antonieta de Barros, que dirigiu até sua morte. Lecionou, ainda, em Florianópolis, no Colégio Coração de Jesus, na Escola Normal Catarinense e no Colégio Dias Velho, do qual foi diretora no período de 1937 a 1945.

Na década de 1930, manteve intercâmbio com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Na primeira eleição em que as mulheres brasileiras puderam votar e ser votadas filiou-se ao PL catarinense e elegeu-se deputada estadual (1934-37). Tornou-se a 1ª mulher negra a assumir mandato popular no Brasil. Foi também a 1ª mulher negra a participar do legislativo estadual de Santa Catarina. Depois com a queda do Estado Novo concorreu a deputada estadual nas eleições de 1945, obtendo a primeira suplência do PSD (Partido Social Democrata). Assumiu a vaga na Assembléia Legislativa em 1947 e cumpriu mandato até 1951. Usando Maria da Ilha, escreveu o livro *Farrapos de idéias*. Faleceu em Florianópolis em 28/3/1952.

BENEDITA DA SILVA (1942 -)

Benedita da Silva nasceu no dia 11 de março de 1942 na favela da Praia do Pinto (RJ), de onde mudou-se, muito cedo, para o Morro do Chapéu Mangueira, no Leme, onde viveu durante 57 anos. Formada em Assistência Social e licenciada em Estudos Sociais, Bené é fundadora e primeira presidente do Departamento Feminino da favela Chapéu Mangueira, onde exerceu também a função de professora na escola Comunitária local, no Rio de Janeiro. Em 1982 foi eleita vereadora do Rio de Janeiro pelo Partido dos Trabalhadores - PT e foi líder do partido na Câmara. Como vereadora organizou o 1º e o 2º Encontro de Mulheres de Favelas e Periferia, que deu origem ao CEMUFP. É conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e integrante da Comissão de defesa dos Direitos da Mulher no Estado do Rio de Janeiro.

Em 15 de novembro de 86, Benedita da Silva, enfrentando sua tríplice discriminação (negra, mulher e pobre), se elege Deputada Federal Constituinte pelo PT do Rio. Em 01/02/87, Benedita da Silva tomou posse em Brasília com a única constituinte negra. Estava com dengue, doença típica da população pobre. Depois de reeleger-se em 1990, Benedita da Silva candidatou-se à Prefeitura do Rio de Janeiro. Venceu no primeiro turno, no entanto, perdeu no segundo para César Maia.

Em 1994, tornou-se a primeira mulher negra, eleita, a ocupar uma vaga no Senado, com mais de 2,2 milhões de votos. Foi eleita vice-governadora do Rio de Janeiro em 1998 na chapa de Anthony Garotinho. Em 2001, presidiu a Conferência Nacional de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, que reuniu mais de dez mil pessoas de todo país, entre lideranças de ONGs e governos

Em abril de 2002, assumiu o governo do Estado do Rio de Janeiro, tornando-se a primeira mulher negra a governar um Estado brasileiro. Em 2003, no governo Lula, assumiu a Secretaria da Assistência e Promoção Social, com status de ministra, cargo que ocupou até janeiro de 2004, tornando-se a primeira mulher negra a atingir essa posição na política brasileira.

ESTER FERNANDES DE CASTRO (1965-)

Oriunda da Fazenda da Ema, uma comunidade rural do povo Kalunga situada no município de Terezinha de Goiás, foi a primeira vereadora quilombola do Brasil, sendo eleita em 1992 e permanecendo no cargo por mais dois mandatos. Em 2004, candidatou-se à vice-prefeitura da mesma cidade, mas não foi eleita.

FRANCISCA TRINDADE (1965-2003)

Foi eleita deputada federal em 2002, como a deputada mais votada da história do Piauí. Ex-líder comunitária o bairro de Água Mineral, também foi campeã de votos que se elegeu vereadora em 1996 e dois anos depois, quando chegou à Assembléia Legislativa do Estado, sempre como porta-voz da população negra. No ano de 2003, foi vítima fatal de um acidente vascular .

GIVÂNIA MARIA DA SILVA

Nascida no quilombo de Conceição das Criolas, município de Salgueiro, Pernambuco, destacou-se por seu dinamismo na defesa da população local, foi a primeira quilombola a chegar à universidade e fundou a Associação Quilombola de Conceição das Criolas. Elegeu-se vereadora em 2000 e reelegeu-se em 2004, após dedicado trabalho na rede municipal de ensino.

JACY PROENÇA

Militou nos movimentos negros e de mulheres em Cuiabá, no Mato Grosso. Foi candidata algumas vezes e eleita vice-prefeita da cidade em 2004

JUREMA BATISTA (1957-)

Eleita em 1996 vereadora no município do Rio de Janeiro e reeleita em 2000 Jurema é um marco na história política fluminense.

Jurema Batista é a primeira parlamentar negra da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Jurema é professora de Português/Literatura com pós-graduação em Políticas Públicas. Por sua luta em defesa das populações excluídas, é conhecida como Mulher Guerreira. Fundadora da Associação de Moradores do Morro do Andaraí - onde nasceu e foi criada -, e do Conselho de Representantes da Federação das Favelas do Município do Rio, Jurema conhece o descaso das autoridades, que relegam ao segundo plano os menos favorecidos. Militante de vários movimentos sociais, presidiu por três vezes a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos na Câmara Municipal do Rio. Fez de seu mandato de vereadora o porta voz das chamadas minorias. Sua atuação é norteadada pela luta em prol dos negros, mulheres, idosos e portadores de deficiência.

Uma das mais importantes contribuições de seus três mandatos como vereadora foi a sugestão de criação de um projeto de urbanização das favelas que deu origem ao Favela-Bairro. Outro projeto importante aprovado é o garante a participação de 30% de atores negros nos filmes subvencionados ou co-produzidos pela Prefeitura do Rio

e o que transformou a Feira de São Cristóvão em "Espaço Cultural Rio-Nordeste". Jurema emplacou ainda lei que cria a Semana da Beleza Negra, que incluiu no calendário da cidade shows e atividades culturais com artistas negros. Defensora da ética, denunciou e presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que anulou o concurso da Câmara dos Vereadores. Entre as principais propostas que levou para Alerj a criação do fundo de auxílio às famílias chefiadas por mulheres e de Centros de Atendimento à Mulher.

Em 2002, foi a primeira mulher negra a chegar na Assembléia Legislativa do Estado,. Não conseguiu reeleger-se em 2006, ocupando atualmente o cargo de Presidente da Fundação para a Criança e Adolescência (FIA) no Rio de Janeiro.

LAÉLIA ALCÂNTARA

Médica baiana que migrou para o Acre, foi chamada a ocupar uma vaga no Senado Federal, por ocasião o falecimento do titular do cargo. Tornou-se assim em 1981, a primeira senadora negra do Brasil. Durante o tempo em que atuou no Legislativo foi uma das mais veementes defensoras de políticas sociais capazes de transformar a injusta realidade vivenciada pela população negra.

LAUDELINA DE CAMPOS MELO (1904-1991)

Nascida em Poços de Caldas (MG), tornou-se líder sindical no litoral de São Paulo, mais precisamente em Santos, onde se casou e teve seu único filho. Foi integrante da Frente Negra, que agrupava entidades com ideais políticos, sociais, sobretudo o aprimoramento cultural da população negra. No ano de 1936 foi criada uma associação para auxiliar empregadas domésticas na busca de seus direitos, sendo esta presidida por Laudelina.

Entretanto, teve que mudar-se para Campinas com seu filho após o falecimento de seu marido, local este onde teve dificuldades para encontrar emprego, pois era vítima de discriminação por parte das senhoras campineiras que tinham preferência por empregadas brancas. Laudelina resolveu procurar um dos meios de comunicação da região, o jornal Correio Popular, para protestar contra os anúncios

preconceituosos ali publicados, pois afastavam as mulheres negras do mercado de trabalho. Membro do movimento negro de Campinas, participou de atividades sociais e culturais com principal objetivo de elevar a auto-estima dos (as) jovens negros (as).

Fez parte da organização de grupos teatrais e de dança e fundou a cidade dos menores em Indaiatuba (SP), em 1957. Neste mesmo ano colaborou para realização dos sonhos de debutantes negras. Mais uma vez foi recebida com discriminação, afinal a direção do Teatro Municipal de Campinas, local da festa, resistiu para que o espaço fosse cedido. Assim, foi necessário mobilizar a imprensa para denunciar o preconceito racial da elite campineira. Em 1961, Laudelina teve o apoio do Sindicato da Construção Civil de Campinas para fundar dentro de suas instalações a Associação Profissional Beneficente das Empregadas Domésticas. O órgão atuou na luta contra o preconceito racial, realizando atividades culturais e principalmente intervindo em conflitos entre domésticas e empregadoras, pois não existia legislação trabalhista para assegurar os direitos da classe, tampouco para auxiliar na defesa dos direitos das empregadas domésticas menores de idade, que em sua maioria sofriam abuso sexual por parte dos seus patrões.

Durante a ditadura militar foi presa e obrigada a prestar depoimento. Diante de disputas pelo comando da associação, adoeceu e afastou-se do movimento das empregadas domésticas. Assumiu novamente a direção da entidade em 1982, logo após, a associação foi transformada em Sindicato dos Trabalhadores, onde atuou até a morte.

LÉLIA ALMEIDA GONZÁLEZ (1935-1994)

Nasceu em Minas Gerais, em 1935. Filha de pai negro e mãe índia, era caçula de 13 irmãos. Lélia González, militante constante da causa da mulher e do negro, em todos os espaços que atuou, se fez digna representante. Era graduada em História e Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre em Comunicação pela mesma universidade e doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, USP. Soube usar o espaço acadêmico para

desenvolver pesquisas temáticas relacionada à mulher e ao negro. Foi professora de várias Universidades e Escolas importantes e seu último cargo acadêmico foi o de Diretora do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC.

Na vida política se destacou como participante da fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), anos 70, do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e do coletivo de Mulheres Negras N'Zinga, foi Membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Atuou também em partidos políticos como primeira suplente de Deputado Federal, pelo PT em 1982 e suplente de Deputado Estadual pelo PDT, em 1986.

Incentivadora ardorosa das manifestações culturais de raízes negras participou de carnavais do Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo. Ajudou a fundar o OLODUM, bloco afro de Salvador, com que mantinha intercâmbio constante. Deixou além de obras coletivas, teses e muitas anotações, os livros 'Lugar de Negro', com parceria de Carlos Hasenbalg e 'Festas Populares no Brasil'. Em seu último trabalho Lélia de Almeida González refletia sobre a especialidade dos negros da diáspora, condição que ela adotou o nome de Amefricanidade. Morre em 1994.

LIA VARELA

Eleita vereadora de São Luís do Maranhão em 1971, manteve-se no cargo até 1992. No segundo mandato – num total de quatro - , presidiu a Câmara Municipal, condição que lhe dava o direito de exercer o posto mais alto do Executivo local. Na vacância do cargo, coube a Lia assumir interinamente a prefeitura maranhense por 30 dias, sagrando-se a primeira afro-descendente a ocupar o posto de prefeita numa capital brasileira.

LUCIANA DOS SANTOS

Militante do movimento estudantil, iniciou a carreira pública em 1992, quando se candidatou à vereança. Mais tarde exerceu por duas vezes o mandato de deputada

estadual em Pernambuco (nas eleições de 1994 e 1998). Sua atuação marcada pelo envolvimento com as causas dos movimentos populares, a fez eleger-se à Prefeitura de Olinda, em 2000 e reeleger-se em 2004.

MARGARETE DA CONCEIÇÃO DE SOUZA CARDOSO (1955-)

Nascida a 01 de outubro de 1955, Margarete da Conceição de Souza Cardoso, Gaete, nasceu e cresceu no bairro da Vila Leopoldina V, em Duque de Caxias. Desde muito jovem militou na causa pública, mantendo reuniões na comunidade para solicitar melhorias para o bairro em que vive até hoje.

Em 1990, indignada com a situação de quase abandono da saúde pública, começa a atender grande número de pessoas doentes em sua casa, que buscavam a rede pública e, muitas vezes, não eram atendidas. De postura humanitária, gastava o pouco salário que recebia como auxiliar de enfermagem em exames e consultas para atender os necessitados.

Em 1991, com doações de amigos, cria um núcleo de atendimento comunitário na própria casa, atendendo diversas especialidades, como clínico geral e fisioterapia, entre outras. Em 1992, motivada por amigos e moradores, candidata-se à vereadora pelo PMDB, obtendo 700 votos e ocupando a vaga de 4ª suplente.

Candidata-se novamente em 1996, ainda pelo PMDB, e supera a votação anterior em mais de 100%. Chega aos 1552 votos, 2ª suplente e a 2ª mulher mais votada da Baixada Fluminense. Enfrenta, em 2000, a sua eleição mais difícil: os adversários, temendo o notável crescimento nas urnas, destroem boa parte de seu material de campanha. Aguerriada, vai às ruas, e, no voto a voto, casa em casa, consegue 2589 votos. 3ª suplente do PMDB.

O ano de 2001 marca uma grande mudança em sua trajetória política: pois alia-se a outro forte deputado da região, o apoiando em sua reeleição estadual. Ainda neste ano funda a AMCS – Associação Maria da Conceição de Souza, homenagem à sua mãe, já falecida.

Em 2004, elege-se vereadora, desta vez pelo PFL, atual DEM. Sendo a 2ª mais votada do partido e a 2ª mulher mais votada da Baixada Fluminense. Hoje, preside a Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Duque de Caxias, bandeira que sempre carregou na vida pública.

MARIA BRANDÃO REIS (1900-1974)

Nasceu em 22 de julho de 1900, em Rio das Contas, cidade mineira localizada na Chapada Diamantina. Militante política ativa, foi influenciada pela passagem da Coluna Prestes por sua cidade e, interessada nas atividades do Partido Comunista, mudou-se para Salvador, montou uma pensão na Baixa do Sapateiro, transformando-a no seu reduto de militância. Inteligente e solidária, fornecia livros e bolsas de estudos para os que queriam estudar, mesmo de outras ideologias que não a sua. Em 1947 organizou a vigília noturna e a passeata de protesto em apoio às moradoras do Bairro Corta Braço, ameaçadas de perder suas casas.

Maria Brandão do Reis teve significativa atuação na "Campanha da Paz", organizada pelo PCB, em 1950. Obteve o prêmio de "Campeã da Paz", com direito a receber o prêmio em Moscou, mas o Partido substituiu-a por um jovem intelectual branco. Dos Reis jamais perdoou o Partido por essa discriminação. Durante o golpe de 64 consegue escapar da prisão, fugindo para Brasília, mas quando volta, em 1965, é interrogada pela Polícia federal. Morreu em 1974.

MARIA DO CARMO FERREIRA DA SILVA

Conhecida como Cacá, foi eleita para a prefeitura por dois mandatos consecutivos (em 1996 e 2000). A capacidade como gestora pública a tornou uma grande liderança e referência regional. Em 2006, passou a integrar o quadro da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, como secretária-adjunta.

ROSÂNGELA GOMES

De origem humilde, Rosângela enfrentou várias barreiras até se tornar bióloga e posteriormente advogada. Líder religiosa de igreja protestante, tornou-se vereadora

do município de Nova Iguaçu na Baixada Fluminense em 2000 pelo PL e reeleita em 2004, pelo PHS. Se candidatou a senadora em 2006 pelo Rio de Janeiro, não conseguindo a eleição.

SOFIA DE CAMPOS TEIXEIRA

Paulista de Campinas, a professora foi a primeira negra a concorrer a um pleito eleitoral em São Paulo. Foi candidata a deputada estadual em 1946, declarando aberta ao “preconceito de cor” e em defesa dos direitos das mulheres, especialmente o de sindicalização das trabalhadoras domésticas.

THEODOSINA ROSÁRIO RIBEIRO (1925- ?)

Foi a primeira deputada negra na Assembléia Legislativa de São Paulo. Nasceu em 29/5/1925 em Barretos, São Paulo. Era filha de Rosa Rosário e José Inácio Rosário. Casou-se com José Alves Ribeiro com quem teve um filho, Marcus José. Formou-se em ciências jurídicas e sociais, pelas Faculdades Metropolitanas Unificadas (FMU) e em pedagogia e letras pela Universidade de Mogi das Cruzes (SP).

Combatendo a frase “negro não vota em negro”, conseguiu a consagrada votação em 1970, como vereadora da capital paulista. Em 1974 e 1978 foi deputada estadual também por São Paulo. Foram inúmeras suas iniciativas, consubstanciadas em leis, emendas, projetos, indicações e pronunciamentos em benefício da educação, saúde da infância e da mulher. Há que se destacar também, seu comprometimento político com a questão racial, voltado para o exercício da cidadania, participação e defesa dos interesses da comunidade afro-brasileira. Instituiu a realização de Sessão Solene, no plenário da Assembléia Legislativa, para a reflexão sobre as datas de 13 de maio (Dia da Comunidade Afro-Brasileira) e de 20 de novembro (Dia da Consciência Negra) e a Semana da Educação. Elaborou a Emenda nº 28 à constituição do Estado, aplicando ao Magistério público estadual a aposentadoria especial por tempo de serviço aos 25 anos para a mulher e 30 anos para o homem. E a emenda nº 31, obrigando a instalação de creches em repartições públicas estaduais onde trabalhem 30 ou mais servidoras.

ANEXO B

PARTIDOS POLÍTICOS REGISTRADOS NO TSE

	SIGLA	NOME	Nº	VERTENTE ⁹⁶
1	PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	15	Direita
2	PTB	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO	14	Direita
3	PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	12	Esquerda
4	PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES	13	Esquerda
5	DEM	DEMOCRATAS	25	Direita
6	PC do B	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	65	Esquerda
7	PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	40	Esquerda
8	PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA	45	Direita
9	PTC	PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO	36	Centro-direita
10	PSC	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO	20	Centro-direita
11	PMN	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL	33	Centro-esquerda
12	PRP	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA	44	Não identificada*
13	PPS	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	23	Centro
14	PV	PARTIDO VERDE	43	Centro
15	PT do B	PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL	70	Não identificada*
16	PP	PARTIDO PROGRESSISTA	11	Direita
17	PSTU	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO (ANTIGO PRT)	16	Esquerda
18	PCB	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	21	Esquerda
19	PRTB	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO	28	Não identificada*
20	PHS	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE	31	Centro
21	PSDC	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO	27	Não identificada*
22	PCO	PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA	29	Esquerda
23	PTN	PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL	19	Não identificada*
24	PSL	PARTIDO SOCIAL LIBERAL	17	Centro-direita
25	PRB	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO	10	Centro-direita
26	PSOL	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	50	Esquerda
27	PR	PARTIDO DA REPÚBLICA	22	Direita

FONTE: www.tse.gov.br

* Não foi identificada a vertente do partido, uma vez que os próprios não se identificaram quanto a vertente, quando solicitados. Sendo assim, preferiu-se tal especificação a basear-se em suposições.

⁹⁶ Agradeço ao professor Jairo Nicolau do IUPERJ, pela essencial ajuda na identificação das vertentes.

ANEXO C⁹⁷
Quadros esquemáticos das candidatas negras em 2002

Horário gratuito de propaganda eleitoral - HGPE Proporcional - Nº1 2002

HGPE PROPORCIONAIS
Datas:
20/08/2002 - Dep. Federal (Tarde e Noite) - parte 1
21/08/2002 - Dep. Estadual (Noite) - parte 2
22/08/2002 - Dep. Federal (Tarde e Noite) - parte 3

Quadro 1

⁹⁷ Cada candidata tem uma numeração, os quadros seguem esta numeração, podendo se repetir de acordo com as vezes que a candidata aparece na fita.

Propagandas eleitorais para o Estado do Rio de Janeiro - Candidatas a Deputadas 2002						
Nº	Nome	Partido	Vertente	Propostas	Fez referência	Observações
1	Damiana	PSL	Centro-direita	Não falou	Não falou	Só nome e número
2	Jurema Batista	PT	Esquerda	SIM	SIM / Raça	Leis que promovam a justiça para as pessoas negras

Horário gratuito de propaganda eleitoral - HGPE Proporcional - Nº2 2002

HGPE PROPORCIONAIS
Datas:
23/08/2002 - Dep. Estadual (Noite) - parte 1
24/08/2002 - Dep. Federal (Tarde e Noite) - parte 2
16/09/2002 - Dep. Estadual (Noite) - parte 3
17/09/2002 - Dep. Federal (Tarde) - parte 4

Quadro 2

Propagandas eleitorais para o Estado do Rio de Janeiro - Candidatas a Deputadas 2002						
Nº	Nome	Partido	Vertente	Propostas	Fez referência	Observações
2	Jurema Batista	PT	Esquerda	Sim	Sim / Gênero	Pelos direitos das mulheres, dos jovens e dos idosos
3	Leninha	PT	Esquerda	Sim	Sim	Contra a exclusão da população negra

Horário gratuito de propaganda eleitoral - HGPE Proporcional - Nº3 2002

HGPE PROPORCIONAIS
Datas:
17/09/2002 - Dep. Federal (Noite) - parte 1
18/09/2002 - Dep. Estadual (Noite) - parte 2
19/09/2002 - Dep. Federal (Tarde e Noite) - parte 3
20/09/2002 - Dep. Estadual (Noite - incompleto) complemento na próxima fita - parte 4

Quadro 3

Propagandas eleitorais para o Estado do Rio de Janeiro - Candidatas a Deputadas 2002

Propagandas eleitorais para o Estado do Rio de Janeiro - Candidatas a Deputadas 2002						
Nº	Nome	Partido	Vertente	Propostas	Fez referência	Observações
4	Dra. Camardella	PL	Direita	NÃO	NÃO	Contra a violência
5	Emília Cândido	PSDC	Não identificada	NÃO	NÃO	Saúde pública
3	Leninha	PT	Esquerda	SIM	SIM / Raça	Contra a exclusão da população negra
6	Rita Rodrigues	PSB	Esquerda	NÃO	NÃO	Pelos direitos dos idosos
7	Maria Helena Reis	PDT	Esquerda	NÃO	NÃO	Só nome e número
8	Professora Ruth Pereira	PGT	Direita	NÃO	NÃO	Só nome e número
9	Malú Novaes	PDT	Esquerda	NÃO	NÃO	Só nome e número
10	Idelina	PDT	Esquerda	NÃO	NÃO	Só nome e número
11	Lúcia Pádua	PSTU	Esquerda	NÃO	NÃO	Pelo trabalho e emprego

Horário gratuito de propaganda eleitoral - HGPE Proporcional - Nº4 2002

HGPE PROPORCIONAIS

Datas:

20/09/2002 - Dep. Estadual (Noite - complemento)

21/09/2002 - Dep. Federal (Tarde e Noite) - parte 2

30/09/2002 - Dep. Estadual (Noite) - parte 3

01/10/2002 - Dep. Federal (Tarde e Noite - incompleto) complemento na próxima fita - parte 4

Quadro 4

Propagandas eleitorais para o Estado do Rio de Janeiro - Candidatas a Deputadas 2002						
Nº	Nome	Partido	Vertente	Propostas	Fez referência	Observações
12	Ana Cristina	PRTB	Não identificada	NÃO	SIM / Gênero	Candidata a deputada federal. Fala da importância da mulher na política
13	Lúcia	PL	Direita	NÃO	NÃO	Combate às

Propagandas eleitorais para o Estado do Rio de Janeiro - Candidatas a Deputadas 2002						
	Santos					drogas
14	Lúcia	PSTU	Esquerda	NÃO	NÃO	Trabalho para todos

Horário gratuito de propaganda eleitoral - HGPE Proporcional - Nº5 2002

HGPE PROPORCIONAIS
Datas:
01/10/2002 - Dep. Federal (Noite complemento) - parte 1
02/10/2002 - Dep. Estadual (Noite) - parte 2
03/10/2002 - Dep. Federal (Tarde e Noite) - parte 3

Quadro 5

Propagandas eleitorais para o Estado do Rio de Janeiro - Candidatas a Deputadas 2002						
Nº	Nome	Partido	Vertente	Propostas	Fez referência	Observações
15	Professora Iracema	PPB	Esquerda	NÃO	NÃO	Pela educação pública de qualidade
12	Ana Cristina	PRTB	Esquerda	NÃO	SIM / Gênero	Candidata a deputada federal. Fala da importância da mulher na política

ANEXO D

QUADROS ESQUEMÁTICOS DAS CANDIDATAS NEGRAS

Propagandas eleitorais para o Estado do Rio de Janeiro – candidatas a deputadas federal e estadual 2006

Nº	Nome	Partido	Número	Vertente	Propostas	Fez referência	Tipo	Dias	Fala / Observações
1	Margarete	PFL	2544	Direita	Não	Sim / Gênero	Dep. Federal	19/08/2006 22/08/2006 31/08/2006 02/09/2006 28/08/2006	Trabalho e seriedade. Se coloca como mulher trabalhadora
2	Dra. Marta Camardella	PL	2207	Direita	Não	Sim / Gênero	Dep. Federal	19/08/06 22/08/2006 31/08/2006 02/09/2006 05/09/2006 19/09/2006 21/09/2006 28/09/2006	Contra corrupção Em Defesa das Deams, contra a violência contra a mulher
3	Ana Rita	PL	2233	Direita	Não	Não	Dep. Federal	22/08/2006 31/08/2006 05/09/2006 21/09/2006 28/09/2006	"O importante não é ter, ser ou parecer, é fazer, construir e desenvolver para renovar" / Renovar voto certo
4	Cida Madureira	PSB	4011	Esquerda	Não	Não	Dep. Federal	22/08/2006 31/08/2006 02/09/2006 05/09/2006 19/09/2006 28/09/2006	Educação e saúde da família
5	Midian	PDT	1239	Esquerda	Não	Não	Dep. Federal	22/08/2006 31/08/2006 02/09/2006 05/09/2006 19/09/2006 21/09/2006	Educação

Quadro I

N.I. Vertente Não Identificada

6	Jurema Batista	PT	13663	Esquerda	Não	Sim	Dep. Estadual	23/08/2006 25/08/2006 30/08/2006	"Idoso não é um peso pra sociedade, é sabedoria. Respeito é bom e a gente gosta!"
								09/09/06	Spot: "O racismo impede de chegar aos melhores lugares da sociedade. O racismo levou 6 milhões de judeus dos campos de concentração. Chega de racismo! Porque respeito é bom e a gente gosta".
								04/09/2006 18/09/2006 20/09/2006	"Racismo não é legal, vamos dar um basta. Porque respeito é bom e a gente gosta".
								21/09/2006 28/09/2006	"Jovem não quer só comida, quer educação e emprego. Porque respeito é bom e a gente gosta"

7	Edinha	PT	13313	Esquerda	Sim	Sim / Gênero	Dep. Estadual	23/08/2006 30/08/2006 18/09/2006 28/09/2006	"Mulher tem voz, vez e voto" (dublado para deficientes)
8	Maria Celsa	PTN	10111	N. I.	Não	Sim / Gênero	Dep. Estadual	23/08/2006 4/09/2006 20/09/2006 28/09/2006	Pelos direitos da mulher
9	Ita	PRTB	28368	N. I.	Não	Sim / Gênero	Dep. Estadual	23/08/2006 30/08/2006 18/09/2006 28/09/2006	A força da mulher
10	Zilmar Basílio	PSC	20111	Centro-direita	Não	Não	Dep. Estadual	23/08/2006 30/08/2006 18/09/2006	Não falou
11	Veronica Lima	PHS	31030	N. I.	Não	Não	Dep. Estadual	23/08/2006 25/08/2006 04/09/2006	Não falou (só nome e nº)
12	Prof. Iracema	PP	11110	Direita	Não	Não	Dep. Estadual	23/08/2006 4/09/2006 20/09/2006 28/09/2006	Educação e cidadania
13	Cinira	PT	13355	Esquerda	Não	Não	Dep. Estadual	23/08/2006 30/08/2006 4/09/2006 18/09/2006 20/09/2006 28/09/2006	Saúde e educação
14	Sandra Guerreira	PRB	10777	Centro-esquerda	Não	Não	Dep. Estadual	23/08/2006 25/08/2006 04/09/2006	Pelos bancários e aposentados

Propagandas eleitorais para o Estado do Rio de Janeiro – candidatas a senadoras 2006

Quadro II

1	Dayse	PSTU	161	Esquerda	Sim (cotas)	Sim (Exclusão social)	Senado	23/08/2006 25/08/2006 30/08/2006	Sobre aposentadoria. Nacionalismo. Voto de mudança. Trabalhador não quer esmola!
								04/09/2006 18/09/2006	"Mulheres e negros ganham os menores salários e tem as piores condições de trabalho. Machismo e racismo exploram nosso povo. Basta! Trabalho igual, salário igual". (Imagens de lixão, crianças e da candidata participando de passeatas)
								20/09/2006 27/09/2006	(Cyrto Garcia pedindo votos para Dayse) "Contra a reforma trabalhista e da previdência vote nos candidatos de esquerda".
2	Edialedda	PDT	122	Esquerda	Sim	Sim (Raça no senado)	Senado	23/08/2006 25/08/2006 30/08/2006 04/09/2006	Voz do narrador: "Médica e fundadora do PDT, iniciou sua vida política na militância trabalhista no gabinete civil do presidente João Goulart". Edialedda: Faço desta candidatura a missão de defender interesses e direitos do povo do Rio de Janeiro. Para isso quero o seu voto. Raça no Senado! (fundo azul)
								18/09/2006 20/09/2006 27/09/2006	Depoimento do ex-prefeito de Niterói, falando que Edialedda era adorada por Brizola e que o senado estará bem representado com a força desta mulher: garra e competência. Edialedda: O legado de Brizola é a nossa luta, por educação, pelo trabalho, pela ética. É raça no Senado!

3	Rosângela Gomes	PRB	100	Centro-direita?	Não	Não	Senado	23/08/2006 25/08/2006 30/08/2006 04/09/2006	"Nascida na Baixada e vereadora em Nova Iguaçu, conheço bem a nossa realidade, quero ser a sua voz no senado".
								18/09/2006 20/09/2006 27/09/2006	Depoimento de Crivella, ao lado dela, dizendo que confia nela, que foi a vereadora mais votada da Baixada. (Ela calada).
4	Sued Nogueira	PT do B	707	N. I	Não	Não	Senado	18/09/2006 20/09/2006 27/09/2006	"Olá, sou Sued Nogueira, sua senadora popular. Quero o seu voto pra mudar. Luto por trabalho e renda pra você mulher!". (Em programas anteriores só aparecia o nome e nº da candidata, dentro de um coração azul, verde e amarelo)

ANEXO E
QUADROS ESQUEMÁTICOS DAS ENTREVISTADAS

IDENTIFICAÇÃO

Nº	Entrevistadas	Partido	Candidatura	Vertente	Idade	Estado c	Filhos/ idades	Escolaridade	Profissão
1	Dayse	PSTU	Senadora	Esquerda	40 anos	Solteira	Não	Superior	Professora
2	Rosângela	PRP	Senadora	Centro-Direita	40 anos	Solteira	Não	Superior	Vereadora / advogada
3	Ediale da	PDT	Senadora	Esquerda	66 anos	Viúva	Dois adultos	Superior	Médica
4	Edinha	PT	Dep. Estadual	Esquerda	52 anos	Casada	Dois jovens	Superior	Professora
5	Professora Iracema	PP	Dep. Federal	Direita	72 anos	Viúva	Vinte Adotivos Adultos	Superior	Pedagoga
6	Veronica Lima	PHS	Dep. Estadual	Centro	40 anos	Casada	Três adolescentes	Médio incompleto	Cozinheira
7	Jurema Batista	PT	Dep. Estadual	Esquerda	49 anos	Casada	Três adultos	Superior	Professora
8	Mãe Edeuzita	PDT	Dep. Estadual	Esquerda	72 anos	Viúva	Uma adulta	Superior	Estilista/ Estudante de Direito
9	Cida Madureira	PSB	Dep. Federal	Esquerda	55 anos	Casada	Três adultos	Superior	Assistente social
10	Denise Trindade	PDT	Dep. Estadual	Esquerda	36 anos	Solteira	Não	Superior	Advogada
11	Margarete	PFL	Dep. Estadual	Direita	52 anos	Solteira	Não	Médio	Vereadora/aux. de enfermagem

TRAJETÓRIA POLÍTICA

Entrevistadas	Ingresso na política	Experiência eleitoral	Experiência parlamentar	Suplência / cargo partido
Dayse	Socialista, Militante do Movimento Estudantil, SEPE, Movimento Negro, Movimento de Mulheres	2002 - vice-presidência; 2004 - Prefeita de São Gonçalo; 2006 - Senadora	Não	Fundadora do PSTU; Direção estadual; Diretora da Secretaria de Negros e negras
Rosângela Gomes	Era líder religiosa da Igreja Universal do Reino de Deus	1996 - Vereadora (PFL) em Nova Iguaçu; 2000 - Vereadora (PL) Nova Iguaçu; 2004 - Vereadora (PL) Nova Iguaçu; 2006 - Senadora (PRP)	Vereadora em Nova Iguaçu 2000 e 2004	Vereadora e presidente do PRB mulher na Baixada
Edialeda	Desde cedo, mas com atuação sindical	1982 - Deputada estadual; 1986 - Deputada Federal; 2006 - Senadora	Não, suplente de Brizola senador	Executiva nacional, Presidente da Secretaria nacional do mov. Negro PDT; Conselho do Partido
Edinha	Para ajudar na campanha de um companheiro	1992 - Vereadora Duque de Caxias; 2000 - Vice-prefeita em Caxias; 2006 - Deputada Estadual	Não	Não, mas recentemente foi escolhida para a Coordenadoria da Promoção da Igualdade Racial em Duque de Caxias, ligada à Secretaria da Cultura da Câmara Municipal
Professora Iracema	Depois da viuvez, já que sempre gostou mas o marido não	1996 e 2004 - Vereadora RJ; 2002 e 2006 - Deputada Estadual	Não	Está de licença médica, faz parte da comissão Executiva estadual
Veronica Lima	Depois de auxiliar outras campanhas e ser convidada	2006 - Deputada Estadual	Não	Não

7	Jurema Batista	Movimentos sociais – movimentos comunitários, movimento negro	1992, 1996, 2000 – vereadora RJ; 2002 e 2006 – Deputada Estadual.	Vereadora no Rio de Janeiro 1992, 1996, 2000 e Deputada estadual em 2002	Faz parte da comissão Executiva estadual
8	Mãe Edeuzita	Parentes na política, marido político, foi cabo eleitoral	1944 – vereadora em Salvador; 1988 e 1992 – vereadora RJ; 2002 e 2006 – Deputada Estadual	Não	Não
9	Cida Madureira	Era cabo eleitoral, até que recebeu um convite	1994 e 1998 – deputada Federal; 2000 – vereadora RJ; 2002 e 2006 – Deputada federal	Não	Não
10	Denise Trindade	Apoiou outro candidato, depois teve o incentivo de outras pessoas do partido	2000 – vereadora RJ; 2006 – Deputada estadual	Não	Não exerceu suplência, mas é Presidente Estadual do Movimento de Mulheres do Partido
11	Margarete	Era líder comunitária	1992, 1996, 2000 e 2004 – vereadora Duque de Caxias; 2006 – Deputada estadual	Vereadora em Duque de Caxias 2004	4ª suplente de vereador em 1992; 2ª suplente de vereador em 1996

1	D	7	Jurema Batista	A partir dos movimentos sociais, participou da fundação do partido	+ ou - 25 anos	Ideais políticos	Representar as demandas da população pobre e negra	Negros e negras
2	R	8	Mãe Edeuzita	O PCN acabou e migrou para o PDT por ter conhecimentos no partido	+ ou - 20 anos	Naturalmente, já que atuava politicamente; necessidade de seguir outros ideais	Responsabilidade, compromisso com a população	A população
3	E	9	Cida Madureira	Indicação política Era do PDT	+ ou - 10 anos	Convite e ideais políticos	Poder e responsabilidade	Mulheres, negros e pobres excluídos da sociedade
4	E	10	Denise Trindade	Ideais políticos	12 anos	Convite e ideais políticos	Ser porta-voz dos interesses da sociedade	A população, embora tenha uma perspectiva de gênero
5	P	11	Margarete	Foi PMDB 9 anos, foi para o PFL em 2001 acompanhando o deputado Dica	6 anos	Articulações no partido	Garantir os direitos do povo	A população pobre
6	V			candidatos e foi escolhida por um líder comunitário				

CANDIDATURA

Entrevistadas	Escolha do partido	Tempo de filiação	Decisão de candidatura	Representação	Pretensão de representar
---------------	--------------------	-------------------	------------------------	---------------	--------------------------

Nº	Entrevistadas	Escolha de candidatura	Propostas centrais	Estratégias	Falás HGPE
1	7 Jurema Batista	Já tem certa visibilidade no partido, por já ter exercido mandatos e ser conhecida	Negros e contra todo o tipo de discriminação	Em campanhas anteriores, mas para o Rio, em 2006 focou mais no Interior do Estado, e não deu muito certo por serem redutos	Ela própria e uma comissão
2	8 Mãe Edeuzita	Já tinha legenda no partido	Defender as matrizes de raízes africanas e trabalho social (assistencialismo)	Colocou uma coordenação	Só nome e número
3	9 Cida Madureira	Já tinha legenda no partido	Trabalho na área de saúde (sobretudo voltado para as mulheres)	Sem estratégia, só o trabalho dela e apoio da família	Ela própria
4	10 Denise Trindade	Apoio partidário e articulação política	Gênero, saúde e violência contra a mulher	Apoio de amigos e do partido	Só nome e número
5	11 Margarete	Articulação política	Saúde	Apoio de amigos	Só nome e número
6	Veronica Lima	atingo a comunidade e adolescentes, mais fácil	escolas e cursos profissionalizantes	Apoio de amigos, boca a boca	Ela própria

Nº	Entrevistadas	Cotas para mulheres	Negros representam negros	Cotas par negros / Estatuto	Ser negra	Importância nas propostas	Observações /Destaques
1	Dayse Oliveira	A favor	Sim, mas a questão de classe não pode ser descartada	Cotas a favor; Estatuto não pois não garante as reparações	Uma questão política, reconhecer o racismo	Sempre importante	Negra socialista, consciente do racismo e de outras discriminações na sociedade e isso é importante na sua vida pessoal, como na política sendo ponto central de suas lutas
2	Rosângela Gomes	A favor	Não, a população em geral	A favor	Não ficar com um problema de baixa auto-estima, as pessoas devem lutar para reverter a situação	Não é central, mas sabe que permeia as relações	Cita muito a sua ligação com a igreja, que é muito mais forte que as questões negras
3	Edialela Nascimento	A favor	Sim, mas deve representar a todos	A favor e o Estatuto deve ser mais discutido	Questão política	Sim	Discurso político engajado contra as várias formas de discriminação e enfatiza a questão da discriminação e do preconceito contra a população negra
4	Edinha	A favor	Sim	A favor	Questão política	Sempre importante	Ligação muito forte com a questão da educação por ser professora e com a igreja católica por ser catequista e fazer parte de outras pastorais
5	Professora Iracema	A favor	Não, a população em geral	Contra	Questão política	Nenhuma	Ligada à igreja católica
6	Veronica Lima	A favor	Sim	A favor	Orgulho	Sempre importante	Possui e coordena uma creche que apadrinha 40 crianças em Pedra de Guaratiba, seguiu o exemplo do pai

7	Jurema Batista	A favor	Sim	A favor e o Estatuto deveria ter um fundo em prol desta população	Luta, alta auto-estima, orgulho	Tudo	Discurso político engajado contra todas as formas de discriminação, mas focando na população pobre e negra
8	Mãe Edeuzita	A favor	Não, a população em geral	A favor, mas com ressalvas e o Estatuto deveria ser mais discutido	Orgulho e auto-estima, um povo escolhido por Deus	Nenhuma	Discurso por vezes ambíguo, ao mesmo tempo que acha que acha que negros não devem representar negros, acha que os negros têm que se valorizar e avalorizar a cultura africana. É mãe-de-santo.
9	Cida Madureira	A favor	Não, a população em geral, embora reconheça que os negros é que sabem dos problemas que passam	A favor, as coisas tem que ter lei para acontecerem	Um povo forte	Não tanto nas propostas, mas na sua vida social	Coloca a questão racial como importante na sua vida social, mas vê como importante na sua vida política.
10	Denise Trindade	A favor, embora ache inconstitucional, mas sabe que precisamos	Não, a população em geral	A favor, mas com ressalvas é preciso embora não concorde	Lutar por espaço na sociedade	Não fala diretamente embora saiba que questões de gênero e raça andam juntas	Reconhece a questão racial como importante e também a questão de gênero. Porém, não coloca isto como o ponto central.
11	Margarete	A favor	Sim, mas deve representar a todos	Ainda não tem opinião formada	Não devemos ficar remoendo mágoas	Não é central	Funda associação de auxílio à saúde, muito medo de comprometimento, tanto que fez a entrevista vendo previamente as questões

MANDATO

Nº	Entrevistadas	Problemas nos mandatos	Projetos	Alianças	Observações /Destques
2	Rosângela Gomes	Verbas para a saúde, demora dos outros vereadores para respeitá-la no 1º mandato, falta de mulheres na bancada que entendam as necessidades da causa feminina	Hospital Municipal da Mulher *	Com outras mulheres, coligações partidárias	Atenção primordial ao gênero
7	Jurema Batista	Falta de apoio e entendimento em questões raciais na assembleia legislativa	Em prol dos negros	Com partidos de esquerda	Atenção também ao gênero
11	Margarete	Verbas para a saúde	Ligados à saúde	Com políticos do partido e com outra vereadora da Câmara	Certa atenção ao gênero e embora reconheça a situação racial discriminatória, esta não é primordial

* Em Jornal da Igreja Universal de dezembro de 2007, saiu a matéria que a vereadora fez o projeto de lei 3198/200 que institui o Estatuto da Igualdade Racial em defesa dos que sofrem preconceito e discriminação em funções de sua etnia, raça ou cor. Cria o Disque Racismo.

ANEXO F**ROTEIRO DA ENTREVISTA****Bloco 1: Identificação**

1. Nome:
2. Partido:
3. Faixa Etária:
4. Estado Civil:
5. Filhos: 5.1. Idade dos filhos:
6. Escolaridade:
7. Profissão:
8. Ano/Eleição: Cargo:

Bloco 2: Trajetória Política

9. Como foi o ingresso na política? (Motivações e incentivos, movimentos)
10. Tem alguém na família que exerceu ou exerce algum cargo político (Capital Político Familiar)
11. Experiência Eleitoral e Experiência parlamentar (Quantidade de vezes que se candidatou e quantas vezes foi eleita)
12. Já exerceu cargo de suplência ou outro cargo dentro da Câmara ou no partido? Qual?

Bloco 3: Candidatura

13. Como escolheu seu partido? Há quanto tempo é filiada? Já trocou de partido?
14. Como decidiu se candidatar? Por quê?
15. Para você o que ou em que consiste a representação legislativa? Qual é o papel do representante? O que você pretende representar?
16. Como foi o processo de escolha das candidaturas dentro do partido?
17. Quais foram suas propostas centrais nesta eleição? [Se já se candidatou outras vezes: As propostas sempre foram estas ?] Você elege alguma área que dará especial atenção?

18. Como foi elaborada sua estratégia de campanha para esta eleição?
(perguntar em outras) {Individual, partido, comissões}
19. Quem ou como é escolhida suas falas para o HGPE?
20. O motivo destas escolhas.
21. Qual sua opinião sobre as cotas para a candidaturas de mulheres?
22. *Para aquelas que tocam no assunto raça/gênero* [Depois de assistir o programa do HGPE]:Você fala no HGPE em Você acha que negros devem representar negros (as)? Por quê?
23. Qual sua opinião sobre o Estatuto da Igualdade racial? E as políticas de ação afirmativa?
24. Como isto é importante em suas propostas?
25. Em sua opinião, o que significa ser negra ? Isto tem alguma implicação mais forte em sua vida?

Bloco 4: Mandato

26. Quais os maiores problemas e impasses que enfrentou durante estes mandatos?
27. Seus projetos voltam-se para que áreas?
28. Tem algum tipo de aliança na Câmara? Que tipo? (Mulheres, negros, apenas entre o partido)
29. Tem algum conhecimento de alguma outra política negra?
30. Alguma outra coisa que queira expor?

ANEXO G

MATERIAIS DE CAMPANHA*

Milton Temer 50 GOVERNADOR Vice Elomar

FRENTE DE ESQUERDA

DAYSE 161 SENADORA

Suplente
Helder Ferraz

NEGRA, SOCIALISTA E DE LUTA

Dayse Oliveira é professora da Rede Pública, mestre em Educação, diretora do SEPE e militante do Movimento Negro, feminista e contra a homofobia.

Negros, mulheres e homossexuais serão os maiores prejudicados com as Reformas da Previdência e Trabalhista, que tanto Lula quanto Aécio querem impor. Por isso a luta contra o machismo, a homofobia e o racismo também devem ser bandeiras de luta dos trabalhadores.

Hoje, lutar contra o racismo significa apoiar as reparações e cotas para negros nas Universidades e Serviço Público, em função dos prejuízos causados pela escravidão e outras violências implementadas pelo Estado. É preciso repudiar a violência policial nas penitências e favelas. Não ao Cavarião!

É necessário também a construção de creches, lavanderias e restaurantes públicos para livrar as mulheres da carga doméstica e um programa de atendimento integral à saúde da mulher. Por um programa de atendimento integral à saúde da mulher (respeitando as especificidades das mulheres negras e indígenas). É preciso também lutar pelo direito da mulher decidir sobre o seu corpo, pela legalização do aborto.

Pelo não pagamento da Dívida Externa

Apoiar a Campanha de Retirada das tropas brasileiras do Haiti

PSTU Sede Regional:
Rua da Lapa, 180 - Slj. 02 - Tel. 2232-9458 / www.pstu.org.br / rio@pstu.org.br

* Como nem todas as candidatas forneceram seus materiais de campanha, só

apresentamos, os materiais recolhidos.





Porque respeito é bom e a gente gosta!

Coligação Um Rio de Todos PT / PSB



MULHER GUERREIRA

JUREMA

PT

BATISTA

DEPUTADA ESTADUAL

13.663

LULA Presidente 13 - VLADIMIR Governador 13

José Alencar
Vice-Presidente

JANDIRA Senadora 651
2º Supl. Mauricio Mugnani

Adelgico de Alemida
Vice-Governador

JUREMA BATISTA

PT

Na luta pelos Direitos da Juventude

O Estado do Rio de Janeiro necessita ter uma política voltada para a juventude, em especial para áreas carentes, onde os negros lideram o ranking de vítimas de violência. Os jovens precisam ter acesso a uma educação pública de qualidade, com projetos culturais e informativos, discutindo temas pertinentes a esse setor tão importante da nossa sociedade, como drogas, métodos de prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis, gravidez etc. A falta de perspectivas, de informação e de ingresso no mercado de trabalho têm tornado nossos filhos presas fáceis ao tráfico de drogas e marginalidade.

Para reverter este triste quadro que vivemos, precisamos de representantes com a deputada estadual Jurema Batista, cujo trabalho atravessou fronteiras, sendo reconhecido na ONU, onde a parlamentar foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz, de 2005.

Professora, formada em Português-Literatura, com especialização em Políticas Públicas pela UFRJ, é conhecida como Mulher Guerreira por sua luta em defesa das populações excluídas. Nesses quatro anos, a deputada estadual Jurema Batista organizou eventos, palestras, projetos, visando à valorização dos jovens em nossa sociedade, como a construção da UNI-Noroeste e emendas no Orçamento do Estado para UERJ e UENF, totalizando mais de R\$ 1 milhão.

A deputada estadual Jurema Batista apresentou mais de 100 projetos, sendo que cerca de 20% já se tornaram leis, em sua maioria, projetos ligados à saúde. A questão da educação, da mulher, dos afro-descendentes, dos portadores de necessidade especial, dos idosos, dos jovens, do meio ambiente também constam entre os projetos e leis da deputada estadual Jurema Batista.

Um mandato com a cara do Brasil, do povo do Estado do Rio de Janeiro, oriundo do povo, que trabalha para o povo. De uma guerreira que tem muito orgulho de suas origens, que não foge à luta para uma nova realidade em nosso Estado.

PARTICIPE DA NOSSA CAMPANHA